

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO
E REGIONAL - PROPUR

Vanessa Zamboni

**CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO, IDENTIDADES E
TERRITÓRIOS EM PROCESSOS DE REMOÇÃO:
O CASO DO BAIRRO RESTINGA – PORTO ALEGRE/RS**

Porto Alegre
2009

Vanessa Zamboni

**CONSTRUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO, IDENTIDADES E
TERRITÓRIOS EM PROCESSOS DE REMOÇÃO:
O CASO DO BAIRRO RESTINGA – PORTO ALEGRE/RS**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, área de concentração: Cidade, cultura e política.

Orientador: Professor Dr. Carlos Ribeiro Furtado

Porto Alegre, 2009

Z24c Zamboni, Vanessa

Construção social do espaço, identidades e territórios em processos de remoção : o caso do bairro Restinga – Porto Alegre/RS / Vanessa Zamboni ; orientação de Carlos Ribeiro Furtado. – 2009.

188 p.: il.

Dissertação (mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, RS, 2009.

1. População urbana : Bairro Restinga : Porto Alegre (RS). 2. Planejamento territorial. 3. Identidade social. I. Furtado, Carlos Ribeiro. II. Título.

CDU: 711.13(816.51)

Bibliotecária Responsável

Elenice Avila da Silva – CRB-10/880

Vanessa Zamboni

Construção social do espaço, identidades e territórios em processos de remoção: o caso do bairro restinga – Porto Alegre/RS

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, área de concentração: Cidade, cultura e política.

Porto Alegre, 30 de novembro de 2009.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Orlando dos Santos Alves Júnior - IPPUR / UFRJ

Prof. Dr. Bernardo Lewgoy - PPGAS / UFRGS

Prof. Dr. Maria Soares Almeida - FAU / UFRGS

Prof. Dr. Carlos Ribeiro Furtado (Orientador)

Dedico esta dissertação a meu amor João que dela participou integralmente. Fazendo toda a diferença. Dividiu cada minuto, com tudo de bom que se pode imaginar. Compreensão, apoio, carinho, dedicação, alegria e claro, muito amor. Contribuindo, especialmente, em me fazer uma pessoa mais feliz e realizada neste período de desafios, humores inconstantes e ansiedades. Dedico também a meus pais e a meu irmão que foram a minha primeira casa, nos mais diversos sentidos, ao me proporcionarem apoio, entendimento, incentivo, afeto, conforto e valores. A João, Maria da Glória, Altair e Eduardo, meus maiores amores, e que são minhas referências de coragem, respeito ao outro, compreensão, dedico esta realização e espero que venham muitas outras com vocês ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação foi o produto de um entrecruzamento de idéias, desejos, áreas de conhecimento, autores, teorias e acima de tudo pessoas que contribuíram pra que ela “acontecesse”. Por isso, este momento era um dos mais esperados (além do de concluir a dissertação!), ou seja, o de agradecer, tornar público o sentimento que me acompanhou durante a realização desta dissertação.

Primeiramente agradeço a João, que felizmente esteve ao meu lado, a todo o momento, nessa aventura e em tantas outras nesse período em que estamos “juntos”. De maneira integral, intensa, “com tudo”, conseguimos, nesse período de desafios e realizações, “fazer muito bem ao outro” e, a partir disso criou-se um terreno fértil para muito mais... muito mais... Tu estás em cada pedacinho desta dissertação, reflexo da tua chegada em minha vida e que a tornou repleta de amor, alegria e de realizações pessoais e profissionais.

A meus pais Maria da Glória e Altair Zamboni, que admiro e amo muito, agradeço à vida, aos valores, aos exemplos e amizade. Vocês são responsáveis por esse momento, pois fizeram da nossa educação prioridade em suas vidas. Vocês me ensinaram a ter coragem e fomentaram o meu desejo de conhecer, de “estar na vida”, de buscar a realização pessoal independente de onde se tenha partido.

A meu irmão Eduardo que foi companheiro de tudo por boa parte da minha caminhada. Uma pessoa compreensiva e querida que admiro e me orgulho muito de ter como amigo e como irmão.

Às minhas famílias Libardi e Zamboni que, com suas alegrias temperadas com dramas de origem étnica bem conhecidos, mas sempre muito juntos, contribuíram para eu chegar até aqui. Amo muito todos vocês, adoro pertencer a estas famílias, senti muita saudade neste período e não era desculpa, eu estava mesmo fazendo a dissertação (he, he...).

A família Loguercio um agradecimento especial. Neste tempo ganhei mais uma família que me acolheu, apoiou, compreendeu e dividiu seus momentos comigo. Difícil expressar em palavras a gratidão que sinto. Se por um lado, como diz Quintana, não importa que a tenham demolido, a gente continua a morar na casa velha onde nasceu, por outro não há como esquecer as portas de casa que se abrem e nos acolhem de forma tão carinhosa e com tanto apoio. Agradeço especialmente a Marie, pelas comidas maravilhosas, amizade, risadas e acolhida e

a minha sogra Solange não só pela compreensão, acolhida e amizade, mas também pela revisão cuidadosa do texto.

Aos amigos: Juliana Zirger, Eclea Mulich, Carla Nascimento, Caleb Faria Alves, Kelly Dhill e Marcelo, Grazy, Rafel Derois Santos, Luciana Mello, Felipe Rech, Diogo Scopel, Roberta Roncada, Denise, Liane Preus. Vocês são maravilhosos e muito especiais em minha vida, obrigada pela compreensão, pelo apoio e pelas risadas.

Aos colegas do PROPUR: Marília, Letícia, Paula, Elias, Patrícia, Aline, Miriam, Sandra fica o agradecimento e a lembrança carinhosa de uma turma que me surpreendeu pelo relacionamento amistoso, em um ambiente que poderia ser de competição, mas que felizmente foi repleto de contribuições, apoio, diversão e carinho.

Aos moradores da Restinga: Coutinho, Eni (*in memoriam*) Índio, Tio Ênio, Maria Clara, Delmar Fonseca, Borel, Dona Cleuza, Darsila, Kika e tantos outros com quem tive contato durante minha trajetória de pesquisa. Agradeço por me receberem em suas casas, em suas vidas com carinho e principalmente por terem me contado histórias de vida inspiradoras e admiráveis de superação, força. Ao pensar em vocês sobrevém uma sonoridade e um colorido muito especial que remetem aos meus dias no bairro Restinga.

À secretária do PROPUR Mariluz, pelo zelo, atenção, orientações e amizade.

À Vanessa pelo auxílio na formatação deixando-a também com uma apresentação mais aprazível.

Ao Zeca Pagodinho, Adoniram Barbosa e a Zé Geraldo que me acompanharam nesta jornada e sem dúvida tornaram o momento de escrita mais leve e alegre.

A meu querido orientador Carlos R. Furtado. Sua compreensão, apoio, seriedade me mostraram o quanto um bom orientador é decisivo para o andamento da pesquisa. Foi um grande prazer tê-lo como orientador, pois transformou o desenvolvimento da pesquisa ao torná-lo mais equilibrado e prazeroso.

“Não importa que a tenham demolido: a gente
continua morando na velha casa em que nasceu”

(Mário Quintana)

RESUMO

Este trabalho objetiva, sobretudo, conhecer como grupos sociais pertencentes à classe popular, removidos por políticas públicas, constroem suas identidades em um novo território. Para tanto, realizou-se um estudo de caso que teve como universo de pesquisa antigos moradores da Ilhota e da Vila Santa Luzia que, removidos de seus territórios, participaram do processo inicial de ocupação do bairro Restinga em Porto Alegre. Privilegiou-se o emprego de uma abordagem referenciada tanto na Antropologia como nos Estudos Urbanos, tendo como elementos de destaque a etnografia, as entrevistas semi-estruturadas e a investigação da formação dos territórios envolvidos a partir de uma análise histórico-documental. Tal empreendimento, procurou conjugar, não livre de tensões, perspectivas amparadas em repertórios teórico-metodológicos bastante distintos. Tendo como momento central o evento da remoção, procurou-se, em primeiro lugar, conhecer como os atores sociais vivenciavam cotidianamente o espaço em seus territórios de origem, enfatizando suas estratégias de subsistência e formas de sociabilidade, para, em seguida, avaliar o processo de remoção em si e as conseqüências decorrentes deste, em especial, para os grupos removidos. Em um segundo momento, buscou-se, através dos relatos dos moradores, apreender como construíram suas vidas/espacos nesse novo território. Nesse ínterim, refletindo-se sobre a construção de identidades destes grupos, tanto em relação aos antigos territórios quanto ao atual, verificou-se a importância que a “identidade territorial” assume na construção do quem sou “eu” /quem somos “nós”. Ademais, observou-se que tal identidade, além de contrastiva, é mobilizada em múltiplos níveis por ser, também, situacional. Isto é, a noção do “nós”, quando referida aos territórios de origem, remete ao compartilhamento tanto de estilos quanto de trajetórias de vida, nesse caso específico aos processos de remoção. Porém, por outro lado, a noção de “eles” pode ser determinada pela condição de não-residentes do bairro Restinga, em contraposição a um “nós” que engloba todos os moradores do bairro indistintamente. Com isso, percebe-se que os territórios de origem permanecem vivos em suas lembranças, dando-lhes nome e identidade, diferenciando-os, enfim, ocupando lugar de destaque na constituição do “quem sou eu” ou do quem “somos nós”. Evidenciou-se, também, que as remoções, ao serem impostas de forma arbitrária, desconsiderando aspectos fundantes desses grupos sociais, tais como os laços de pertença aos territórios e ao próprio grupo, tornam-se eventos traumáticos, com seqüelas irrecuperáveis, devido ao caráter violento e autoritário com que se revestem. Por fim, no que diz respeito aos agentes sociais que participam das decisões e implementações de políticas públicas, aqui, especificamente, intervenções urbanas, ao partilharem de “olhares” estigmatizantes dos espacos/indivíduos/grupos de classe popular, acabam por reproduzir e agravar as desigualdades sociais.

Palavras-chave: identidade, território, remoção.

ABSTRACT

The main purpose of this study is to know how low income social groups, removed by public policies, construct their identities in a new territory. Therefore, a case study is presented whose universe of research is a group of old dwellers of Ilhota and Vila Santa Luiza removed to Restinga in Porto Alegre as its first occupants. The study has an anthropologic approach based in both anthropology and urban studies, having as its main elements of research method, ethnography, semi-structured questionnaire and investigation about the formation of the referred territories, taking as a point of departure an historic-documental analysis. In such attempt we tried to conjugate, not without some tensions, some perspectives supported by rather distinct theoretical and methodological repertoires. Having as a central point the removal event, we tried in first place to know the quotidian of the social actors in their original territories, giving emphasis in their strategies for survival and forms of sociability for, afterwards, to evaluate the process of removal and its consequences for the people removed. In a second moment it was searched, through an account of the dwellers, to find how they constructed their lives and social space in the new territory. Meanwhile, meditating about the construction of the identities of these groups, both in relation to their old and new territories, it was verified the importance of a territorial identity in the construction of who I am/who we are. In addition, it was observed that such identity, yonder of contradistinctive, is mobilized in a multiplicity of levels, as well as multiplicity of situations. That is, the conception of the we, when referred to the original territories, addresses to both the share of stiles and trajectories of life in this specific case to the removal processes. But in another way, the notion of “they” may be determined by the condition of non-residents of the Restinga borough in contraposition to the “we” which embody all the dwellers of the borough indistinctively. With this, it may be perceived that the original territories remain alive in their memories, giving them name and identity, distinguishing them at last, putting them in a detached place in the constitution of the “who I am” or of the “who we are”. It also became evident that, as far as the removals were imposed in an arbitrary way, not considering fundamental aspects of these social groups such as appurtenant ties to the territories and to the group itself, they became traumatic with irrecoverable consequences as a result of its violent and authoritarian character. At last, taking in account the social agents involved in the decisions and implementation of public policies such as the removal of low income social classes, it may be said that while sharing the same depreciative stigmatization in relation to this spaces/individuals/groups, they will remain reproducing and aggravating existing social inequalities only.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fig. 1: Índios Kaigangs. Autor desconhecido. Fonte: www.prati.com.br	56
Fig. 2: Aquarela de Rudolf H. Wendroth, 1852. Vista da R. Duque de Caxias em direção à região sul da cidade.....	57
Fig. 3: Escrava em Porto Alegre na época da abolição. Autor: desconhecido.....	58
Fig. 4: Planta da cidade de Porto Alegre, 1906. Autor: A. A. Trebbi.....	59
Fig. 5: Planta da cidade de Porto Alegre, 1988, mostrando os arrabaldes. Autor: João C. Jacques Fonte: www.prati.com.br	59
Fig. 6: Colônia Africana, Porto Alegre. Autor: desconhecido.....	61
Fig. 7: Cotidiano, Porto Alegre, 1900. Autor: Lunara.....	63
Fig. 8: Cotidiano, Porto Alegre. Autor: Lunara, 1900. Fonte: www.prati.com.br	64
Fig. 9: Ilhota. Jornal Folha da Manhã, 03/07/1975. Autor: desconhecido.....	73
Fig. 10: Ilhota. Av. Ipiranga com o prédio do jornal Zero Hora ao fundo. Autor: desconhecido. Jornal Zero Hora, 16/05/1976.....	75
Fig. 11: Mapa mostrando onde ficava situada a Vila Santa Luzia.....	76
Fig. 12: Vila Santa Luzia em 1956. Autor desconhecido.....	77
Fig. 13: Planta do Projeto Renascença – Área atingida pelo decreto de desapropriação da Ilhota (PMPA).....	82
Fig. 14: Ilhota em processo de remoção. Autor: desconhecido. Fonte: Jornal Correio do Povo, 01/12/68.....	83
Fig. 15: Ilhota em fase de urbanização. Projeto Renascença, 22/12/1975, (PMPA, 1975). Autor: desconhecido.....	83
Fig. 16: Ilhota em fase de urbanização. Projeto Renascença, 22/12/1975, (PMPA, 1975). Autor: desconhecido.....	84
Fig. 17: Foto área do bairro Restinga. Autor Henrique Amaral.....	102
Fig. 18: Vista da Restinga Velha. Autor: Vanessa Zamboni, 2006.....	105
Fig. 19: Estrada João Antônio da Silveira ao centro, com marcação na Escola de Samba Estado Maior da Restinga, situada em frente à Esplanada. Acima: Restinga Nova; abaixo: Restinga Velha.....	106
Fig. 20: Sede da Escola de samba Estado Maior da Restinga. Autor: Carolina de Aguiar.....	107
Fig. 21: Pórtico na entrada do bairro. 2006.	107

Fig. 22: Casa Restinga Nova, nov/2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	108
Fig. 23: Rua da Restinga Velha. 2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	108
Fig. 24: Esplanada da Restinga, 2005. Autor: Vanessa Zamboni.....	109
Fig. 25: Feira modelo na Esplanada da Restinga, 2005. Autor: Vanessa Zamboni.....	109
Fig. 26: Restinga Nova, conjunto habitacional, 1997. Autor: Eni.....	110
Fig. 27: Prédio do Fórum. Restinga Nova, 2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	111
Fig. 28: Restinga Velha, 2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	112
Fig. 29: Restinga Velha, 2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	113
Fig. 30: Restinga Velha, 2007. Autor: Vanessa Zamboni.....	114
Fig. 31: Pesquisadora, Coutinho e Delmar Barbosa. Restinga Nova, 2006. Autor: Rafael Derois Santos.....	117
Fig. 32: Coutinho na casa de Borel – Restinga Nova, 2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	123
Fig. 33: Coutinho e Borel, interior da casa de Borel, 2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	124
Fig. 34: Vila Santa Luzia, 1956. Autor: desconhecido.....	133
Fig. 35: Ilhota. Jornal Folha da Manhã, 03/07/1975. Autor desconhecido.....	134
Fig. 36: Menina moradora da Vila santa Luzia, 1956. Autor: desconhecido.....	136
Fig. 37: Ponte na antiga Ilhota. Autor desconhecido.....	137
Fig. 38: Ilhota. Autor desconhecido.....	139
Fig. 39: Restinga Nova em construção. Autor: desconhecido.....	152
Fig. 40: Panorâmica Restinga Velha, 1978. Autor: desconhecido.....	154
Fig. 41: Restinga Velha, 1978. Autor: desconhecido. Fonte: Acervo pessoal: Eni.....	155
Fig. 42: Restinga Velha, 1978. Autor: desconhecido.....	156
Fig. 43: Panorâmica. Restinga Velha. 2006. Autor: Vanessa Zamboni.....	159
Fig. 44: Borel e netos em frente à sua casa, 2006. Autor: Rafael Derois Santos.....	163
Fig. 45: Borel e netos em frente à sua casa, 2006. Autor: Rafael Derois Santos.....	163
Fig. 46: Tira em quadrinhos do Tinga, hip hop e chimarrão, diariamente publicadas no Jornal Diário Gaúcho. Autor: Alexandre Oliveira.....	166
Fig. 47: Restinga Velha, 2007. Autor: Vanessa Zamboni.....	167

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO.....	9
ABSTRACT.....	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	11
1 . INTRODUÇÃO.....	17
2. IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE PERTENÇA.....	21
2.1 IDENTIDADE E CULTURA: PARTILHAR SIGNIFICADOS.....	21
2.2 IDENTIDADE RELACIONAL E CONTRASTIVA: “NÓS” E “ELES”.....	23
2.3 IDENTIDADE E MEMÓRIA: PASSADO EM COMUM.....	25
2.4 IDENTIDADE E TERRITÓRIO: “NÓS”: “NOSSO LUGAR”	27
3 . DINÂMICAS URBANAS E PRÁTICAS DE REMOÇÃO – DOS CONFLITOS E TENSÕES DO “NÓS X ELES” À RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS	32
3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS TERRITÓRIOS DE CLASSE POPULAR: “OLHARES SOBRE O OUTRO”.....	33
3.2 OLHARES QUE ORIENTAM PRÁTICAS: MÍDIA, ESTUDIOSOS, PLANEJADORES URBANOS E O ESTADO.....	36
3.3 ESTRUTURA URBANA: PARA ALÉM DA DIMENSÃO SIMBÓLICA O ASPECTO ECONÔMICO.....	39
3.3.1 Transformações da paisagem urbana: Segregação – periferização.....	41
3.4 “DESENVOLVE... ENTÃO JOGA PRA LÁ...”: PRÁTICAS DE REMOÇÃO.....	42
3.4.1 As conseqüências das remoções para os grupos sociais envolvidos.....	43
3.4.2 Perdas em função da localização.....	44

3.4.3	Imposições: Por que não perguntar o que é melhor para o “outro” e tentar adequar os projetos aos “seus” desejos, valores, estilo de vida?.....	45
3.4.4	As conseqüências de projetos urbanos que não levam em consideração o “outro”.....	45
3.5	MECANISMOS DE DEFESA E SUPERAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS REMOVIDOS EM RELAÇÃO ÀS DECISÕES IMPOSTAS PELO ESTADO.....	46
4 .	ESTUDO DE CASO.....	50
4.1	METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICO-DOCUMENTAL.....	51
4.2	PESQUISA NO ACERVO HISTÓRICO MOYSÉS VELLINHO.....	53
5 .	FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS.....	56
5.1	A CIDADE DE PORTO ALEGRE E SUA FORMAÇÃO.....	56
5.1.1	Formação dos territórios de classe popular.....	61
5.1.2	Formação dos territórios negros e de classe popular.....	63
5.2	A CONJUNTURA DOS ANOS DE 1940/50: TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRE.....	66
5.3	AS INTERVENÇÕES DO ESTADO.....	68
5.3.1	Intervenções do Estado em Porto Alegre entre 1946 e 1979.....	71
6 .	A ILHOTA E A VILA SANTA LUZIA.....	74
6.1	FORMAÇÃO DA ILHOTA.....	74
6.2	FORMAÇÃO DA VILA SANTA LUZIA.....	77
6.3	AS REMOÇÕES.....	81
6.3.1	Processo de remoção da Ilhota.....	82
6.3.2	Processo de remoção da Vila Santa Luzia.....	87
7 .	METODOLOGIA DE PESQUISA – ETNOGRAFIA.....	91

7.1 ANTHROPOLOGIA E A ALTERIDADE	92
7.2 ESPECIFICIDADES DO OLHAR ANTROPOLÓGICO.....	94
7.3 ANTHROPOLOGIA URBANA.....	96
7.4 ANTHROPOLOGIA E PLANEJAMENTO URBANO.....	97
7.5 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS.....	100
7.5.1 Observação participante.....	100
7.5.2 Entrevistas: Relatos e a questão da memória.....	101
8 . A ETNOGRAFIA NO BAIRRO RESTINGA.....	103
8.1 UNIVERSO DE PESQUISA.....	103
8.2 APROXIMAÇÕES.....	104
8.3 IMPRESSÕES DO BAIRRO.....	105
8.3.1 Restinga Nova.....	110
8.3.2 Restinga Velha.....	112
8.4 INSERÇÃO EM CAMPO.....	115
8.4.1 A pré-estréia.....	115
8.4.2 Dança do ventre e visita guiada ao bairro.....	116
8.4.3 O negão careca ou o “ego” da rede.....	117
8.4.4 A nova rede de informantes: surpresas e transformações.....	118
8.4.5 Percursos: o bairro Restinga, a Vila Santa Luzia, o bairro Santo Antônio, a minha rua.....	120
8.4.6 Dificuldades e desafios do “estar em campo”.....	121
8.5 PERSONAGENS.....	123
8.5.1 Coutinho.....	123
8.5.2 Borel.....	126
8.5.3 Dona Cleuza.....	127
8.5.4 Kika.....	128
8.5.5 Darsila.....	129
8.6 IDENTIDADES E TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO	130
8.6.1 Trajetórias sociais e a trajetória de seus antigos territórios: Ilhota e Vila Santa Luzia.....	130

8.6.2 Segundo eixo espaço - temporal: A Ilhota e a Vila Santa Luzia.....	134
8.6.2.1 Praças.....	135
8.6.2.2 Carnaval.....	135
8.6.2.3 Jogos de futebol.....	136
8.6.2.4 Tiros.....	139
8.6.2.5 Furto.....	139
8.6.2.6 Suas casas.....	140
8.6.2.7 Falta de saneamento.....	140
8.6.2.8 Sobrevivência.....	140
8.6.3 Terceiro eixo: a remoção.....	142
8.6.3.1 Estigma: Como eram vistas a Vila Santa Luzia e a Ilhota?.....	143
8.6.3.2 A ilusão da volta.....	147
8.6.3.3 A remoção.....	148
8.6.4 A chegada na Restinga: dificuldades iniciais.....	150
8.6.5 O início do bairro Restinga	151
8.6.6 Restinga Nova.....	152
8.6.7 De vila a bairro: a Restinga hoje.....	160
8.6.8 Quarto eixo espaço-temporal: O presente - O bairro Restinga.....	161
9 . CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	169
9.1 DESAFIOS E DIFICULDADES.....	176
9.2 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	178
REFERÊNCIAS.....	180
OBRAS CONSULTADAS.....	186

1 . INTRODUÇÃO

Este trabalho, tendo por temática a construção de identidades relativas aos territórios de grupos sociais, pertencentes à classe popular, removidos por políticas públicas, insere-se no campo dos estudos urbanos, singularizando-se, no entanto, por valer-se de uma abordagem referenciada na antropologia.

Para investigar como se constrói a relação entre identidade e território, optou-se pelo estudo de caso de ex-moradores da Ilhota e da Vila Santa Luzia que, removidos da região central da cidade de Porto Alegre, participaram da ocupação inicial do bairro Restinga, no qual residem até os dias de hoje.

A pesquisa, desenvolvida junto ao bairro Restinga, iniciada no curso de graduação em Ciências Sociais desta Universidade sob orientação das professoras Dra. Cornelia Eckert e Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha. Na época, integrada ao núcleo de Antropologia Urbana e Visual e vinculada ao Projeto Integrado (CNPq): Estudo Antropológico de Itinerários Urbanos, Memória Coletiva e Formas de Sociabilidade no Meio Urbano Contemporâneo do Laboratório de Antropologia Social/PPGAS/UFRGS teve como produto final o trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Ciências Sociais, também desta Universidade.

Naquele momento, o objetivo da pesquisa era investigar as trajetórias e o cotidiano de moradores de um bairro recente e populoso da cidade de Porto Alegre - a Restinga. A partir de relatos de vida singulares, procurou-se analisar que elementos poderiam influenciar na construção de suas identidades *pari passu* à história desse grupo no bairro. Foram observadas referências aos laços de pertença ao bairro que envolveram, especialmente, a construção de uma identidade étnica, suas memórias e as lutas para uma melhoria em suas condições de vida.

Cumprida a primeira etapa, ou seja, finalizada a monografia de conclusão de curso, algumas questões, obviamente não respondidas, exigiam uma investigação mais detida e aprofundada. Tais questões envolviam a compreensão de processos mais abrangentes que incidiram na vida daqueles moradores do bairro Restinga, mais especificamente, o fato da origem de ocupação do bairro estar diretamente relacionada a projetos urbanos implementados pelo Estado. Surge, portanto, desse aguçamento da curiosidade, primeiro o desejo e, em decorrência disso, a necessidade da busca de novos dados sobre as dinâmicas do processo de formação

do bairro e, conseqüentemente, do aprofundamento e recorte da realidade social vivida pelos moradores que participaram dessa ocupação inicial.

Cabe salientar que meu interesse por questões relacionadas ao planejamento urbano das cidades já existia desde o início do curso de Ciências Sociais, quando investiguei a temática do “viver urbano”. Soma-se a isso, o fato de ter vivido boa parte de minha vida na cidade de Antônio Prado/RS, conhecida pelo tombamento como patrimônio histórico, por parte do IPHAN, das casas que conservam elementos da imigração italiana. Em Antônio Prado, inicialmente como estudante do ensino fundamental, fiz parte da chamada “educação patrimonial” e, ainda como moradora, pude acompanhar como uma intervenção urbana (o tombamento) transformou o cotidiano, a identidade coletiva e o espaço da cidade. Logo, as questões da identidade, etnia e construção de territórios diante das intervenções no espaço urbano, assim como o impacto destas para os moradores destes espaços já eram questionamentos que se faziam presentes naquela época.

Apesar de minha formação em Ciências Sociais, isto é, que abarca as disciplinas Sociologia, Ciência Política e Antropologia, a maior parte de meu curso esteve voltada para a Antropologia, seja pelas disciplinas optativas que selecionei, seja pela trajetória como bolsista de iniciação científica (PIBIC) no núcleo de Antropologia Urbana e Visual, no qual me mantive até a conclusão do curso.

Ampliar e aprofundar a pesquisa no bairro Restinga junto ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS) foi uma decisão amparada pela possibilidade de um contato estreito quer com as teorias do urbanismo, quer com os planejadores urbanos, arquitetos e demais profissionais da área que, além das pesquisas empreendidas nesse sentido, muitas vezes participavam diretamente da construção e implementação de ações voltadas à cidade. Tais ações, não raro, responsáveis por incidir na vida e nos territórios de grupos pertencentes, por exemplo, à classe popular. Contudo, estava claro que minha contribuição passava pela investigação de tais aspectos a partir de um enfoque da dimensão simbólica do social e da relação com o espaço urbano. Logo, a tarefa a que me propus foi tentar conjugar teorias que dessem conta dos processos macros-sociais, como as grandes intervenções na cidade e as dinâmicas urbanas mais amplas, com outras de caráter mais estrito, ou seja, através da interlocução com pessoas que viveram (e vivem) tais processos.

Foi nesse contexto que construí meu projeto de pesquisa inicial, ao ingressar no PROPUR/UFRGS, ou seja, conjugar estas duas áreas do conhecimento de forma que pudessem contribuir na realização da investigação a que me propunha. Os desafios não foram poucos, porém os mais marcantes envolveram a incompreensão, tanto por parte de colegas como de professores, em especial aqueles que partilhavam de concepções mais “duras” do urbano ou do social, ou mais voltadas para o “concreto”, demonstrando certa resistência e até descrédito a análises voltadas para dimensões mais simbólicas dos espaços e da vida social.

Contudo, encontrei em meu orientador, o Prof. Dr. Carlos R. Furtado, grande compreensão, apoio e incentivo para a realização de minha investigação, inclusive sustentando que minha grande contribuição seria esse “olhar” a partir de um outro lugar de conhecimento. Logo, das “diferenças” de perspectiva entre meu orientador e eu, ou seja, do estímulo em “espacializar” a compreensão da “realidade social” em investigação, por um lado, e da procura por trazer os aspectos simbólicos da relação com o espaço e com a cidade - as pessoas de “carne e osso” e suas vozes -, por outro, que as dificuldades e desafios de um curso que se pretende interdisciplinar foram vencidas. Seu apoio foi fundamental para que eu pudesse defender minha mirada e tais divergências foram imprescindíveis para o enriquecimento do debate e da reflexão. Foi um belo exercício praticar a compreensão do ponto de vista do outro - a alteridade.

Enfim, o desafio da interdisciplinaridade acompanhou-me no transcorrer da investigação - a busca por conjugar, no mínimo, duas áreas de conhecimento na construção e desenvolvimento da pesquisa. Com isso, corri o risco de produzir algo que, para os antropólogos, pode parecer “superficial” enquanto que, para os planejadores urbanos, pode carecer de “espaço”, “chão”, “concreto”, desenhos e espacialização.

Contudo, “abraçei” o desafio na esperança de que as reflexões relativas à maneira com que os moradores, removidos por políticas públicas, constroem suas identidades em um novo território; às conseqüências que tais remoções provocam em suas vidas e territórios; assim como às dinâmicas urbanas e às representações sociais acerca desses territórios segregados socioespacialmente possam enriquecer os debates. Além disso, acredito que, com respeito aos territórios escolhidos para o estudo de caso, Ilhota e a Vila Santa Luzia, especialmente esta última, a contribuição também tenha sido no sentido de trazer à tona dados inéditos ao meio

acadêmico, já que, pela pesquisa empreendida, não há conhecimento de trabalhos que versem sobre a Vila Santa Luzia, ao contrário da Ilhota que ainda vive no imaginário dos habitantes da cidade de Porto Alegre.

Por fim, apresento a forma de organização deste trabalho: o primeiro capítulo trata de apresentar algumas noções de identidade; o segundo, das representações sociais dos espaços segregados; o terceiro inicia as reflexões em torno da metodologia utilizada na investigação histórico-documental; já, o quarto capítulo apresenta alguns dados sobre a história da cidade de Porto Alegre, dando ênfase aos elementos que possibilitem esboçar o modo com que surgiram os territórios de classe popular e como foram tratados pelas diferentes esferas da sociedade, principalmente pelo Estado; o quinto aborda a formação da Ilhota e da Vila Santa Luzia; o capítulo subsequente discorre sobre as remoções destes dois territórios; o capítulo seguinte apresenta reflexões em torno da metodologia utilizada para realizar a etnografia no bairro Restinga com ex-moradores da Ilhota e da Vila Santa Luzia, removidos para o bairro Restinga e que lá ainda residem; o penúltimo capítulo é dedicado à minha inserção em campo e aos personagens da pesquisa, ou seja, os informantes com os quais tive maior contato e que me auxiliaram a compreender melhor os questionamentos presentes na investigação; finalmente, o capítulo sete refere-se aos dados construídos junto aos moradores e à análise dos mesmos.

2 . IDENTIDADE E TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DE LAÇOS DE PERTENÇA

O conceito de identidade, neste trabalho, é relevante por possibilitar maior entendimento dos laços de pertencimento do indivíduo com o grupo, assim como do grupo com a localidade e mesmo com a cultura. No entanto, é um conceito complexo que comporta uma gama de significados e, conforme a literatura (HALL, 2005; WOODWARD, 2000; BARTH, 1998), passou por várias transformações ao longo do tempo.

Ao se questionar como os grupos são constituídos, quais são seus símbolos básicos e suas formas de classificar o mundo, as questões de identidade, a partir da perspectiva dos estudos culturais e da antropologia remetem à cultura. No entanto, por este estudo de caso estar baseado na vivência de grupos urbanos situados em uma sociedade complexa, não somente os elementos acima são importantes, mas também, e de maneira central, a identidade territorial assume um papel relevante em nossa reflexão.

Diante de processos mais abrangentes, como dinâmicas sociais e urbanas, categorias como memória, poder e fronteiras sociais devem também estar presentes nessa discussão para que se possa melhor compreender a vivência urbana desses grupos. Mais especificamente é a partir dessas categorias que podemos apreender como as transformações urbanas são refletidas em sua vida social.

Nesse sentido, as questões de identidade assumem um especial significado, uma vez que podem contribuir no conhecimento sobre a constituição dos diferentes grupos sociais frente às transformações de seus referentes materiais e simbólicos que, neste caso, são representados por seus territórios.

2.1 IDENTIDADE E CULTURA: PARTILHAR SIGNIFICADOS

Quando falamos de laços de pertença, estamos nos referindo ao sentimento de indivíduos ou grupos que faz com que se sintam partilhando algo comum. Para que isso ocorra, é necessário algum referente, algo em que esse sentimento se deposite, se ancore. Este pode ser material, como um território, por exemplo, ou ainda símbolos e significados que os unem e que, ao mesmo tempo, diferenciam-

nos dos demais. Esses símbolos e significados, isto é, a dimensão simbólica da vida social, remete-nos à esfera da cultura que nos é valiosa por possibilitar a apreensão de como os significados, ao serem partilhados, constroem identidades e diferenças.

O antropólogo norte-americano Clifford Geertz, ao redefinir o conceito de cultura, caracteriza-o como sendo um sistema simbólico. Ou seja, ao compartilhar com Weber a concepção de que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tece, Geertz considera a cultura como sendo essas próprias teias de significados. Para ele a cultura não é um poder, algo ao qual possam ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos. Ela é um contexto. Nesse sistema, ou contexto, podemos identificar símbolos básicos em torno dos quais a cultura está organizada e, segundo Geertz, o significado emerge do papel que esses símbolos desempenham no padrão de vida decorrente.

A cultura oportuniza os meios pelos quais pode-se dar sentido ao mundo social e construir significados. Porém, cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo, dessa forma ela define, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído (WOODWARD, 2000).

Além disso, segundo Woodward, os sistemas simbólicos ao fornecerem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2000 p. 17).

Kathryn Woodward, situada na perspectiva dos Estudos Culturais, ao analisar uma história sobre servos e croatas no momento em que estavam em guerra na Iugoslávia, procura desvendar as formas com que suas identidades são afirmadas. Embora esteja utilizando dados empíricos e tendo como foco a identidade nacional, sua discussão insere-se em um debate mais geral sobre identidade e diferença.

Ao falar sobre a relação entre identidade e diferença, Woodward afirma que as identidades são construídas por intermédio das marcações das diferenças, que podem ocorrer tanto através de sistemas simbólicos de representação quanto por formas de exclusão social.

Ainda em relação à questão da diferença, Velho (1996) afirma que “certamente a diferença é uma noção ampla e imprecisa. De um modo ou de outro,

quando se fala em diferença, nos vários domínios da vida social, lidamos com atores, indivíduos ou grupos que podem ser distinguidos, esquematicamente, como aliados, competidores, ou mesmo adversários potenciais. Segundo o autor uma das diferenças associadas diretamente à produção de tensão e conflito é a desigualdade social. (VELHO, 1996, p. 13)

2.2 IDENTIDADE RELACIONAL E CONTRASTIVA: “NÓS” E “ELES”

Outra característica da identidade encontrada na literatura é a de que ela é relacional, ou seja, a identidade sempre se constitui em relação a um “outro”. Nesse sentido, Woodward argumenta:

“A identidade é relacional, ou seja, ela depende, para existir, de algo fora dela. Depende de outra identidade que ela não é. Ela se distingue por aquilo que ela não é”. (Woodward, 2000, p. 9).

A autora acrescenta que a conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas, podendo ser demarcadas, por exemplo, em ao menos dois grupos em oposição – “nós” e “eles”.

Na literatura, um estudo clássico sobre a identidade da classe trabalhadora exemplifica essa construção relacional e contrastiva da identidade de determinados grupos. Richard Hoggart (1986) realizou um estudo etnográfico sobre a cultura operária na Inglaterra. Ele investigou qual a visão da classe operária inglesa por si e em relação aos outros. Nesse estudo, constatou que eles se constituem e se colocam no mundo a partir do uso de pronomes, ou seja, o pronome *nós* identifica a classe operária, enquanto o pronome *eles* define os não-operários, os que não fazem parte do *nós*. Segundo o autor, a força do grupo se dava pelo sentimento de exclusividade e pelo forte senso de grupo que partia da localidade (do local de moradia).

Ou seja, a identidade contrastiva era constituída pela força da exclusividade de um grupo, construída a partir da afirmação de “um ‘nós’ em contraposição aos

‘outros’”. Fato este que nos permite compreender melhor as dinâmicas de construção de laços de pertencimento que no caso deste grupo estava baseado na questão da classe social ao mesmo tempo em que referido ao local de moradia.

Barth (1976), em seu clássico estudo sobre grupos étnicos e suas fronteiras também aborda a questão das identidades. Nesta obra, o autor apresenta sua aceção de identidade contrastiva:

(...) Essa identidade como qualquer outra identidade coletiva (e assim também a identidade pessoal de cada um), é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que integram ou não. (apud. PUTIGNAT & STREIFF-FERNAT, p. 11, 1997).

Por sua vez, Norbert Elias e John L. Scotson (2000), abordam a questão do pertencimento e da construção de fronteiras entre grupos sociais a partir do estudo de uma comunidade da periferia urbana inglesa que apresentava uma clara divisão em seu interior.

Na comunidade, a distinção entre os moradores não se dava por questões étnicas, padrão habitacional, tipo de ocupação, renda e nível educacional, em suma, enquanto classe social - as duas eram áreas de trabalhadores - a diferença estava fundada em uma crença na superioridade moral e social que se pautava no tempo de moradia. Os moradores que residiam há mais tempo (estabelecidos) no bairro tinham a autopercepção de que eram melhores do que os recém-chegados (*outsiders*). Estes, por sua vez, não tinham um senso forte de grupo, de coesão, e acabavam por assimilar o estigma de que não eram tão bons quanto os outros (*estabelecidos*).

O grupo de antigos residentes estabelecera para si um estilo de vida comum e um conjunto de normas e, sentindo a ameaça a seu estilo de vida já estabelecido, excluía e estigmatizava os recém-chegados e os tratavam como pessoas que não se inseriam no grupo - “os de fora”. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 24)

A expressão sociológica desse fato, segundo os autores, era uma diferença acentuada na coesão dos dois grupos. Um era estreitamente integrado, o outro não. Assim, podemos visualizar, a partir desse caso, que variações de coesão podem ser fontes de variação de poder. Além disso, a questão do tempo de moradia e de um estilo de vida em comum eram elementos fundamentais que geravam distinções entre os grupos de moradores.

2.3 IDENTIDADE E MEMÓRIA: PASSADO EM COMUM

Ainda em relação ao trabalho de Elias e Scottson, pode-se perceber que o caráter temporal tem grande influência na constituição dos grupos. O fato de possuir um passado em comum é visto como uma diferença de grande peso, tanto para a constituição interna de cada grupo quanto para a relação entre eles. Segundo os autores:

[...] as famílias antigas haviam atravessado juntas um processo grupal – do passado para o futuro através do presente que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns. Sem levar em conta essa dimensão grupal diacrônica é impossível compreender a lógica e o sentido do pronome pessoal “nós” que elas usavam para se referir umas às outras. (ELIAS & SCOTSON, 2000, p. 46)

Elias e Scottson ressaltam a necessidade de reconstituir o caráter temporal dos grupos e suas relações como processos na seqüência temporal, caso queiramos entender as fronteiras que as pessoas traçam ao estabelecer uma distinção entre grupos a que se referem como “nós” e grupos a que se referem como “eles”.

A dimensão temporal, trabalhada por Halbwachs como memória coletiva, quando o foco se dirige para grupos sociais e, conforme já visto com Elias e Scottson (2000), é valiosa para o entendimento de como são construídas as identidades e os laços de pertença tanto dos grupos, como destes com um determinado território. Bosi ao buscar compreender a noção de quadros sociais da memória, cunhada por Halbwachs (1990), afirma:

Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os ‘quadros sociais da memória’. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relação entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (apud. BOSI, 1979, p.17).

Michael Pollak afirma que a construção da memória coletiva seria uma forma de manutenção da coesão de grupos e instituições. Ela definiria e reforçaria sentimentos de pertença e fronteiras sociais entre grupos distintos dentro da sociedade. (POLLAK, 1989, p.7-8).

O autor afirma ainda que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. O conceito de identidade, utilizado por Pollak, refere-se ao seu sentido mais superficial, ou seja, o sentido da imagem de si para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Segundo o autor podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1989, p. 10).

Há também uma dimensão mais política da memória, que diz respeito a reivindicações e resistência, como nos afirmam Hall e Woodward, ou seja, uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. Dessa forma, ao tentar reafirmar uma identidade, buscam-na no passado, mesmo que possa estar sendo produzida uma nova identidade. (POLLAK, 1989, p. 11).

Nesse sentido, Woodward defende que diante da crise das identidades (nacional, étnica, globalização) algumas comunidades retornam a um passado perdido para lidar com a fragmentação do presente.

Stuart Hall (1990), por sua vez, discorre sobre as diferentes concepções de identidade cultural, procurando analisar o processo pelo qual se busca autenticar uma identidade por meio da descoberta de um passado supostamente comum. Segundo ele:

Ao afirmar uma determinada identidade, podemos buscar legitimá-la por referência a um suposto e autêntico passado – possivelmente glorioso, mas de qualquer forma um passado real – que poderia validar a identidade que reivindicamos (HALL, 1990, p. 27).

As identidades e as memórias, ao serem reivindicadas ou contestadas, assumem assim um conteúdo político, por explicitarem as relações de poder que perpassam essas construções sociais.

Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. Nesse cenário algumas identidades são contestadas. (WOODWARD, 2000, p. 19).

Segundo Woodward pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros, pois, todas as práticas de significação envolvem relações de poder, definindo, por exemplo, quem é incluído e quem é excluído.

2.4 IDENTIDADE E TERRITÓRIO: “NÓS”: “NOSSO LUGAR”

O conceito de identidade territorial é uma noção fundamental nesse trabalho, pois permite apreender como os diferentes grupos se reconhecem como pertencentes a um espaço e cultura em comum, ou seja, a partir de um território que os constitui e que por eles é constituído. Essa compreensão é igualmente relevante quando ocorre uma alteração do referente espacial, visto que, assim como o território, as identidades territoriais são, de alguma forma, afetadas.

Segundo Haesbaert, identidade territorial:

(...) é uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território. (HAESBAERT, 1999, p. 178).

Para o autor, “de certa forma, ainda que às avessas, negativamente, território e identificação de grupos sociais estão intimamente ligados. Não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 2007, p. 38).

O autor, ao trabalhar com os conceitos de identidade e território, o faz a partir de uma argumentação que atribui a estas duas noções um elo intrínseco. Um exemplo disso é sua definição de território:

(...) envolve sempre, ao mesmo tempo, (...) uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político – disciplinar e político-econômico: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos. (HAESBAERT, 1999, p. 42).

Considerando as identidades sociais enquanto simbólicas e partindo da própria discussão da natureza do “simbólico”, Haesbaert ressalta que os símbolos que compõem uma identidade não são construções aleatórias e arbitrárias, eles precisam ancorar-se em referentes materiais (HAESBAERT, 2007, p. 42).

O autor cita Woodward (2000) quando esta afirma que “a construção da identidade é tanto simbólica quanto social”, um de seus principais aspectos é que ela “está vinculada também a condições sociais e materiais”. E a “luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e conseqüências materiais”. Estas “causas e conseqüências materiais”, segundo a leitura de Haesbaert, vão desde a alusão a objetos do cotidiano até espaços geográficos bastante amplos que se tornam, então, referenciais simbólicos, através dos quais os grupos se reconhecem e afirmam suas identidades. Uma das bases que pode dar mais consistência e eficácia ao poder simbólico na construção identitária diz respeito aos referenciais espaciais, materiais (no presente ou no passado) aos quais a identidade faz referência. (HAESBAERT, 2007, p. 43).

Haesbaert afirma que se escolhem (ou, concomitantemente, reconstroem-se) espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de um determinado território se reconhecem, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns (HAESBAERT, 2007, p. 44).

Há também uma dimensão mais afetiva das identidades em relação aos territórios que servem como referentes para sua construção, bem como para a vivência cotidiana.

Segundo Park (1916), teórico clássico da Escola de Chicago, todo setor da cidade assume algo do caráter e das qualidades de seus habitantes. No fluxo do tempo, cada parte da cidade tomada em separado, inevitavelmente, se cobre com os sentimentos peculiares a sua população. Como efeito disso, o que a princípio era simples expressão geográfica converte-se em vizinhança, isto é, uma localidade com sentimentos, tradições e uma história sua. Dentro dessa vizinhança, a continuidade de processos históricos é de alguma forma mantida.

Michel De Certeau (1994), atento à vida cotidiana reflete sobre as questões de reconhecimento e proximidade em um determinado espaço a partir da construção social do território do bairro. Para ele:

A prática do bairro é desde a infância uma técnica de reconhecimento do espaço enquanto social. Assinatura que atesta uma origem, o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública. (DE CERTEAU, 1994, p. 44).

O bairro, para De Certeau, é, quase por definição, um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Pode-se, portanto, apreender o bairro como esta porção do espaço público em geral (anônimo de todo mundo) em que se insinua pouco a pouco um espaço privatizado, particularizado pelo fato do uso quase cotidiano desse espaço. A fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – que se estabelecem graças à proximidade, graças à coexistência concreta em um mesmo território urbano.

Além da dimensão afetiva da pertença, há também uma dimensão mais política. Em alusão a *différance* de Derrida, Haesbaert argumenta que “Se identificar (se) é também, de alguma forma, classificar, estas classificações com que re-significamos o mundo, nós e os outros, inclusive através de territórios, são objeto de intensas disputas entre aqueles que têm o poder de formular e mesmo de fixar estas categorias”. (HAESBAERT, 2007, p. 37)

Mas, esse poder também é múltiplo e não se restringe às figuras centralizadoras do Estado e das classes dominantes. Com base em Foucault, a interpretação de Haesbaert é a de que o poder se estende por todas as esferas da

sociedade, permitindo também reações de toda ordem, desde os microterritórios de resistência de nosso cotidiano até as redes planetárias dos movimentos contraglobalizadores.

A identidade territorial só se efetiva quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo, um espaço em que a apropriação é vista em primeiro lugar a partir da filiação territorial, e onde tal filiação inclui o potencial de ser ativada, em diferentes momentos, como instrumento de reivindicação política. Os casos mais conhecidos são os das identidades de bairro.

Em relação aos referentes espaciais, alguns autores como Bidou (1997) e Marzulo (2005) trazem contribuições no que diz respeito às transformações políticas e econômicas que incidem nos territórios das classes populares e interferem na construção de suas identidades.

Para Bidou, em uma época na qual a identificação social passa menos pelas esferas do trabalho e da cultura de classe, o espaço residencial é muitas vezes o último veículo da identidade, o último meio do qual podem ser tiradas fontes (materiais, sociais, simbólicos), especialmente para os pobres (BIDOU, 1997, p.7-8). Quando esse espaço é rígido demais para ser apropriado, deixa os moradores ainda mais pobres.

Segundo Marzulo (2005), a compreensão da dinâmica que define os grupos sociais pobres, a partir de sua condição espacial, remete à perda de centralidade do trabalho e ao enfraquecimento do reconhecimento identitário em função de sua inserção nesta esfera. Assim sendo, perdida a referência ao trabalho, restou a identificação das classes populares por sua condição de moradia. O território, segundo o autor, assume funções cada vez mais totalizantes, exatamente por esta condição contemporânea.

É justamente para os territórios da classe popular que me voltarei neste estudo e, particularmente, a processos ligados a dinâmicas urbanas que incidem em transformações em seus territórios e em suas identidades. Parti de um evento específico que é a remoção de grupos pertencentes à classe popular e posterior realocamento desses grupos em um novo local da cidade.

Esse tema é complexo por envolver diferentes esferas da sociedade: o Estado e suas políticas urbanas, os representantes do capital, bem como os moradores que sofrem com o processo de remoção. No próximo capítulo procurarei discutir sobre a dinâmica urbana que está por trás das remoções, mas é

importante ressaltar que o foco do trabalho reside no entendimento de como os grupos removidos e realocados, vivenciam esse processo e como seus laços de pertença a um grupo ou território são afetados.

3 . DINÂMICAS URBANAS E PRÁTICAS DE REMOÇÃO – DOS CONFLITOS E TENSÕES DO “NÓS X ELES” À RESSIGNIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS

Consideramos que são os olhares sobre determinado território ou grupo social que orientam as práticas em relação a ele. As práticas de que falamos aqui são, especialmente, as relativas a projetos de intervenção urbana efetuados em territórios de classe popular ou, mais especificamente, a projetos que envolvem grupos sociais que moram em favelas ou vilas¹.

Dessa forma, busca-se, neste capítulo, trazer discussões relativas às representações sociais dos territórios de classe popular, principalmente aquelas construídas ou disseminadas por agentes sociais como a mídia, estudiosos das questões urbanas, bem como planejadores urbanos e o Estado, estes os principais responsáveis pela implementação de ações voltadas para estes territórios.

Nesta investigação, irei me voltar para as ações caracterizadas pelas práticas de remoção, por considerar que as representações sociais, que aparecem na forma de discursos e principalmente ações, são refletidas nessas intervenções. Concebendo assim, que as práticas de remoção materializam as formas dominantes de perceber os territórios e os grupos sociais que nele habitam.

Questões relativas à identificação e valoração negativas desses espaços, a estigmatização, bem como noções de ordem social e perigo estão presentes nos discursos acerca de tais territórios. Mas além dessa dimensão mais simbólica há, também, uma dimensão econômica que diz respeito à segregação socioespacial, a reprodução das desigualdades e a participação na riqueza gerada pela sociedade.

Além disso, busca-se trazer reflexões sobre como se dá a prática de remoções, quais conseqüências para os grupos sociais envolvidos, bem como conhecer as táticas que esses grupos utilizam para se apropriar dos novos locais que lhe foram destinados. Dessa forma, acreditamos ser possível ter elementos que nos possibilitem maior compreensão de como os grupos sociais que sofreram esses processos de remoção (re) constroem suas identidades em relação aos novos espaços que lhe são impingidos.

¹ Vila: expressão que no Rio Grande do Sul denomina o mesmo que favela no resto do país.

3.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE OS TERRITÓRIOS DE CLASSE POPULAR: “OLHARES SOBRE O OUTRO”

Ao retomarmos a fala de Haesbaert que diz: “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 2007, p. 38), podemos acrescentar que não há território sem algum tipo de valoração simbólica a partir de um olhar de “fora”, “dos outros”, ou seja, de quem não vive esse espaço cotidianamente.

A noção de representações sociais remete a Durkheim (1996). Segundo o autor, as representações integrariam a consciência coletiva de que estaria dotada a vida social. Dessa forma, para o autor, onde há vida social surgem efeitos que se sobrepõem ao nível dos indivíduos que compõem a coletividade e que refletem a própria vida da coletividade. Assim sendo, as representações encontram-se exteriores às consciências individuais que formam a coletividade, podendo ser consideradas como existindo, em certa medida, independentes do substrato que as compõem. As representações originam-se das relações estabelecidas pelos indivíduos, ou seja, “não derivam dos indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação (...)”. (DURKHEIM, 1996, p. 39).

Em trabalhos que têm por tema de estudo a classe popular, tanto estudos mais recentes (MARZULO, 2005), quanto antigos (PERLMAN, 1977), verificamos que há uma forte ligação entre os territórios de classe popular e seus moradores, seja na favela, vila, cortiço, etc. No passado, segundo Perlman, esses lugares e pessoas eram caracterizados pela anomia social, decorrente de um diferente estilo de vida que esta população tinha em relação aos demais habitantes da urbe. Hoje, ainda verifica-se essa valoração negativa, porém elementos como a precarização do trabalho e a degradação desses espaços (MARZULO, 2005) somam-se à crescente cultura do medo (RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A., 2007) que se traduz muitas vezes em discursos que associam esses espaços à criminalização. Os autores afirmam que, com as identidades sociais fragmentadas, as formas pelas quais a sociedade classifica e identifica os moradores dos bairros periféricos e pobres voltam a ser marcadas por categorias nominais que denotam o perigo dessas populações para a própria sociedade. Essa valoração negativa dos espaços

de que fala a literatura pode ser compreendida a partir da estigmatização dos territórios e dos grupos que nele habitam.

Elias e Scotson (2000) trabalham com o que denominam sociodinâmica da estigmatização. Segundo eles, é comum ver membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo. Ainda acrescentam que, “afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas mais usadas pelos grupos que estão em posição superior nas disputas de poder, como meio de manter sua condição de superioridade social”. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 24).

Pesavento (1999), por sua vez, ao investigar territórios que denomina “espaços malditos”, defende que a linguagem da estigmatização, na qual as palavras compõem o registro da diferença, qualifica o espaço a partir de um sistema classificatório que se apóia no simbólico. Ou seja, “a linguagem da estigmatização configura uma condição atribuída, que expressa uma alteridade condenada”. Para Pesavento:

As correspondências se estabelecem nos registros de língua constituindo os lugares malditos que têm como contraponto e referência uma identidade desejada, composta pelo discurso erudito e/ou técnico. A formulação do "nós" identitário sonhado, que corresponde ao mundo dos cidadãos, do espaço urbano normatizado e da vida regrada, constitui-se necessariamente numa dimensão relacional: a cidade da ordem existe por "causa" e "contra" a alteridade denunciada. (PESAVENTO, 1999, p. 4).

Elias e Scotson, afirmam que um dos padrões de estigmatização mais utilizado pelos grupos que detém o poder diz respeito à pobreza e à desordem em relação ao respeito às leis e às normas (definidas e aceitas pelo grupo de maior poder). No caso, de Winston Parva, comunidade estudada pelos autores acima citados, eles identificam que:

[...] as famílias antigas nutriam a suspeita de que as casas ‘deles’, e especialmente as cozinhas, não eram tão limpas quanto deveriam ser. Em quase toda parte, os membros dos grupos estabelecidos, orgulham-se de ser mais limpos nos sentidos literal e figurado, do que os recém-chegados. O sentimento difundido de que o contato com membros dos grupos ‘outsiders’ contamina, observado nos grupos ‘estabelecidos’, refere-se a contaminação pela anomia e pela sujeira misturadas numa coisa só. (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 65).

Segundo os autores, “a estigmatização, como um aspecto da relação entre estabelecidos e outsiders, associa-se, muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo ‘outsider’”. No caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondente acentuada, os grupos ‘outsiders’ são comumente tidos como sujos e quase inumanos.

Em relação à ordem e à sujeira, a antropóloga norte-americana Mary Douglas (1976), traz importantes contribuições por fazer reflexões sobre os sentidos e conexões entre pureza, poluição e perigo em “sociedades primitivas” fazendo um paralelo com a nossa sociedade. Mary Douglas, em relação à sujeira, afirma que ela é essencialmente desordem, dessa forma ela é ofensiva à ordem. A autora ainda acrescenta que cada cultura impõe sua noção de sujeira e de contaminação e, assim, determina sua noção de ordem. Então, a partir disso, a sujeira deve ser eliminada. De acordo com Douglas, o primeiro estágio é reconhecer o que está fora do lugar e é uma ameaça à ordem. Segundo ela:

Primeiro estão, reconhecidamente, fora do lugar, uma ameaça à boa ordem, e assim considerados desagradáveis e varridos vigorosamente. Neste estágio tem alguma identidade: podem ser vistos como pedaços indesejáveis de seja lá o que for: cabelo, comida, embrulho. Este é o estágio em que são perigosos, sua semi-identidade ainda adere-se e a qualidade da cena na qual se intrometeram é prejudicada por sua presença. Mas, um longo processo de pulverização, decomposição e putrefação aguarda qualquer coisa física que tiver sido reconhecida como suja. No fim, qualquer identidade desapareceu. A origem de diversos pedacinhos e partes está perdida e entram na massa do lixo comum. É desagradável remexer no refugo para recuperar algo, pois isso restaura a identidade. Enquanto a identidade está ausente, o lixo não é perigoso. (DOUGLAS, 1976, p. 194).

Em relação aos territórios “malditos”, Pesavento (1999) afirma que “a linguagem da discriminação delimita estes territórios urbanos em duas instâncias: a dos ‘lugares de enclave’, que os situa interpenetrados e lado a lado, com espaços da ‘cidade da ordem’ e o dos ‘lugares da exclusão’(...) em torno da ‘verdadeira cidade’”. E ainda acrescenta que “a topologia simbólica dos lugares estigmatizados da urbe’ associa a pobreza ao perigo e ainda estabelece correlações entre cor, condição social e comportamento desviante”. (PESAVENTO, 1999, p. 7).

Mary Douglas (1976) ao fazer uma reflexão sobre os limites externos tanto sociais quanto corporais busca estabelecer correspondências entre um e outro. Para a autora, os significados que determinada sociedade atribui a seus limites corporais (seus orifícios) e seus refugos (urina, fezes, saliva, suor, etc.) estariam intimamente ligados com a “pureza e perigo” associados aos limites dessa sociedade. Trazendo isso para o contexto urbano, podemos dizer que ao associar a pobreza com sujeira, perigo, desordem, ou seja, valores negativos, assim como são concebidos os rejeitos corporais (urina, lixo, fezes) e que devem ser afastados do corpo e não mais retornarem, também, devem ser enviados para a periferia pessoas, grupos sociais ou territórios que são associados ao perigo ou à desordem devem ser afastadas do centro dessa sociedade, sob a pena de “macularem sua pureza”.

3.2 OLHARES QUE ORIENTAM PRÁTICAS: MÍDIA, ESTUDIOSOS, PLANEJADORES URBANOS E O ESTADO

O sociólogo Loic Wacquant (2001) ao estudar os bairros populares franceses, as *banlieues* e os guetos norte-americanos, argumenta que a maior visibilidade que algumas questões vêm tendo se dá pela multiplicação de agentes que têm interesse profissional em sua existência e problematização. (WACQUANT, 2001, p. 116). O autor identifica a mídia sensacionalista, os estudiosos e o Estado como agentes que, ao encarar a realidade social de forma irresponsável, podem reforçar o estigma dessas populações.

O autor afirma que é necessário questionar a equação apressada entre transformações do discurso e transformações do real e de sublinhar a enorme defasagem que pode existir entre um fenômeno social e sua projeção na mídia. Já que, segundo o autor, as representações que circulam no campo jornalístico contribuem para elaborar a realidade, uma vez que elas “influenciam a maneira como a realidade é percebida, gerida e vivida tanto pelos responsáveis pela administração dos ‘problemas sociais’ quanto pelos que são alvo das intervenções”. (WACQUANT, 2001, p. 15). Para Wacquant, esse discurso pode ser poderoso no caso de populações que, além de sua marginalização econômica, sofrem, antes de mais nada, por serem desprovidas do controle de sua própria representação pública.

A antropóloga norte-americana Janice Perlman (1977), investigou na década de 1970 as diferentes maneiras de ver a favela e os favelados, ou seja, as representações sociais sobre os pobres das cidades². Perlman trabalha estas questões a partir do que denomina mitos da marginalidade, ou seja, um “conjunto de estereótipos generalizados e arraigados que constituem uma ideologia, um instrumento político para justificar as políticas das classes dominantes, das quais dependem as próprias vidas dos migrantes e favelados”. (PERLMAN, 1977, p.17).

Dentro deste tema, Perlman promoveu em 1969 uma conferência com urbanistas, arquitetos e planejadores com experiência em favelas para conhecer as posições centrais quanto à questão das favelas. Ela constatou que havia três pontos de vista principais: a) favelas como aglomerações patológicas; b) favelas como comunidades em busca de superação; c) favelas como uma calamidade inevitável.

O primeiro ponto de vista consiste na visão de que as favelas são aglomerações desordenadas de vagabundos, desempregados, mulheres e crianças abandonadas, bêbados, ladrões e prostitutas que vivem em um ambiente sujo e insalubre, enfeiam a cidade e são parasitas por sua condição socioeconômica. Nesta perspectiva, considera-se que os favelados mantêm-se à parte, não contribuem em nada e são uma ameaça pública, além de ocuparem terras geralmente valiosas e impedem que se lhes dê uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas.

Segundo a autora, esse ponto de vista implica na idéia de que tanto para a cidade quanto para os favelados seria melhor que as favelas não existissem mais. A proposta é de que se erradique a favela e, sempre que possível, seus habitantes sejam removidos para áreas remotas, o mais distante possível do centro das cidades, onde a terra é mais barata e onde os favelados poderão morar em conjuntos habitacionais baratos que obedçam a padrões mínimos de habitabilidade. Esta visão negativa das favelas é, segundo Perlman, o mito dominante sobre o assunto, sendo compartilhada não apenas por alguns estudiosos e teóricos, como também por amplos segmentos da população, e o que é mais importante por governantes e formuladores de políticas públicas. (PERLMAN, 1977, p. 43).

² Visões estas que, segundo a autora, derivam-se de inúmeros estudos populares, teorias acadêmicas e preconceitos locais.

A segunda perspectiva, trata do que a autora denomina de “favelas como comunidades em busca de superação”. Este ponto de vista considera a favela habitada por gente dinâmica, honesta e capaz e que os favelados contribuem para a economia na qualidade de trabalhadores e consumidores e através de melhorias que fazem em seus terrenos e casas. Considera que os favelados têm capacidade empresarial e espírito de organização que pode ser percebido nos mutirões, nos serviços públicos da comunidade e nas complexas redes de organizações sociais e políticas. Ajuda mútua, lealdade e senso de comunidade também fazem parte desse ponto de vista sobre a favela e os favelados.

Segundo Perlman, um grupo de sociólogos brasileiros que trabalhou fortemente em favelas constatou que ela é usada como bode expiatório para muitos problemas sociais não resolvidos como o baixo índice de crescimento do PIB, altos índices de inflação, etc... E, além disso, acrescentam que, pelo fato de essas definições de favelas estarem tão arraigadas, muitos favelados acabam por interiorizar esses discursos. Segundo a autora, o fato crucial é que a estrutura urbana impediu o desenvolvimento do favelado e restringiu o acesso à educação formal, dificultando as possibilidades de que ele possa resolver por si próprio os problemas urbanos relacionados à favela.

Devido a tal atitude, esse grupo de sociólogos dos quais fala Perlman afirmam que todos os planos relativos a favelas até agora, na década de 1970 (período em que Perlman publica “O mito da marginalidade”), se basearam em normas sociais de moral e decoro da classe média, que não tem o menor valor nas circunstâncias específicas da favela. Esta segunda perspectiva partilha da idéia de que ao invés da remoção das favelas deveria haver uma política oficial de regularização fundiária e urbanização do local que concedesse aos favelados títulos de posse de suas terras, acesso fácil a fontes de financiamento, empréstimos a longo prazo e assistência técnica e lhes permitissem assim ser agentes de sua própria melhoria.

A idéia de que as favelas são uma calamidade inevitável é o terceiro ponto de vista, e seu discurso está pautado sobre o fato de que as favelas são conseqüências naturais do rápido crescimento urbano, ou seja, as cidades cresceram rapidamente, porém não conseguiram crescer suficientemente depressa para proporcionar empregos e serviços urbanos para todos. Nesta perspectiva, apesar de os favelados serem considerados socialmente indesejáveis, são considerados úteis como mão-de-obra barata e de votos fáceis para comprar. Segundo Perlman, essa é uma visão

paternalista amparada na idéia de que os favelados precisam ser guiados, ensinados e educados pela boa vontade dos mais afortunados. A idéia é a de que podem ser recuperados, porém sem que se modifique as estruturas básicas da situação. Segundo a autora, os melhores programas são paliativos como distribuição de alimentos e roupas, clube de mães, etc. E, segundo Perlman, acredita-se que os favelados mais merecedores superarão os inúmeros obstáculos e se integrarão à sociedade.

Conhecer as representações sociais acerca dos espaços de classe popular é de extrema relevância, pois estas geralmente definem as ações que são tomadas em relação a seus territórios e grupos sociais. Segundo Perlman, “a maneira de ver a favela e os favelados, especialmente, por parte dos governantes, determina em larga escala as políticas que lhes são impostas”. Sendo assim, podemos dizer que na busca de soluções para os “males da cidade”³, o que é visto como um “mal” depende das representações sociais que se constroem acerca de determinados espaços e grupos.

Dessa forma, como já foi esboçado anteriormente, a identificação de discursos e práticas dos agentes dominantes que orientam tais processos, em especial os de remoção, tais como técnicos de planejamento urbano, a mídia e demais profissionais envolvidos nos ditos “problemas sociais” e que contribuem na caracterização do que é considerado “problema para a sociedade” são, geralmente, pertencentes à classe média. Isto nos permite compreender melhor como essas representações sociais incidem sobre as populações atingidas.

3.3 ESTRUTURA URBANA: PARA ALÉM DA DIMENSÃO SIMBÓLICA O ASPECTO ECONÔMICO

Para além da dimensão simbólica ou das representações sociais acerca dos territórios da classe popular e seus habitantes há uma dimensão material, ou nos

³ Em Cidades do Amanhã – Uma história intelectual do Planejamento e do projeto urbanos no século XX, Peter Hall, teórico norte americano afirma que o planejamento urbano no século XX, como movimento intelectual e profissional, representa essencialmente uma reação contra os males produzidos pela cidade do século XIX, surgindo em 1990 em reação aos horrores da cidade encortçada. (HALL, 1995, p. 9).

dizeres de Wacquant, há uma realidade objetiva (Wacquant, 2001) das desigualdades urbanas e distribuições do espaço.

Segundo Bourdieu (1997), a estrutura do espaço social se manifesta sob a forma de oposições espaciais, ou seja, o espaço habitado funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Dessa forma, não há espaço em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais e, segundo ele, muitas vezes isso se expressa de uma forma deformada, dissimulada pelo “efeito de naturalização”. Sendo assim, diferenças produzidas pela lógica histórica podem parecer surgidas da natureza das coisas.

A capacidade de dominar o espaço (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos ou privados) que se encontram distribuídos, depende do capital⁴ que se possui. O capital permite manter à distância pessoas e coisas indesejáveis, ao mesmo tempo em que aproxima essas pessoas e coisas desejáveis. Pessoas que não possuem capital são mantidas à distância, seja ela física ou simbólica, dos bens socialmente mais raros e condenadas a estar ao lado de pessoas ou de bens mais indesejáveis e menos raros. Assim sendo, conforme Bourdieu, a falta de capital prende a um lugar. E a reunião em um lugar onde há homogeneidade na despossessão tem também o efeito de redobrar essa despossessão (BOURDIEU, 1997, p. 166). Ainda segundo o autor, o espaço social se retraduz no espaço físico de uma forma confusa, pois o poder se dá sobre a posse que o capital proporciona, sobre suas diferentes espécies, ou seja, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial dos bens e serviços, privados ou públicos.

Conforme Luis César Queiroz Ribeiro e Orlando Júnior (2007), o que comumente é chamado de estrutura urbana expressa, com efeito, as desigualdades existentes em uma cidade. Desigualdades essas que se manifestam no acesso aos recursos materiais materializados no espaço urbano, em razão da localização residencial e da distribuição desigual dos equipamentos, serviços urbanos, da renda monetária e do bem-estar social. Segundo os autores, desde o célebre trabalho de

⁴ Bourdieu amplia o conceito de capital, não se restringindo apenas à esfera econômica. Para ele existem diferentes formas de capital como o capital social, capital cultural, capital simbólico e, claro, o econômico. A esta parte do texto que me refiro o capital de que Bourdieu fala é a soma de todos estes capitais acima citados.

Harvey (1973) sobre a cidade e a justiça social, entende-se que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, como também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza gerada na sociedade.

3.3.1 Transformações da paisagem urbana: Segregação – periferização

Furtado (2003), ao abordar o processo de periferização⁵ da classe trabalhadora em Porto Alegre, afirma que a origem dos padrões de segregação contemporâneos nas cidades deriva do desenvolvimento de mudanças econômicas e sociais que aconteceram no passado. Alterações na estrutura do mercado de trabalho, a crescente divisão social, são elementos responsáveis por essas transformações, explicitando assim a hierarquia do uso do solo urbano e a estrutura de distribuição de riqueza encontrada nas sociedades capitalistas.

A história do desenvolvimento urbano é uma história de permanentes transformações da paisagem urbana. Muito mais rápida e institucionalizada com o advento do capitalismo. Transformações que necessitam, no entanto, ser vistas com um permanente processo de reestruturação do espaço urbano, com nada permanecendo intocado por muito tempo. Isto é, um processo, onde o espaço é produzido e utilizado de acordo com uma estrutura hierárquica do uso do solo, constituída de forma a moldar as diferenciações espaciais, e atendendo às necessidades do processo de produção e das suas forças sociais dominantes. (FURTADO, 2003, p. 41).

Furtado destaca que o processo de ocupação ou (re) apropriação do espaço não se dá sem tensão, ou seja, por mais que ele seja efetivado, ele nem sempre ocorre de forma passiva, explicitando assim as contradições sociais e os diversos interesses e agentes. Portanto, para o autor, as transformações do uso do solo

⁵ Segundo Furtado, comumente se denomina de periferização a expulsão dos estratos da classe trabalhadora de menor renda para a periferia urbana. Processo ocorrido tanto pelo fato de moradias populares serem substituídas por outras de melhor nível, para as camadas média e alta, nas áreas centrais, como pela destinação de áreas residenciais populares para atividades de outra natureza: seja para abrir vias de circulação ou para ocupação comercial e de serviços, também para atender essas camadas de maior renda.

urbano estão pautadas pelo interesse de alguns setores da economia. Dessa forma, o autor argumenta:

Empresas privadas e indivíduos desenvolvem, trocam e utilizam o solo urbano de acordo com os seus motivos e interesses particulares historicamente determinados. O processo assume a forma de uma tensão permanente entre os diversos setores da sociedade na disputa pela apropriação e controle do uso do espaço para propósitos individuais e sociais. Para isto, o instrumento da propriedade privada, a intervenção do Estado e outras formas de poder de classe e social são elementos fundamentais. (FURTADO, 2003, p. 45).

Porém, o que nos é relevante nessa questão é como o Estado enquanto agente nesse processo de transformação do uso do solo opera em relação aos demais agentes e, mais especificamente, como age frente às diferentes classes sociais e às suas demandas.

Nesse processo, o Estado foi e tem sido um agente segregador no que diz respeito ao desenvolvimento urbano quanto à remoção de favelas (FURTADO, 2003). Furtado, apoiado em Hamnett e Williams (1979), considera que o Estado pode atuar como um agente segregador, pois, a partir do provimento de recursos físicos e financeiros em determinado espaço, aumenta o preço do solo e esse processo pode acelerar a expulsão indireta ou direta dos trabalhadores das áreas valorizadas pelos investimentos.

Bourdieu também destaca que, em relação às lutas pelo espaço, o Estado detém um imenso poder, pois tem a capacidade de alterar o mercado do solo, de moradia, do trabalho e da escola. Apesar de salientar que as lutas pelo espaço também podem assumir formas mais coletivas, principalmente no que diz respeito a equipamentos públicos.

3.4 “DESENVOLVE... ENTÃO JOGA PRA LÁ...”: PRÁTICAS DE REMOÇÃO

Dentro das políticas de transformação do uso do solo, uma que se fez e ainda se faz presente, embora de forma mais institucionalizada, explícita, é a prática de remoções de grupos sociais que vivem em áreas irregulares nos mais diversos locais das cidades. Embora esta prática não seja mais parte de uma política pública

oficial, como no período de governo militar, ela ainda não desapareceu totalmente, e assim continua a configurar as nossas grandes cidades. Ou seja, ainda lhes é negado o direito à cidade.

Optamos por esse recorte já que o mesmo nos possibilita apreender empiricamente os diversos elementos que participam das dinâmicas urbanas e incidem na vida cotidiana dos habitantes das cidades - em nosso caso, mais especificamente, em grupos de classe popular, ou como nos dizeres de Duarte, grupos que estão situados ao pé da pirâmide social.

Dessa forma, utilizando trabalhos empíricos e teóricos que enfatizam o tema das remoções, abordaremos questões que possam contribuir para o esclarecimento de nossa principal questão de investigação, isto é - como uma população segregada por políticas públicas constrói suas identidades em um novo território.

3.4.1 As conseqüências das remoções para os grupos sociais envolvidos

Aurélia Gomes Abelém faz uma crítica ao planejamento e à intervenção do Estado na realidade urbana. Além de investigar a visão dos técnicos a serviço do Estado e do planejamento, a autora procura incorporar a visão da população que está sofrendo a ação estatal.

Seu estudo de caso foi realizado em Belém junto ao Programa de Recuperação das Baixadas de Belém, no qual 800 famílias foram removidas das áreas alagadas da cidade. Utilizando uma abordagem antropológica, Abelém enfoca tanto como a população percebe a remoção e urbanização quanto como os mesmos fatos são representados pelos planejadores. Dessa forma, Abelém possibilita um debate sobre a função do planejamento, suas conseqüências sobre as pessoas que, encontrando soluções de sobrevivência na cidade, vêem essas soluções desarticuladas em nome de uma melhor condição de vida.

A quando da renovação urbana, normalmente não se questiona o que leva essa população a procurar áreas carentes de toda e qualquer infraestrutura física, analisando-se simplesmente os efeitos e não as causas. O que se observa é que a população assim trabalhada, sem ter resolvido seus problemas fundamentais, reproduz em outras áreas as mesmas condições de vida da área de onde foi retirada. (ABELÉM, 1988, p. 20).

3.4.2 Perdas em função da localização

Segundo Abelém, diversos trabalhos têm demonstrado que a prática de remoção de favelas não trouxe outra consequência senão a de valorizar áreas urbanas às quais tiveram acesso classes de maior renda após a retirada das favelas. Segundo a autora, esta prática tem, em realidade, favorecido o surgimento de novas favelas, já que as habitações oferecidas pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) aos favelados terminavam nas mãos de outras classes sociais de renda mais alta, tendo em vista as famílias para aí removidas não terem condições de atender às exigências do sistema financeiro.

Em relação ao seu estudo de caso, realizado na cidade de Belém, Abelém defende que as expectativas da população quanto aos benefícios que a renovação urbana traria não puderam ser materializados. Segundo ela, estes moradores:

Adquiriram a casa própria, porém, sem condições de permanecer com ela, saíram do local, mas tiveram seus vínculos sociais quebrados, seu orçamento doméstico desarticulado, enfim, suas estratégias de sobrevivência afetadas (ABELÉM, 1988, p. 79).

De acordo com Perlman, a mudança dos locais de residência por imposição do governo traz grandes perdas para a população removida, principalmente no que diz respeito à localização. Antes da remoção, essas populações tinham proximidade com as classes mais abastadas e, diante disso, conseguiam trabalhos como doméstica, costureira, lavadeiras de roupa, pedreiro, vigilante, carpinteiro, etc. assim como tinham também proximidade com serviços urbanos tais como, feiras, transporte, postos médicos, escola, etc. Dessa forma, segundo a autora a vantagem da localização compensava as dificuldades e lhes permitia sobreviver com maior facilidade .

3.4.3 Imposições: Por que não perguntar o que é melhor para o “outro” e tentar adequar os projetos aos “seus” desejos, valores, estilo de vida?

Outra questão que se coloca em relação às remoções é que na maior parte das vezes as decisões são impostas, embora as justificativas para as remoções sejam em nome de interesses coletivos. Em seu estudo, Abelém (1988) constatou que as pessoas não participavam nem do planejamento de sua própria remoção quanto do planejamento do novo local de moradia, seja do projeto e construção de sua casa, da localização de sua quadra e lote, etc. Segundo ela, se o princípio era melhorar as condições de vida da população, porque não perguntaram o que era melhor para ela?

A possibilidade da remoção traz tensão e insegurança aos moradores, pois com ela sobrevêm a ameaça da perda. Para Ana Margarete Heye (1980), além de suas casas, todo um modo de vida e uma segurança estabelecida são abalados. O espaço, normalmente planejado por não moradores, traz distribuição de casas idênticas, não personalizadas e feitas de acordo com critérios alheios às realidades dos *networks* de parentesco dos moradores. Além disso, na remoção, também ocorre a “perda dos investimentos financeiros da construção e reforma das casas, a perda de investimento social e da manutenção dos laços de parentesco e vizinhança”. (HEYE, 1980, p. 127).

3.4.4 As conseqüências de projetos urbanos que não levam em consideração o “outro”

Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Voguel (1985), realizaram um estudo em um bairro que estava passando por um processo de renovação urbana. Os autores buscaram questionar grandes postulados da teoria urbanística, além de trazerem à tona o que denominam de atos do cotidiano que põem em cheque idealizações utópicas sobre o espaço e as formações sociais que comporta.

É preciso saber quais os verdadeiros efeitos de determinadas ações sobre o meio urbano. Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com fantasias de quem as trata desta forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos

históricos e se desempenham como podem, tendo que comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis. (SANTOS e VOGUEL, 1985, p. 7).

Para eles, as “cidades são de fato da conta e da responsabilidade de todos que nela habitam e que, portanto, merecem conhecê-las e debatê-las sempre que possível”. (SANTOS e VOGUEL, 1985, p. 9).

No campo urbano uma elite acadêmica ou técnica, detentora de um saber – fazer, considera sua tarefa natural a instrução da massa. Esta seria passiva por excelência e estaria sempre receptiva e disposta a incorporar indicações superiores e iluminadas quanto aos melhores caminhos para a construção ou apropriação de seus espaços sociais. (SANTOS e VOGUEL, 1985, p. 12).

Com o objetivo de entender melhor os processos de desenvolvimento das cidades, os autores postulam que o campo de estudo dessa temática necessita de trabalhos mais reflexivos sobre o tema da apropriação e os usos, além de simples relatórios (exposição de planos e resultados).

3.5 MECANISMOS DE DEFESA E SUPERAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS REMOVIDOS EM RELAÇÃO ÀS DECISÕES IMPOSTAS PELO ESTADO

Em relação às remoções, Santos e Vogel ressaltam que: “a maioria da população que não tem tido alternativa senão aceitar as imposições acabou por criar mecanismos de defesa e superação”. Dessa forma, revertem os significados dos espaços que lhes são impingidos e “cria[m] às vezes com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassem as ordens simplistas e abstratas dos planejadores”. Segundo os autores, “acumula-se desta forma um desconhecimento exponencial e se, o pensamento erudito sabia pouco sobre os usuários que pretendia atingir, passa a saber menos ainda sobre os efeitos ‘distorcidos’ de suas intervenções”. (SANTOS e VOGUEL, 1985, p. 12).

Nessa linha de pensamento de Santos e Vogel sobre o fato de os moradores reverterem os significados dos espaços que lhes são impingidos, temos uma importante contribuição do antropólogo e historiador francês Michel de Certeau. Para

o autor, o consumo das idéias, valores e produtos pelos anônimos sujeitos do cotidiano não é uma prática passiva feita de puro conformismo às imposições do mercado e dos poderes sociais, ou seja, sempre existem apropriações e ressignificações no que foi planejado inicialmente, sempre existe uma espécie de defesa humana contra as imposições sociais. Nesse contexto, De Certeau traz a idéia de “procedimentos populares”:

Se for verdade que por toda parte se estende e se precisa de uma rede de vigilância, mais importante é descobrir como uma sociedade inteira não se reduz a ela, que procedimentos populares (minúsculos e do cotidiano) jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos dominados dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (DE CERTEAU, 1994 p. 41).

A idéia de “procedimentos populares” de De Certeau pode nos auxiliar na compreensão de como os moradores que são removidos de seus territórios e passam a ocupar um novo local imposto pelo poder público “jogam” com os mecanismos de disciplina e os alteram e, assim, (re) constroem um espaço a partir de símbolos que fazem parte de seu sistema simbólico, de seus “valores” e de seu “estilo de vida”.

Ao trabalhar com o que denomina de “maneiras de fazer”, De Certeau diz que elas aparecem muitas vezes senão a título de resistências em relação ao desenvolvimento da produção sociocultural. Muitas práticas cotidianas e uma grande parte das “maneiras de fazer”, segundo De Certeau, são vitórias do mais fraco sobre o mais forte, pequenos sucessos.

Ao falar de práticas cotidianas (culturais), De Certeau (1994) as define como uma combinação mais ou menos coerente, mais ou menos fluida, de elementos cotidianos concretos ou ideológicos, ao mesmo tempo passando por uma tradição (de uma família, de um grupo, social) e realizados dia-a-dia através dos comportamentos que traduzem, em uma visibilidade social, fragmentos desse dispositivo cultural. Prático, para o autor, vem a ser aquilo que é decisivo para a identidade de um usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar na rede de relações sociais inscritas no ambiente. Ainda em relação às práticas, De Certeau distingue dois tipos de ação: uma corresponde às estratégias e a outra às táticas. Segundo o autor, a estratégia postula um lugar

circunscrito como próprio e pode servir como base a uma gestão de suas relações à exterioridade, ou seja, é uma espécie de modelo estratégico. Enquanto a tática “ao contrário, só tem por lugar o outro, ela aí se insinua, fragmentariamente, sem apreendê-lo por inteiro”. (DE CERTEAU, 1994, p.46). O próprio, de que é composta a estratégia, é, segundo o autor, uma vitória do lugar sobre o tempo. Em contraposição, a tática pelo seu não-lugar depende do tempo vigiando para ter possibilidades de ganho, tendo que constantemente jogar com os acontecimentos para transformá-los em “ocasiões”, ou seja, em momentos oportunos, combinam-se elementos heterogêneos que possibilitam vitórias. Especificamente em relação à classe popular, De Certeau diz “A fraqueza em bens financeiros, em meios de informação e em seguranças de todo o tipo exige um acréscimo de astúcia, de sonho ou de senso de humor” (DE CERTEAU, 1994, p.44).

Em suma, De Certeau ao trabalhar com a “vida cotidiana” enfoca as possibilidades que o homem tem em relação à conformação ao que é ordenado, imposto, planejado em várias esferas da vida social nos chamando a atenção para observarmos as táticas de resistência e as maneiras de fazer que o homem comum utiliza para se apropriar e ressignificar o que muitas vezes lhe é impingido.

Marshall Sahlins (1990), também atenta para as ações criativas dos sujeitos históricos, segundo ele “como as circunstâncias contingentes da ação não se conformam necessariamente aos significados que lhes são atribuídos pelos grupos específicos, sabe-se que os homens criativamente repensam seus esquemas convencionais”. (SAHLINS, 1990, p.7).

Em relação à remoção, ou seja, deixar seus territórios e (re) construir suas vidas em outro espaço é necessário conhecer as interpretações ou significados que os grupos sociais envolvidos constroem em relação a esse evento (remoção). Nesse sentido, invocamos Sahlins ao afirmar que:

O significado de qualquer forma cultural específica consiste em seus usos particulares na comunidade como um todo. Mas este significado é realizado *in presentia*, apenas como eventos do discurso ou da ação. O evento é a forma empírica do sistema. (...). Um evento é de fato um acontecimento de significância é dependente na estrutura por sua existência e seu efeito. (...) Ou, em outras palavras, um evento não é só um acontecimento no mundo; é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades ‘objetivas’ próprias e razões procedentes de outros mundos (sistemas), não são essas propriedades, enquanto tais, que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma com que é projetada a partir de algum

esquema cultural. O evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam. (SAHLINS, 1990, p. 191).

Aqui nessa passagem do texto de Sahlins, assim como em De Certeau e Santos e Voguel, apresentamos reflexões que assinalam para a possibilidade criativa dos grupos sociais na busca de soluções e novos significados diante de eventos, tanto no que se refere a questões mais objetivas ou materiais, como no que diz respeito aos significados atribuídos a esses eventos. Porém, igualmente ressalta-se que essas possibilidades criativas de subverter ações impostas que não levam em consideração seus “valores” e “estilos de vida”, demandam grandes dificuldades e esforços. Como já vimos anteriormente, as imposições trazem, perdas, prejuízos e dificuldades para os grupos sociais envolvidos, sejam elas de ordem material, relativa à mudança de seus territórios, de investimentos em suas casas, de localização (proximidade ao trabalho, ônibus, escola, etc.), ou de ordem social pela ruptura dos laços de pertença a um local, de perdas pela falta de proximidade com suas redes de parentesco e de amizade, muitas vezes centrais para a manutenção tanto dos seus laços afetivos como de sociabilidade. Há ainda, a ruptura das redes de ajuda mútua, fundamentais em seu estilo de vida diante das necessidades advindas de sua condição social.

4. ESTUDO DE CASO

Segundo Howard Becker (1999, p.117-132), “estudo de caso”, nas ciências sociais, refere-se a uma análise mais detalhada e aprofundada de uma organização ou comunidade. Geralmente utiliza-se o método da observação participante e entrevistas. Por sua vez, a observação participante possibilita o acesso a um maior número de informações, podendo, inclusive, surgirem elementos não previstos pelo pesquisador ao planejar sua investigação.

Becker afirma que, em geral, o estudo de caso tem propósito duplo: buscar conhecer e compreender amplamente os grupos em estudo, ou seja, quem são seus membros, quais suas modalidades de atividade e interação, como elas se relacionam umas com as outras e como o grupo está relacionado com o mundo; além disso, desenvolver declarações teóricas mais gerais sobre regularidades do processo e estruturas sociais.

O estudo de caso aqui presente tem por finalidade conhecer como grupos pertencentes a territórios negros e de classe popular da cidade de Porto Alegre, que foram removidos de seus territórios por iniciativa do poder público, constroem suas identidades em um novo território. Este estudo, mais especificamente, trata de ex-moradores da Vila Santa Luzia e Ilhota que, ao serem removidos de seus territórios, deram início à ocupação de um novo, vindo a ser o atual bairro da Restinga. Buscamos, dessa forma, conhecer quem são esses moradores, quais suas trajetórias sociais e também como era seu cotidiano nos territórios de onde foram removidos. Por outro lado, queremos saber como é seu dia-a-dia hoje no bairro Restinga, quais são os símbolos básicos em torno dos quais constituem suas identidades, como esses moradores se relacionam tanto entre si como com a cidade. Visamos, ainda, investigar quais foram os processos que incidiram em suas trajetórias sociais, ou seja, aqueles que dizem respeito às dinâmicas urbanas mais amplas, isto é, a conjuntura socioeconômica-política da época e que envolve, entre outros desdobramentos, somados aos territórios negros pré-existentes (de escravos fugidos ou libertos), a aceleração do processo de industrialização, o êxodo rural, a não-absorção desse contingente no mercado de trabalho formal, etc. Contexto este que resultou no surgimento de áreas de ocupação “irregular”, denominadas “vilas de malocas” e que, por um conjunto de fatores, visando

“resolver” esse “problema” - que serão discutidos a seguir -, levaram, por fim, à remoção e posterior alocação dessas “vilas” no bairro Restinga.

Este estudo será dividido em duas etapas, a primeira correspondente à uma investigação histórico-documental que tem por tema o processo de formação da cidade de Porto Alegre e dos territórios negros e de classe popular. Volta-se, contudo, mais detalhadamente para aqueles processos que envolveram os territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia. Já a segunda, relativa ao método etnográfico, baseando-se em técnicas de observação participante, entrevistas semi-estruturadas e registros fotográficos, tem por universo de pesquisa, entre outros, os atuais moradores da Restinga, principalmente os oriundos da Ilhota e da Vila Santa Luzia.

A seguir, apresentaremos a investigação histórico-documental e, posteriormente, o capítulo que corresponde à formação dos territórios em questão.

4.1. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICO-DOCUMENTAL

A investigação sobre a formação dos territórios em questão envolveu ampla consulta a livros e artigos, além de visitas ao Acervo Histórico Moysés Vellinho, situado na cidade de Porto Alegre, onde pudemos recolher – de maneira bastante peculiar surpreendente material, especialmente relativo à Vila Santa Luzia.

Sobre a cidade de Porto Alegre e sua formação, a consulta contemplou publicações acadêmicas e não-acadêmicas. O livro “Porto Alegre: de aldeia à metrópole” (CARNEIRO, 1992) foi uma referência importante não só por disponibilizar um apanhado geral sobre a história da cidade, mas também por conter material referente à história da população negra e dos espaços de classe popular. “Porto Alegre e sua evolução urbana” (SOUZA, 2007) auxiliou a preencher algumas lacunas, especialmente para uma melhor compreensão da evolução urbana da cidade, devido à maneira com que a autora apresenta os fatos, ou seja, com clareza e contextualizados temporalmente.

No que diz respeito aos territórios negros e de classe popular, o livro “Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre” (SANTOS, 2005) auxiliou muito, em vista da dificuldade encontrada na identificação de publicações que tratassem da história dos negros na cidade de Porto Alegre. O

livro é composto por um rico conjunto de fotografias e artigos sobre diferentes personagens negros que participaram da construção da cidade de Porto Alegre, sendo que cada personagem/artigo é apresentado por autores negros de destaque nas mais diversas áreas. O artigo de Yosvaldir Bittencourt Jr., intitulado “Territórios Negros”, em especial, contribuiu no sentido de fornecer dados relevantes sobre a constituição dos territórios negros em Porto Alegre.

Quanto aos territórios de classe popular (CARNEIRO, 1992) foi também uma referência importante, por trazer de forma um tanto quanto pitoresca um relato sobre o “primeiro maloqueiro oficial” da cidade, representando e antecipando, segundo o autor, o futuro que estaria próximo, ou seja, a década de 1940/1950 onde surge com mais força e visibilidade o fenômeno das sub habitações em Porto Alegre.

Em relação à conjuntura socioeconômica-política da década de 1940/1950, para uma melhor compreensão desse contexto foi consultado material (artigos e livros) que discutisse questões relacionadas à habitação em Porto Alegre, bem como publicações sobre a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. “Memória nos Bairros: Restinga” (NUNES, 1990) faz um apanhado geral sobre a conjuntura da época e como ela repercutiu na cidade de Porto Alegre. Em “DEM HAB: com ou sem tijolos, a história da política habitacional em Porto Alegre” (D’ÁVILA, 2000) também discorre sobre o período, no entanto mais voltada para as implicações relativas à habitação.

Para investigar como se deu a intervenção do Estado em relação à questão da habitação popular e ao fenômeno das sub habitações, foram utilizados como referência novamente os trabalhos de Nunes (1990) e D’ávila (2000), bem como o artigo “A questão urbana e a questão da habitação” (PEREIRA, 1986) que analisa e constrói um histórico sobre as políticas habitacionais desde seu surgimento até o período pós-64. Os manuscritos de Cyro Martini, embasados em leis da câmara de vereadores de Porto Alegre, também constituíram uma fonte importante em relação às políticas habitacionais da cidade.

Com o intuito de obter dados sobre a formação dos territórios da Vila Santa Luzia e da Ilhota, recorri ao Acervo Histórico Moysés Vellinho na busca de informações que pudessem auxiliar e enriquecer este empreendimento. Devido ao caráter peculiar dessa investigação específica, segue seu relato e as reflexões que suscitaram.

4.2. PESQUISA NO ACERVO HISTÓRICO MOYSÉS VELLINHO

Inicialmente, em pesquisa exploratória, buscou-se informações sobre as vilas Ilhota e Santa Luzia em trabalhos de cunho acadêmico, assim como em publicações sobre a cidade de Porto Alegre, sobre os bairros de periferia e sobre as habitações de classe popular. Constatou-se, nessa busca, abundante material sobre o território da Ilhota (trabalhos acadêmicos, livros, recortes de jornal, fotos, etc.), contudo, o mesmo não se aplicava à Vila Santa Luzia, ou seja, não foi encontrado nenhum trabalho que contivesse dados referentes a este território.

Cabe observar que o Acervo Histórico Moysés Vellinho está localizado no bairro Santo Antônio (em Porto Alegre), fato relevante nesse relato que apresento a seguir:

“Chegando ao acervo fui atendida por um funcionário que perguntou qual era o assunto da pesquisa. Ao falar em Vila Santa Luzia, o sistema de busca por documentos nada encontrou. Comentei que esta era uma vila próxima ao próprio Acervo Histórico, ao que o funcionário respondeu nunca ter ouvido falar, complementando com um: ‘não temos documentos catalogados sobre esse local’”.

Essa breve conversa evidencia a carência de informações documentais sobre a Vila Santa Luzia, parecendo-nos ter sido “apagada” da memória oficial de Porto Alegre.

“Sugeri, então, que fosse feita, no sistema, a busca pelo bairro Santo Antônio e, para minha surpresa e do funcionário, havia um arquivo que continha preciosos dados sobre a Vila Santa Luzia. O arquivo, denominado Santo Antônio – Cyro Martini, proporcionou-me uma grata surpresa! Cyro Martini fora vereador da cidade, morador do bairro e da Rua Teixeira de Freitas, assim como eu tempos atrás... Martini, que pode ser considerado um exímio cronista”, havia me “presenteado” com um vasto material manuscrito sobre o bairro. Seus relatos iam desde a fundação do bairro Santo Antônio, a partir do movimento denominado Partenon Literário, passando pela história das vilas e arredores, dando especial destaque para a Vila Santa Luzia. O autor conta que de sua casa podia avistar a Vila, pois esta ficava apenas duas ruas distante e que, quando jovem, jogava futebol em um campo que havia por lá”.

Neste arquivo que contém os manuscritos de Martini há uma diversidade de documentos, tanto relatos a partir de suas reminiscências, enquanto observador e morador do bairro, quanto atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, obtidos por ele na época em que estava na vereança.

Essa forma de construir relatos nos remete a Halbwachs (1990) e o que ele chamou de “quadros sociais da memória”, ou seja, as referências simbólicas do indivíduo dependem do seu relacionamento com os “quadros sociais” que fizeram parte de sua biografia, tal como a família, a classe social, a escola, a igreja (a cidade, o bairro, os colegas de futebol, etc.), enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo.

Ao trazer relatos, enquanto dados para investigação, também é relevante pontuar que as lembranças de Martini são construções ou reconstruções do passado com o auxílio de dados do presente e que, além disso, segundo Halbwachs, “são preparadas por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Os relatos de Martini vão além dos dados descritivos sobre a Vila Santa Luzia ou das atas da Câmara, que contêm data e número das Leis às quais ele se refere, lá constam também opiniões, questionamentos e até mesmo expressões de indignação do autor em relação aos processos que apresenta. Infelizmente, não há qualquer registro visual da Vila Santa Luzia em seus documentos.

Conforme foi comentado anteriormente, os documentos pesquisados foram manuscritos pelo autor, contudo grande parte deles havia sido digitada e impressa, o que facilitou sua leitura, entretanto as normas do acervo não permitiam sua reprodução, cópia ou impressão. Diante desse fato, aventamos a possibilidade de fotografá-los ao que, felizmente, nos responderam positivamente. Logo, os documentos foram fotografados (por mim e pelo meu marido) e, posteriormente, transcritos para cá, ou seja, as fotos “transformaram-se” em arquivos digitais (Word) a fim de facilitar a leitura e a utilização dos mesmos.

“Confesso que não entendi a proibição das cópias xerográficas ou mesmo digitais destes documentos, o que tornaria esse processo muito mais rápido e fácil, contudo atentamos para uma nova técnica, ou uma técnica pouco conhecida ‘transcrição de fotografias’”. De qualquer forma, este foi um material muito rico não só para a pesquisa, visto que, pelo que se sabe, não havia nada mais denso sobre a Vila Santa Luzia publicado até então. Logo, o acesso e a possibilidade de publicação

de tal material é, de certa forma, remontar uma parte da história dos territórios de classe popular da cidade de Porto Alegre, que estava em grande parte circunscrita à memória oral de ex-moradores e que se faz aqui presente pelo cronista como veremos mais adiante no capítulo etnográfico aos ex-moradores dessa vila.

Já em relação à Ilhota, há uma diversidade de registros tais como fotos, crônicas, recortes de jornal, publicações do Projeto Renascença, mapas, plantas, etc. e Cyro Martini, em mais um manuscrito, intitulado “vilas populares”, discorre também sobre a Ilhota.

No que diz respeito ao bairro Restinga, o Acervo Moysés Vellinho possuía poucos documentos, à exceção de publicações em livros tratando da história do bairro. Uma referência importante foi “Memórias nos bairros: Restinga” (NUNES, 1990) que, além de apresentar fotografias antigas e recentes do bairro, tem em seu conteúdo muitos relatos dos primeiros moradores do bairro, bem como uma análise do processo e das dinâmicas urbanas que culminaram na criação da Restinga.

Outro fato que merece comentário, em relação à pesquisa documental no Acervo Histórico Moysés Vellinho, é a escassez de documentos explicada pelo funcionário de lá. Relatou ele que muitos documentos não são enviados para eles e que há um grande descaso dos demais órgãos públicos em relação à guarda de registros referentes à memória oficial da cidade. Além disso, segundo ele, uma grande quantidade de documentos relacionados a regiões de classe popular foram “perdidos” em um incêndio no DEMHAB, quando este ainda estava localizado na Av. Princesa Isabel. Felizmente, o material encontrado, por si só, foi muito enriquecedor, especialmente no que tange à Vila Santa Luzia, sendo possível trazer ao debate acadêmico uma parte da história de Porto Alegre, mais um capítulo que estava nos porões da memória.

5. FORMAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

Este capítulo trata, especialmente, da constituição de dois territórios de classe popular em Porto Alegre – Ilhota e Santa Luzia - a partir da trajetória de formação da cidade. Esta investigação nos permite conhecer melhor as dinâmicas sociais e os processos mais abrangentes que incidiram sobre tais territórios, permitindo, assim, uma melhor compreensão da atual situação dos mesmos através das diversas camadas temporais e transformações que ocorreram na cidade.

No contexto de formação dos territórios de classe popular em Porto Alegre, uma especificidade abordada foi à constituição dos territórios negros por terem sido estes a origem de diversos outros, como é o caso da Ilhota e da Vila Santa Luzia, tratadas em capítulo subsequente. O que se evidencia nestes, especificamente, é que aos territórios ocupados originalmente por negros somaram-se grupos de migrantes vindos do interior do estado e de outros estados, formando, juntos, o que se denominavam “vilas de malocas”.⁶ Muitos destes espaços segregados socioespacialmente, outrora localizados próximo à área central da cidade, deram origem a grandes bairros que, devido a uma série de transformações urbanas, situam-se hoje nas bordas da cidade, sendo o bairro Restinga um clássico exemplo de tal processo.

5.1. A CIDADE DE PORTO ALEGRE E SUA FORMAÇÃO

Segundo o historiador Luiz Carlos da Cunha Carneiro (1992), a região de Porto Alegre já conhecia um primitivo povoamento nos primórdios do século XVIII. De acordo com o autor, por volta de 1725, havia um acampamento mais ou menos

⁶ Segundo Pesavento (1999) “A palavra “maloca” corresponde a uma casa de habitação índia, que abriga várias famílias, podendo mesmo designar uma aldeia indígena; numa outra acepção, é também equivalente a esconderijo ou, ainda, um grupo de salteadores, de indivíduos de má índole. Na sua versão local, a “maloca”, habitação do pobre, era, tal como a casa dos índios, um local que abrigava muita gente, por vezes mais de uma família. Partilhava, pois, das mesmas características das habitações dos miseráveis da urbe: a superlotação do espaço, a promiscuidade, a precariedade do viver. Por outro lado, a associação do lugar com as práticas sociais de seus habitantes incorpora o outro sentido da “maloca”: nestas casas, ou melhor, casebres, abrigavam-se e, sobretudo, ocultavam-se elementos de mau proceder.” (PESAVENTO, 1999, P. 13)

permanente de tropeiros na península que hoje abriga a cidade, localizado à beira de um dos caminhos por onde se costumava tropear gado. O autor também destaca que antes do séc XVIII podia-se registrar a presença de jesuítas e índios naquilo que viria a ser a cidade de Porto Alegre.



Fig. 1: Índios Kaigangs. Autor desconhecido. Fonte: www.prati.com.br

Nesse período, o território hoje compreendido pelo Rio Grande do Sul quase sempre foi área de domínio espanhol sob constante pressão contestadora da coroa portuguesa, ou seja, “uma terra não ocupada servindo de vazio elástico entre dois impérios coloniais, tornando-se palco de conflitos” (CARNEIRO, 1992, p. 11).

Por volta de 1730, Jerônimo de Ornellas estabelecia uma estância e em 1839 citava a posse da terra ocupada, obtendo a concessão de uma sesmaria. (CARNEIRO, 1992, p. 11).

A partir de meados do século XVIII, após o Tratado de Madri (1750), o povoamento do Rio Grande do Sul recebeu novo impulso. No intuito de consumir a ocupação da Coroa Portuguesa foi estimulada a vinda de imigrantes açorianos. (SOUZA, 2007, p. 41).

Os açorianos, com sua tradição agrícola iniciaram o plantio do trigo que, logo mais, exigiu um porto para sua exportação. Assim sendo, a função portuária impulsionou o progresso do povoado, motivando a transferência da capital de Viamão para Porto Alegre. (SOUZA, 2007, p. 41).

Segundo Souza, o crescimento considerável de Porto Alegre, que no período passa de um povoado a um núcleo estruturado, deveu-se às suas atividades comerciais e portuárias, especialmente a produção de trigo pelos açorianos. O desenvolvimento econômico trouxe consigo uma melhor infra-estrutura urbana, como fontes, hospital, cemitério, igrejas, etc. e, em 1810, Porto Alegre foi elevada à categoria de vila. (SOUZA, 2007, p. 49).

Já Guarani Santos (2005), diz que Porto Alegre inicia sua vida com a vinda dos casais açorianos, ocupando partes da beira do Guaíba. Originalmente não seria este o seu local de ocupação, mas problemas político-militares no interior do Rio Grande do Sul motivaram sua localização nessa área. Com a vinda dos agentes do governo vieram também os escravos. Os escravos, por sua vez, participavam da vida social fazendo inúmeros trabalhos como estivadores, aguadeiros, cozinheiras, costureiras, engomadeiras, amas-de-leite, doceiras, carregadores, moleques de recado, etc. No entanto, muitos resistiram à opressão escravista formando, conseqüentemente, alguns quilombos. (SANTOS, 2005, p. 25).

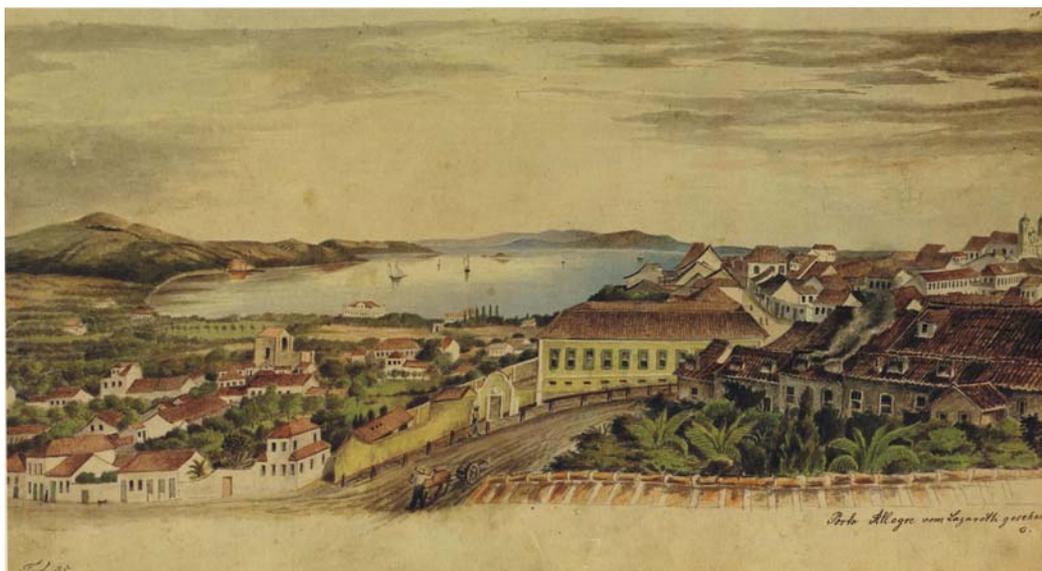


Fig 2: Aquarela de Rudolf H. Wendroth, 1852. Vista da R. Duque de Caxias em direção à região sul da cidade. Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Em uma Ata da Câmara de 18/04/1798 consta:

Nesta vereança se deferiu a vários requerimentos, e se mandou fazer uma marca F para marcar os escravos apanhados em quilombos, e assim mais um tronco para o capitão de mato segurar os escravos que forem apanhados em quilombos para neles se fazer à execução que a lei determina antes de entrar na cadeia. (SANTOS, 2005, p. 26).

Os negros escravos foram importantes na defesa do território e dos interesses do Estado do Rio Grande do Sul, juntamente com os outros povoadores. Também tiveram importante participação na Revolução Farroupilha, compondo o exército. Ex - escravos, ainda, fizeram parte dos “Lanceiros Negros” no combate dos Porongos em 1844 e na Guerra do Paraguai em 1865. (SANTOS, 2005, p. 32 e 33).

Segundo Bueno apud. Santos (SANTOS, 2005, p. 33).

A guerra [...] não foi um bom negócio para os milhares de escravos libertos e ex-escravos mandados para a linha de frente com a promessa, muitas vezes não cumprida, de ganharem a liberdade depois do conflito. As piores tarefas eram sempre entregues a eles. (BUENO, 2004).

Porto Alegre foi a primeira cidade brasileira a abolir a escravatura em 12 de Agosto de 1884, quando um grupo de abolicionistas caminhou pela Rua da Praia protestando contra a escravidão. Segundo o autor, as páginas 2 e 3 do Livro de Ouro da Câmara Municipal registram ata de sessão comemorativa da Abolição que ocorreu em sete de setembro de 1884. Para celebrar a libertação dos escravos na cidade os vereadores, alteraram o nome do Campo do Bom Fim para Campo da Redenção.⁷ (SANTOS, 2005, p. 34).



*Fig 3: Escrava em Porto Alegre na época da abolição. Autor: desconhecido.
Fonte: www.prati.com.br.*

⁷

Atual Parque Farroupilha, mas ainda chamado pela população de Parque da Redenção.

Por volta de 1820 até 1890, há a imigração italiana e alemã no Estado, tendo como consequência a diversificação da agricultura e o aumento do contingente populacional do Estado, impulsionando, assim, o crescimento de Porto Alegre. (SOUZA, 2007, p. 54).

Em meados do séc. XIX, surgiam pequenos núcleos populacionais próximos à cidade, chamados de arraiais, que depois foram incorporados à malha urbana e que hoje formam bairros de Porto Alegre. Nesta época, tínhamos o Arraial Menino Deus, Navegantes, São Manuel e São Miguel no bairro Santana. Estes arraiais se caracterizavam por uma capela e um agrupamento de casas. (SOUZA, 2007, p. 63).



Fig 4: Planta da cidade de Porto Alegre, 1906. Autor: A. A. Trebbi.
Fonte: Acervo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

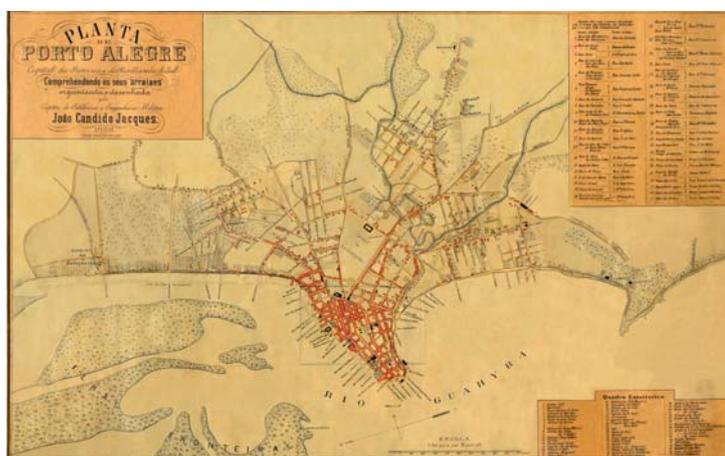


Fig 5: Planta da cidade de Porto Alegre, 1988, mostrando os arrabaldes.
Autor: João C. Jacques Fonte: www.prati.com.br

5.1.1. Formação dos territórios de classe popular

Carneiro (1992) assinala que, na primeira metade do século XIX, a cidade contava com muitas residências humildes e na realidade a sua aparência geral era “um tanto acanhada... afinal, não se tratava de nenhum grande centro mercantil de relevante expressão econômica”. Segundo o autor, “sua configuração geral era a de uma comunidade pobre voltada para práticas agrícolas”. (CARNEIRO, 1992, p. 41).

Foi nesse contexto, mais precisamente em 1839, que teria surgido o primeiro “maloqueiro oficial”.

De acordo com Carneiro:

[...] foi no ano de 1839, quando a cidade teve uma ligeira antevisão de seu futuro pouco significante, que surgiu o seu primeiro maloqueiro. Sem dúvida um muito dum desabusado maloqueiro precoce. Vejam o que fez este pioneiro. Ali, na entrada do Caminho Novo, corria o Beco do Cordeiro e bem no seu comecinho, quase na esquina, um dia a cidade amanheceu com uma horrorosa ‘construção’ de costaneiras amontoadas e cobertura de aninhagem, tábuas de barril e macegas. Dentro, ‘comodamente’ instalado, José Correa da Silva, tipo do muito feio e andrajoso que merece o duvidoso privilégio de constar nas documentas como o primeiro maloqueiro oficial da cidade. (CARNEIRO, 1992, p. 41).

Carneiro relata a reação dos demais moradores da cidade:

[...] Quando suas novas ‘instalações’ foram vistas pelos moradores, estes, indignados, dirigiram-se à Câmara exigindo providências. O procurador da Câmara encaminhou denúncia e foi exigido do mulambento José da Silva que comparecesse a Câmara e apresentasse a licença de sua exótica construção. Claro que não havia licença alguma e o nosso Zé da Silva defendeu seu espaço dizendo que necessitava morar ali, às margens do rio, para ficar junto às pilhas de lenha que cortava nos matos do Caminho Novo para vender. [...] Os “homens bons” da Câmara torceram o nariz para o Zé. Exigiram que assinasse um termo de compromisso, pelo qual se obrigava a varrer e manter sempre limpo o local e demolir a maloca, se a Câmara determinasse! Quer dizer, a Câmara transigiu. Nosso patriarca dos maloqueiros inaugurou, com o aval da autoridade pública, a era das malocas! Só que muito antecipado no tempo, pois a cidade só conheceria favelas, em escala considerável, apenas nos anos 40 (1940) deste século. (CARNEIRO, 1992, p. 41).

Spalding afirma que depois de 1877 “nunca mais, até a proclamação da República, se teve notícias de malocas em Porto Alegre”. Ainda segundo o autor, as habitações populares nunca deixaram de existir no centro da cidade, porém elas só passaram a ter grande visibilidade ao serem caracterizadas como um “problema” com o advento da modernidade no seio do regime republicano. (KERSTING, 1998).

Outras habitações e espaços de classe popular que existiram na cidade foram os chamados “becos”. Localizados, em grande parte, no centro da cidade, constituíam-se por peças pequenas, escuras, insalubres. Estes espaços, muitas vezes, eram associados a atividades “ilícitas” como a prostituição, jogos, ou mesmo a boemia. Tal cenário podia ser vislumbrado em toda grande cidade à época dos cortiços. Porto Alegre não era diferente. (PESAVENTO, 1991, KERSTING, 1998).



*Fig 6: Colônia Africana, Porto Alegre. Autor: desconhecido.
Fonte: Museu da UFRGS*

Muitos desses territórios de classe popular, sejam eles becos ou malocas, também estavam ligados aos territórios negros. Pois, uma vez libertos, os ex-escravos, não tinham condições financeiras de adquirir casas ou terrenos em locais valorizados, tendo, portanto, como opção morar em locais que estivessem de acordo com suas posses. Logo, a maloca e o beco eram as opções. Além disso, formavam-se redes familiares e de vizinhança que os aproximavam, permitindo, assim, entre eles uma maior sociabilidade.

5.1.2. Formação dos territórios negros e de classe popular

Cyro Martini, em 1928, repórter de um conhecido tablóide local – o “Correio do Povo” -, assinalava em sua reportagem a existência de uma região com maciça presença de população negra, a chamada “Colônia Africana”, onde atualmente situa-se o bairro denominado Rio Branco. O autor descrevia tal “Colônia” a partir de suas casas pobres e pela presença das chamadas “casas de batuque”⁸. Já o viajante Aguste de Saint-Hilaire, em 1920, registrava o seguinte sobre a cidade de Porto Alegre:

Embora construída somente no lado noroeste da colina a cidade possui várias casas no lado oposto, esparsas e desalinhadas, entremeadas de terrenos baldios, pequenas e mal construídas, quase todas habitadas pela população pobre. (SAINT-HILAIRE, 1974, p.42).

Saint-Hilaire referia-se ao território, atualmente bairro, denominado Cidade Baixa, uma vasta área que compreendia o “Areal da Baronesa”, às imediações da atual Rua General Lima e Silva, na qual havia grande concentração de negros, principalmente a partir da primeira metade do século XIX. (KERSTING, 1998).

Em Porto Alegre, os muitos territórios negros surgiram no período pós-abolição do regime escravo, período este no qual se observou grande mobilidade territorial, pautada por ampla exclusão social, sendo as famílias negras obrigadas a mudarem-se de lugares sem nenhuma estrutura para outros em condições ainda piores. (BITTENCOURT, 2005).

⁸ Termo correspondente a “Casas de religião”. “Batuque” é uma das vertentes da religião afro-brasileira que no estado do Rio Grande do Sul possui essa denominação.



Fig 7: Cotidiano, Porto Alegre, 1900. Autor: Lunara.
Fonte: www.prati.com.br

Segundo Bittencourt, em “Territórios Negros” (2005), a partir da segunda metade do século XIX, o maior contingente de negros encontrava-se nas cercanias da cidade, no Areal da Baronesa, na Cidade Baixa, e nas chamadas Colônia Africana⁹ e “Bacia” que correspondem aos atuais bairros Bom Fim, Mont’serrat, Rio Branco e Três Figueiras (BITTENCOURT, 2005, p.36). Tratavam-se de zonas insalubres, localizadas nas bordas de chácaras e antigas propriedades ali existentes. Eram terras de baixo valor e, portanto, de pouco interesse imediato para seus proprietários, sendo, então, ocupadas por escravos recém-emancipados.

⁹ Quilombo da família Silva: atualmente é um dos primeiros quilombos urbanos do Brasil, situado na cidade de Porto Alegre. A comunidade é formada por famílias negras oriundas da antiga Colônia Africana que reuniu os ex-escravos, logo após a abolição da escravidão em Porto Alegre. Localizado no atual bairro Três Figueiras, bairro nobre da capital, o quilombo urbano da “Família Silva” foi objeto de um laudo histórico-antropológico, sob a orientação da Fundação Cultural Palmares, tendo o reconhecimento da identidade afro-brasileira e direito ao território ocupado há mais de 70 anos. (BITTENCOURT, 2005, p. 41).



Fig. 8: Cotidiano, Porto Alegre. Autor: Lunara, 1900.
Fonte: www.prati.com.br

Segundo Bittencourt:

[...] os negros seguiriam ocupando áreas menos nobres da cidade, sem a mínima ou com precárias condições de infra-estrutura urbana, ou, então distantes e de difícil acesso viário. Consolidaram, assim, inúmeros territórios negros urbanos,¹⁰ a exemplo da Colônia Africana, da comunidade da Luiz Guaranha, no Areal da Baronesa, além de ocuparem os seguintes espaços urbanos: Navegantes, Santana, Partenon, Ilhota, Vila Santa Luzia, Vila Maria da Conceição, Vila dos Marítimos, Vila jardim, Vila Mirim, Rubem Berta, Vila Grande Cruzeiro, Vila Grande Pinheiro, COHAB Cavalhada, Jardim Dona Leopoldina, Vila Restinga Velha e Vila Restinga Nova. (BITTENCOURT, 2005, p. 37).

Dessa forma, evidencia-se que os negros libertos, excluídos tanto por questões econômicas quanto por questões culturais e raciais, eram segregados socioespacialmente, dando origem a vários bairros de classe popular que existem até hoje. Contudo, a história mostrou, mais adiante, que a esses espaços de

¹⁰ O autor utiliza a noção de território negro urbano como um espaço de construção de singularidades socioculturais de matriz afro-brasileira e que, ao mesmo tempo, é um objeto histórico de exclusão social, em razão da expropriação estrutural dos direitos sociais, civis e específicos fundamentais dos negros brasileiros. Segundo ele, os territórios negros urbanos podem perfazer um conjunto de quilombos urbanos, vilas ou bairros com densa presença de cidadãos afro-brasileiros ou localizados na grande Porto Alegre. (BITTENCOURT, 2005, p.37).

exclusão, formados em sua maior parte por negros, somou-se a outro contingente populacional - os migrantes vindos do interior do estado e de outros estados.

No próximo subitem, trataremos desse período que marcou profundamente a configuração da paisagem da cidade, aumentando consideravelmente o número de territórios de classe popular. Tal período coincide com importantes transformações sociais, políticas e econômicas do país. Fatores como a revolução de 30, na qual ascendeu o governo populista de Getúlio Vargas, a política de substituição de importações, bem como as transformações econômicas advindas da II Guerra Mundial foram o pano de fundo de grandes transformações nas principais cidades brasileiras. Tais mudanças, como veremos a seguir, tiveram reflexos nas questões relacionadas à habitação.

5.2. A CONJUNTURA DOS ANOS DE 1940/50: TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO POPULAR EM PORTO ALEGRE

O período que compreende as décadas de 1940 e 1950 é marcado por transformações nas grandes cidades brasileiras, caracterizadas, no que diz respeito à discussão em questão, pelo aumento populacional e pelo surgimento de um grande número de habitações informais - as favelas, vilas e malocas.

Dentre os fatores constituintes dessa conjuntura, cabe-nos citar a diminuição da importação de produtos manufaturados durante as duas grandes guerras, favorecendo, assim, o desenvolvimento do mercado interno e, como consequência, a aceleração do processo de industrialização. Tal processo impregnou tão fortemente este período que veio a ser conhecido como o período da “substituição de importações”. O principal fator responsável pela densificação urbana da época foi o êxodo rural, ou seja, a massiva migração populacional do campo para a cidade. Além da falsa ilusão de que o *boom* industrial absorveria todo esse contingente atraído para os grandes centros do país em busca de melhores condições de vida, outras causas participaram da composição de tal cenário como o esgotamento dos solos, o clima adverso, os latifúndios, a crescente mecanização das lavouras, etc.) (SOUZA, 2007, PERLMAN, 1977).

Segundo Lopez, em termos gerais, o processo industrial em nosso país inseriu-se no contexto do capitalismo dos anos 30, marcado por uma profunda recessão, cujo primeiro sintoma tinha sido a queda da bolsa de valores de Nova York em 1929. Perante o espectro de falência do sistema capitalista, o Estado passou a assumir, no mundo ocidental, o papel de garantidor dos mecanismos capazes de mantê-lo em funcionamento. O mercado livre deixou de ser o principal aspecto a considerar e o Estado passou a manipular o crédito e a moeda para controlar a especulação e evitar nova recessão. (LOPEZ, 1997, p. 77) O crescimento industrial brasileiro beneficiou-se em larga margem da conjuntura crítica do capitalismo internacional dos anos 30. (LOPEZ, 1997, p. 79).

O modelo industrial da era Vargas contou também com o apoio governamental que consistia no estímulo ao consumo do produto interno. O progresso industrial veio acompanhado do fenômeno da industrialização e urbanização. A industrialização se acelerou ainda mais com a II Guerra Mundial de 1939 –1945, pois a importação de produtos estava mais dificultada ainda. No campo econômico, esta fase está marcada pelo desenvolvimento industrial, visando substituir importações, e pela interferência governamental sistemática. (LOPEZ, 1997, p. 80).

Segundo Kersting, Porto Alegre cresceu com o aprofundamento de sua função comercial e com o surgimento das primeiras indústrias na cidade. Entretanto, só se pode falar em industrialização após a década de 1890, em um contexto em que o surto industrial em todo o país, resultante da abolição da escravatura, da imigração européia, do protecionismo econômico, das facilidades de crédito e da substituição das importações, transformou as grandes cidades brasileiras. (KERSTING, 1998, p.68).

Esse “crescimento” da cidade, segundo Kersting, preparou as condições para a industrialização. Havia um desejo de modernidade, uma ânsia de civilização e de transformações urbanas que não seriam feitas em prol da população, mas se baseariam na exclusão das classes populares. (KERSTING, 1998, p. 68).

Nesse contexto, pautado pela aceleração do processo de industrialização, esse novo sistema produtivo, voltado para o mercado interno, caracteriza-se por ser essencialmente urbano, fato este que transformou as formas de ocupação do espaço. Muitos migrantes que vieram do campo em busca de trabalho nas indústrias e, sem dúvida, de melhores condições de vida chegaram às grandes cidades.

Nunes, ao analisar o período e seus reflexos na cidade de Porto Alegre, afirma: “os trabalhadores rurais sem perspectivas voltaram-se para a cidade na busca de melhores condições de vida, atraídos pela industrialização emergente. Porém, deparavam-se com uma triste realidade: a indústria requeria mão de obra especializada”. (NUNES, 2000, p. 7).

Como a indústria não absorveu toda mão-de-obra, a opção para muitos foi o trabalho informal. A instabilidade e a baixa remuneração, característica dos trabalhos informais, não forneciam meios para a aquisição de uma habitação no mercado formal. A partir daí, surgiu um grande número de casebres em áreas de invasão e sem qualquer infra-estrutura urbana. Tais habitações localizavam-se, geralmente, próximas ao centro da cidade, pois facilitava o deslocamento tanto na busca de trabalho como no acesso a este, uma vez que grande parte dessas pessoas trabalhavam como papeleiros, biscateiros e empregadas domésticas, atividades, obviamente, ligadas ao centro da cidade. (NUNES, 2000, p. 7). Foi nesse contexto de proximidade aos locais de trabalho que surgiram as vilas Dona Theodora, Ilhota, Santa Luzia e dos Marítimos.

Esse aumento no número de habitações informais passou a ser um grande problema para as autoridades e para os moradores da cidade. Essas zonas, consideradas insalubres no seu aspecto material, pois eram moradias feitas de restos de madeira, placas, sem saneamento, eram também locais considerados moralmente insalubres, “onde havia grande desordem”. Além disso, a especulação imobiliária tinha interesse nessas terras que, por serem próximas ao centro, com a expansão da cidade gradativamente passaram a ser valorizadas. Portanto, o poder público precisava encontrar “soluções” para “resolver” o “problema” das então chamadas “vilas de malocas”.

5.3. AS INTERVENÇÕES DO ESTADO

No que compete às políticas habitacionais, nem sempre o Estado foi o grande responsável por elas. Houve tempos em que eram as indústrias que procuravam resolver o problema da habitação. Somente no período pós-revolução de 30, quando

Getúlio assumiu o poder, é que o Estado passou a assumir a questão habitacional através de políticas públicas voltadas à classe popular ou ao operariado.

Segundo Naida D'Avila (2000), a Zona Norte de Porto Alegre já abrigava, no início do século XIX (1900), boa parte da população operária. De acordo com a autora, no atual bairro Navegantes, muitas casas foram construídas por empresas particulares e alugadas a trabalhadores das fábricas próximas. Outra opção oferecida aos trabalhadores eram as moradias construídas pelas indústrias no entorno das fábricas. D'Avila utiliza como exemplo a empresa Fiateci com suas casas geminadas de porta e janela que ocupavam varias quadras ao redor da fábrica.

Luiza Helena Pereira (1982), também menciona que de 1890 a 1930, no Rio Grande do Sul, era uma prática usual as empresas construírem casas para seus operários. Citando como exemplo, na cidade de Rio Grande, a Reingantz que construía as casas e as alugava para seus funcionários e a Eberle, em Caxias do Sul, que auxiliava os funcionários tanto na aquisição do lote como na construção das casas.

Com o fim da República Velha e com a emergência do populismo, as classes populares passaram a ser os novos atores sociais, com políticas sociais voltadas para elas. Nesse contexto, foi criada a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) em 1940. Em 1946, já no governo Dutra, no poder entre os dois mandatos de Getúlio Vargas¹¹, foi criada a Fundação Nacional da Casa Popular que, vinculada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, foi o primeiro passo para centralizar decisões e recursos nas mãos do Estado, visando proporcionar a construção ou aquisição da casa própria para as classes populares.

Com a instauração do Estado autoritário no Brasil, houve uma intensa redefinição da política habitacional. Segundo Pereira, o Estado vinha cada vez mais se envolvendo no subsídio ao capital privado, favorecendo, dessa forma, os interesses ligados à indústria da construção através de programas e políticas habitacionais. (PEREIRA, 1982, p. 26 - 27).

Nesse mesmo período, mais precisamente em 1964, a Fundação da Casa Popular passou a constituir o SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e

¹¹ Lembrando que Getúlio Vargas esteve no poder após a revolução de 30 até 1945 e de 1951 a 1954.

Urbanismo). Houve também a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de centralizar as políticas habitacionais. A criação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), em 1966, veio fornecer o suporte financeiro para a realização dos objetivos da política habitacional. (PEREIRA, 1982, p. 28).

O anúncio que segue, veiculado em 1964 na Revista Veja, mostra a publicidade em torno da criação do BNH:

“BNH, Banco Nacional de Humanização”

BNH, Banco Nacional de Humanização e não só de Habitação. Estamos criando condições humanas de vida.

O BNH nasceu com a Revolução de 64. Sua preocupação primeira: financiar moradias em todo país. Em 6 anos 6000 novas residências. O BNH cresceu com a Revolução de 64. Meta: O homem. Dar-lhe condições melhores de vida. Novas oportunidades e esperanças. O BNH financia obras de saneamento em todo Brasil. 972 dos 4 mil municípios brasileiros passaram a ter água tratada. 36 milhões de pessoas beneficiadas. E movimentam-se projetos de planejamento urbano e para a criação ou ampliação de redes de esgoto.

O BNH realiza-se com a Revolução de 1964.

O BNH sabe que tudo isso foi possível pelos recursos obtidos através das contas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e da poupança voluntária captada das Letras Imobiliárias e Caderneta de Poupança. Dinheiro do povo. Que reverte ao povo, no seu direito e justo benefício.

Por isso nos sentimos orgulhosos quando nos chamam: Banco Nacional de Humanização.

*Ministério do Interior
Banco Nacional de Habitação
Fundado em 21 de agosto de 1964.*

Segundo Pereira, a partir da reformulação da política habitacional, nota-se com maior intensidade o discurso político e a ação prática integrados ao desenvolvimento econômico. A partir de 1967, intensifica-se no discurso do BNH o uso de categorias como: racionalização, modernização, aumento da produtividade e crescimento econômico, por exemplo. Outro aspecto que a autora destaca é que este era um projeto de generalização, se aplicava a toda nação – hegemonia de classe. O discurso contemplava a população de baixa renda, contudo, na prática concreta as classes atendidas eram a média e a alta. (PEREIRA, 1982, p. 28 - 29).

5.3.1. Intervenções do Estado em Porto Alegre entre 1946 e 1979

A primeira iniciativa de resolver os problemas ligados à habitação popular em Porto Alegre se deu em 1946, quando foi formada a Comissão da Casa Popular que tinha por objetivo, entre outros, estudar o fenômeno da “marginalização social”. Em seu primeiro levantamento a Comissão da Casa Popular concluiu que seriam necessárias cinco mil casas para resolver o problema da subhabitação. O decreto municipal n. 311 de 10/09/1946 ratifica o acordo entre o município e a Fundação da Casa Popular para a construção dessas cinco mil casas. (MARTINI, 2004)¹².

Em 1949, foi criado o Serviço de Habitação, vinculado à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sob a gestão do então prefeito Ildo Meneghetti. Este órgão teria sido criado “face à aceleração do fenômeno das favelas e das migrações internas”. (PEREIRA, 1982, p. 24). Nesse período, inicia-se a política de remoções no município. (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1982).

Em 1950, o Serviço de Habitação, em seus registros, contava com 16.303 pessoas marginalizadas, 4.016 malocas. Em 1957, 39.806 pessoas e 7.906 malocas.

Segundo Martini (2004), em setembro de 1951, o então prefeito Eliseu Paglioli adquiriu uma unidade motorizada para fiscalizar e remover as casas. Em dezembro do mesmo ano, a prefeitura destinou recursos para a remoção das malocas para lugares mais saudáveis.

No governo de Ildo Meneghetti, em 1952, continuavam em andamento os serviços destinados à remoção das malocas, tendo como encarregado o Departamento Municipal da Casa Popular, criado pela lei 982 de 18/12/1952, cuja finalidade fundamental era evitar a proliferação das malocas: o que nunca conseguiu. (MARTINI, 2004).

Em 1952, também na gestão de Ildo Meneguetti, o Serviço da Habitação foi transformado em Superintendência da Habitação, passando no mesmo ano à autarquia municipal como DMCP – Departamento Municipal da Casa Popular. Na gestão desse órgão teria realmente iniciado o fluxo de construções de conjuntos

¹² “Vilas Populares” – Bairro Santo Antônio 2.23. 21/12/2004, 28 Fls, manuscrito – Acervo Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

habitacionais para a população de baixa renda. (PEREIRA, 1982, p. 24). As áreas destinadas para a construção de habitações eram localizadas em zonas periféricas com baixo custo do terreno, porém com alto custo social, pois eram de difícil acesso e distantes do centro. (PMPA, 1982).

A presidência da Câmara Municipal sancionaria a lei 1.789 em 14/10/1957 declarando de utilidade pública para fins de desapropriação os terrenos onde se localizavam as vilas de maloca. Os terrenos deveriam ser urbanizados e as novas casas deveriam ser vendidas aos antigos moradores com pagamento em 20 anos. (MARTINI, 2004).

Em 4/10/58 foi aprovada a lei 1.789 que estabelecia normas para a construção de casa própria de caráter popular, tendo como beneficiários os moradores das vilas marginais da época, fixando também medidas para preservar a estabilidade de seus moradores. Essa lei dava ao município 60 dias para elaborar plano de urbanização para cada vila marginal existente, tendo por base a dotação de serviços de água potável, luz, saneamento e arruamento. O plano fundamental era respeitar as moradias já existentes. Caso a área não fosse do município ou este não pudesse adquiri-la, a vila então deveria ser removida para outro local. A construção da moradia seria feita pela prefeitura ou pelo próprio interessado. Previa escola, creche, posto médico e outros serviços assistenciais, esportivos e comunitários para vilas com mais de 1.500 habitantes. (MARTINI, 2004).

Em 1960, o processo de substituição de importações entra em crise, e a falta de recursos fez com que as políticas habitacionais se direcionassem para as classes médias.

No ano 1965, o então Departamento Municipal da Casa Popular foi reestruturado pela lei municipal n. 2.902, de 30/12/1965, para adequar-se ao novo sistema financeiro da habitação, e passou a chamar-se DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), denominação que vigora até hoje. O DEMHAB, em 1969, foi credenciado como agente promotor do BNH, tendo como objetivo construir habitações de interesse social para as classes populares. (PMPA, 1982).

A política de remoção de favelas permaneceu ativa por muito tempo. Contudo, em 1975 foi implantado o Programa “Pró-gente” que tinha o objetivo de melhorar a infra-estrutura e construir equipamentos comunitários no “reassentamento de favelas”, tendo como exemplo a Vila Santa Rosa. (PMPA, 1982).

Em 1979 foi criado o Programa de Erradicação de Subhabitação (PROMORAR) que surgiu em função dos altos custos das remoções, bem como da mobilização dos grupos populares contra as “decisões arbitrárias dos órgãos responsáveis pela habitação popular e reivindicando soluções mais humanas por parte das autoridades” (PMPA, 1982, p. 25).

As intervenções do Estado, baseadas em programas habitacionais para classe popular, no período que vai de 1946 a 1979, foram visíveis no que compete às remoções de vilas de habitações populares para outros locais sem infra-estrutura. Um exemplo disso é a criação do bairro Restinga, em 1966, que desde sua origem representou um receptáculo de grandes vilas de Porto Alegre que foram removidas, como a Ilhota, a Dona Theodora, a Santa Luzia e dos Marítimos. Seus territórios originais foram urbanizados, construindo-se praça, escola e teatro, como é o caso da Ilhota, conjuntos habitacionais para a classe média, como é o caso da Santa Luzia, ou ainda prédios públicos, como é o caso do INSS, onde estava localizada a Vila dos Marítimos. O fato é que muitas dessas pessoas ainda moram em pequenas casas de madeira, muitas vezes sem infra-estrutura completa e distantes do centro, local conhecido como Restinga Velha. Vale salientar que esta tem como vizinha a Restinga Nova e que, diferentemente da Velha, possui boa infra-estrutura e equipamentos urbanos. A princípio, a Nova, tinha como objetivo acolher a população removida, no entanto, não foi isso que aconteceu.

Nosso próximo capítulo, no intuito de melhor conhecer e compreender como esses territórios foram constituídos e posteriormente removidos, dentro do contexto das intervenções do Estado que primavam pela política de remoções, tratará dos casos da Vila Santa Luzia e Ilhota com maior aprofundamento.

6. A ILHOTA E A VILA SANTA LUZIA

Neste capítulo apresento os processos de formação dos territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia, bem como o de remoção dessas vilas. As informações aqui apresentadas têm como base manuscritos de Cyro Martini¹³, jornais da época e obras de pesquisadores que tiveram estes territórios como tema de suas pesquisas.

6.1. FORMAÇÃO DA ILHOTA

A Ilhota foi uma das primeiras vilas populares de Porto Alegre e sua denominação origina-se de uma intervenção realizada em 1905 no fluxo do “Riachinho” que cortava a região. Tal medida acabou por abrir um canal no curso d’água, determinando a formação de uma pequena ilha. Posteriormente, durante a administração de José Loureiro da Silva (em 1941), a partir de um projeto municipal, houve a canalização do Riachinho e seu curso foi modificado, passando a ser conhecido como Arroio Dilúvio. (MARTINI, 2004¹⁴; COSTA FRANCO, 1998).

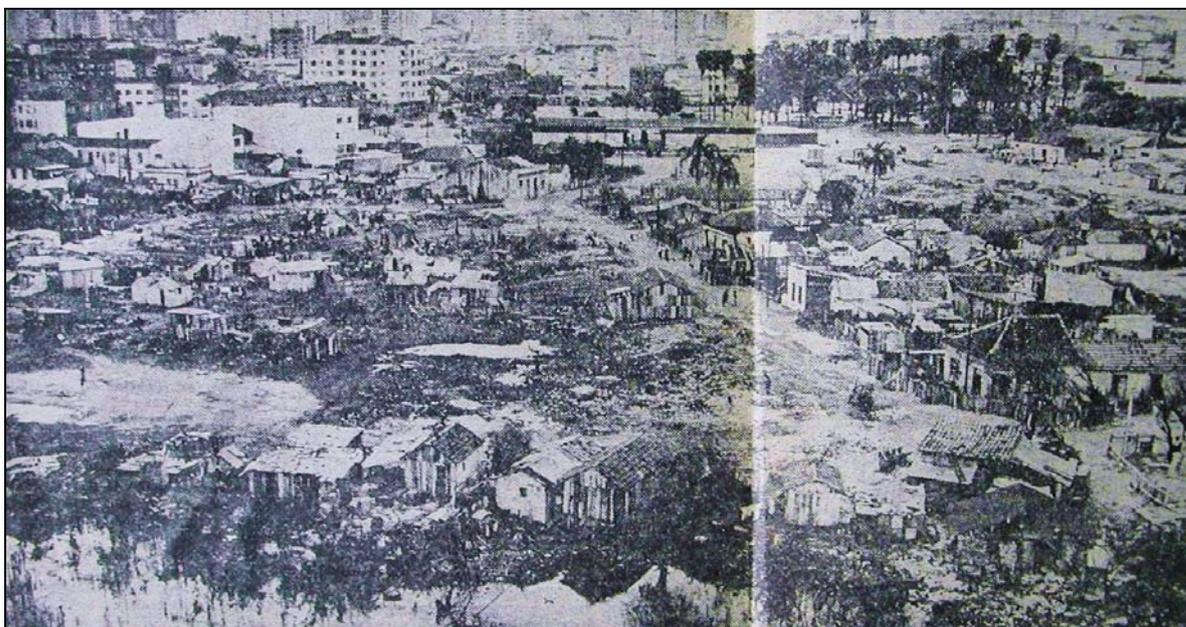


Fig 9: Ilhota. *Jornal Folha da Manhã*, 03/07/1975. Autor: desconhecido.
Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

¹³ Os manuscritos fazem parte do acervo histórico do Museu Moysés Vellinho (Av. Bento Gonçalves, 1129 - Bairro Santo Antônio, Porto Alegre/RS). Podem ser encontrados no arquivo denominado Bairro Santo Antônio 2.23 21/12/2004.

¹⁴ Estes documentos não possuem número de páginas.

O território da Ilhota situava-se próximo ao centro de Porto Alegre¹⁵, entre o bairro Cidade Baixa, Menino Deus e Azenha, sendo conhecido como um lugar de memória e identidade coletiva das classes populares (MONTEIRO, 2006). Também famoso por ter sido berço e local de moradia de importantes personagens regionais e nacionais, como é o caso do jogador de futebol Tesourinha (que hoje dá nome a um ginásio esportivo situado naquelas redondezas) e do cantor e compositor Lupicínio Rodrigues (figura de destaque e expressão na MPB). A Ilhota estava limitada pelas seguintes vias públicas: Avenida Getúlio Vargas, Rua Barão do Gravataí, Rua João Alfredo, Rua Olavo Bilac, Rua José do Patrocínio, Rua Lobo da Costa, Rua Dr. Sebastião Leão, Rua General Lima e Silva, Rua Arlindo, Rua 17 de Junho, Avenida Azenha, Rua Ilhota e Travessa Batista. (MARTINI, 2004).

Boa parte das terras da Ilhota (18 ha) pertencia ao Município, sendo as demais pertencentes a Jerônimo Xavier de Azambuja. Segundo Martini (2004), como toda vila, a Ilhota era constituída por “casebres”, formando um aglomerado desordenado com becos e pequenos terrenos.

Não possuímos dados oficiais sobre sua composição étnica, mas a memória coletiva assinala que este era um “reduto de negros”, onde relatos sobre sociabilidades como o carnaval e o batuque eram recorrentes. Pesavento, a respeito de sua ocupação e localização, afirma:

[...] a região estava freqüentemente alagada e, desde o início, sempre foi ocupada pelas camadas mais pobres da população, na sua quase totalidade, negros e mulatos. Na verdade, a situação de ‘ilha’ se configurava pela estigmatização do espaço. A zona era de fato segregada, ‘ilhada’ do resto da cidade, num deslocamento do sentido da palavra original: além de pedaço de terra isolado pelas águas, era também um espaço de isolamento social e exclusão. (PESAVENTO, 1999, p. 14).

No início do século XX, as então chamadas “vilas marginais”, onde se insere a Ilhota, “sentiram o crescimento das indústrias ao serem invadidas pelas populações vindas do campo”. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 145). Segundo dados do DEMHAB, em 1970, a população da Ilhota era composta por: 43,7% de pessoas procedentes de Porto Alegre; 12% da Grande Porto Alegre; 20% do interior do estado; e o restante de outros estados (ASSUNÇÃO, 2004, p. 148). Em 1975,

¹⁵ À dez minutos em deslocamento a pé.

estimava-se que a população da Ilhota era de aproximadamente 5.700 pessoas, contando com 700 moradias. (GAPLAN/IBGE, 1975).



*Fig 10: Ilhota. Av. Ipiranga com o prédio do jornal Zero Hora ao fundo.
Autor: desconhecido. Jornal Zero Hora, 16/05/1976.
Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.*

Em relação às suas sociabilidades e representações na cidade, Pesavento nos diz:

[...] Fotos antigas nos mostram ‘casebres’ amontoados, sem alinhamento, num labirinto de pequenas ruas e ‘becos’, dos quais o mais temido, onde a polícia não se aventurava a entrar, era o ‘Buraco Quente’, no coração da ‘Ilhota’, cujo nome explicitava a periculosidade do local. A Ilhota era também sede e antro de desordens, com ‘botecos, bordéis e espeluncas’, e tornou-se célebre pelos batuques, palavra sulina para designar os candomblés ou candombes dos pretos. Sempre associada com as práticas e sociabilidades religiosas e festivas dos negros que a habitavam, a ‘Ilhota’ também era sede de um animado e popularíssimo carnaval. Compôs, ao longo dos anos 20 e 30, um reduto de boemia das camadas baixas da população, sempre sujeito às investidas da polícia e palco de desordens e de crimes. (PESAVENTO, 1999, p.14).

Pesavento, fala também que “junto com o ‘Areal da Baronesa’, a ‘Ilhota’ constituía-se numa espécie de cinturão negro e pobre ao sul da cidade, (...) uma zona pouco valorizada e, como tal, nomeada por expressões portadoras de um nítido estigma”. (PESAVENTO, 1999, p. 15). A representação social da Ilhota, segundo recortes de jornais da época (como o Correio do Povo e a Zero Hora),



*Fig 12: Vila Santa Luzia em 1956. Autor desconhecido.
Fonte: www.prati.com.br*

Segundo Martini, a Vila Santa Luzia existia desde 1943 ocupando uma área pertencente à Chácara Bastian, depois chamada de Chácara dos Marítimos, quando da compra pelo Instituto de Pensão dos Marítimos (vinculado ao INSS). A vila em 1948 ocupava uma área de 1.550 m² tendo dois arroios sem nome e de pequeno porte, que cercavam suas laterais. Martini também relata que nas cercanias da Vila Santa Luzia localizava-se o campo do Esporte Clube Cruzeiro, o chamado Estádio da Montanha, onde hoje situa-se o Cemitério João XXIII.

Em 1948 há registros de um pedido de carros d'água à prefeitura e instalação de uma torneira para suprimento da vila teve apoio da câmara, sendo cumprido pelo prefeito Ildo Meneghetti no final do mesmo ano. Algumas palavras registradas nesse pedido descrevem a situação: "muitos são os sacrifícios que enfrentamos nesta espécie de habitação, pela necessidade de morar, mas o pior é não termos água. É impressionante de se ver, diariamente e todas as horas, pessoas de todas as idades e até mesmo senhoras em estado interessante subirem aquelas ladeiras da Praça do Campo do Cruzeiro, com latas de querosene, para terem um pouco de água." Pelos relatos de Martini, pode-se induzir que a região em que buscavam água era a

chamada Vila Caiu do Céu. Nesse período, também relata-se a existência de um posto policial da guarda civil no principal caminho da vila, já que o destino da pena¹⁶ seria ao lado deste posto. (MARTINI, 2004).

A igreja Santo Antônio do Partenon¹⁷ participava ativamente da vida social da Vila Santa Luzia. Por exemplo, entre os meses de abril e maio de 1948, a paróquia realizava “santas missões” na “vila dos maloqueiros” (como a chamavam os populares) com o intuito de legitimar casamentos e arrebanhar fiéis. Em novembro de 1949, a igreja estimava que existissem mais de 500 malocas na vila. Segundo eles, 70 % dos moradores eram católicos. (MARTINI, 2004).

Com o objetivo de criar uma capela, que também servisse de escola, o vigário, investido de tal missão, foi ao prefeito municipal, ao que foi aconselhado a não tomar tal iniciativa, posto que era intenção da prefeitura remover as malocas para a vila São José, no arrabalde João Pessoa. Contudo, os moradores que já haviam se organizado em uma associação - a Sociedade de Reivindicações dos Marginais da Vila Santa Luzia¹⁸ -, tendo como objetivo, entre outros, a construção de uma escola, apesar da negativa do prefeito, juntamente com o vigário, levaram adiante seu projeto. Construíram um prédio de madeira de 6 por 12m, em frente ao posto policial e à pena d’ água. (MARTINI, 2004).

Tempos depois, a Secretaria de Educação destacaria duas professoras para o local, onde o padre dava aulas de catequese. Nesse período, a mesma prefeitura que afirmara anteriormente a intenção de remover as malocas, voltava atrás e afirmava a pretensão de promover o loteamento da área e ceder os terrenos para os próprios moradores.

Entretanto, em 1949, o decreto n. 398, de 21/01/49, declarou de utilidade pública e desapropriou a área em que estava localizada a Vila Santa Luzia.” (MARTINI, 2004). A lei 351 de 12/12/49 dispunha acerca da venda dos terrenos a vista e a prestação para a construção da casa própria, independentemente de concorrência pública. Essa lei, obviamente, interessava aos moradores da Vila

¹⁶ Mesmo significado de Torneira, bica.

¹⁷ Próxima à Vila Santa Luzia. Construída em pela Sociedade Partenon Literário.

¹⁸ Essa mesma sociedade solicitaria, em quatro de novembro de 1949, à Câmara de vereadores, auxílio para o natal da criança pobre. A comunidade já apresentava um alto grau de organização. O pedido foi parar nas mãos do prefeito Ildo Meneghetti, o qual não atendeu, afirmando em seu despacho, em 23 de dezembro, não haver dinheiro e que pobre havia em toda a cidade. (MARTINI, 2004).

Santa Luzia, entretanto, segundo Martini jamais seria aplicada no sentido de favorecê-los:

A Vila Santa Luzia era “um recanto densamente habitado por gente de condição humilde e desprotegida.” A angústia dos moradores aumentava à medida que se preocupavam com a possibilidade dos donos da gleba resolvessem loteá-la. Tranquilizavam-se, todavia, à proporção que tomavam conhecimento de que a prefeitura havia desapropriado as terras para eles. O futuro mostraria que se mantinham aflitos em virtude da utilização das terras para outros fins que não o de permanência deles no local, estavam certos, pois que a própria prefeitura os retiraria de lá. (MARTINI, 2004).

Em 18 de março de 1951, domingo de Ramos, às 11h, após a missa, o vigário benzeria o prédio da escola da Vila Santa Luzia que fora reformado. Para a solenidade, novamente, vieram representantes do governo estadual e municipal e, segundo Martini, “tudo parecia bem encaminhado”.

Em 1954, a Sociedade de Reivindicações dos Marginais da Vila Santa Luzia mantinha a escola com 70 alunos no curso primário em dois turnos. Contavam também com um pequeno laboratório e atendimento médico e ainda possuíam uma pequena farmácia com amostras grátis que não dava vencimento às solicitações. A vila já tinha quase 7 mil habitantes. (MARTINI, 2004).

Em 25 de Julho de 1957 o decreto 1208 assinado pelo prefeito Brizola, criava na Santa Luzia uma escola primária, denominada de Senador Alberto Pasqualini que seria administrada pela Secretaria de Educação e Assistência do Município.

Em junho de 1958, há registros de que a Câmara reclamava um melhor cuidado da prefeitura com a vila, pois entedia-se que ela estava cada vez mais abandonada pelo município. Pedia mais torneiras, que se arrumassem as vielas e capinassem as valetas.

De acordo com Martini:

As malocas da Santa Luzia eram habitações precárias e insalubres. Construídas com caixões e latas de zinco. Não davam a cobertura necessária contra o frio, o sol e a chuva. A luz era de vela e lampião. As privadas eram ao ar livre. Separando as habitações e servindo de ruas, existiam vielas imundas, tortuosas e asfixiantes. A água era retirada de poucas torneiras, poços e cisternas. Nada fizera a prefeitura para propiciar-lhe melhores condições de vida. Assim via Célio¹⁹ em 1959. (MARTINI, 2004).

19

Vereador e delegado de polícia do bairro Azenha.

Em dezembro de 1964, foi realizado levantamento socioeconômico nas vilas e agrupamentos marginais de Porto Alegre pelo Departamento da Casa Popular (atual DEMHAB). Nesse levantamento, constara que na Santa Luzia já viviam 1320 famílias ou 6376 pessoas. As famílias sendo assim distribuídas: 914 do interior do estado; 154 de outros estados; e 16 famílias que moravam na vila desde a sua origem datada de 1943.

Há registros de que em 1966 a igreja Santo Antônio faria funcionar à noite, na Vila Santa Luzia, uma escola para alfabetização e um curso supletivo. (MARTINI, 2004).

Nesse mesmo ano (1966), segundo Martini, “a par de outras iniciativas no mesmo sentido, a prefeitura desapropria duas glebas de terra em Belém Novo, de frente para a estrada da Restinga (atual João Antonio da Silveira) passando-as em seguida para o DEMHAB. Aí seriam erguidas pelo DEMHAB a Vila Restinga Velha e Restinga Nova, 12 ha compostos de casas populares”.

O mais contraditório é que consta na lei 2.188 (30/12/60) a autorização, do então prefeito Loureiro da Silva, para o Departamento da Casa Popular contrair empréstimo com garantia hipotecária. Os recursos seriam aplicados na construção de apartamentos populares na área em que estava situada a Vila Santa Luzia para os moradores da vila. Segundo o comentário de Martini:

[...] essas áreas haviam sido adquiridas para loteamento e venda dos terrenos para os próprios moradores. Entretanto, embora já tivessem passado anos da aquisição, a prefeitura nada mais fizera e agora começava, na verdade, a desvirtuar a finalidade da compra. Já não estava tão longe o dia em que os vileiros seriam simplesmente removidos, mas não para tais apartamentos. (MARTINI, 2004).

6.3. AS REMOÇÕES

Esses dois territórios, tendo em comum a condição de territórios de exclusão em áreas centrais da cidade, tiveram um “fim” muito semelhante, uma vez que ambos foram removidos em períodos próximos e para o mesmo local: a Vila Restinga Velha. A seguir apresentaremos os processos de remoção da Ilhota e

Santa Luzia, destacando, especialmente, em que circunstâncias se efetivaram e quais as justificativas apresentadas.

6.3.1. Processo de remoção da Ilhota

A primeira iniciativa para remover a Ilhota deu-se em 1940 quando suas terras foram consideradas de utilidade pública. A região tinha, então, segundo Martini, 64 malocas. Em 1946 a área foi novamente considerada de utilidade pública pelo decreto municipal n. 333. Figurava no rol de “melhorias” a canalização do riacho, a construção de uma grande avenida, assim como promover a recuperação, através de saneamento e urbanização, dessa área considerada “uma vasta zona insalubre, localizada no perímetro urbano, próxima ao centro”. (MARTINI, 2004). Para isso, a Ilhota, devido a necessidade de obras de retificação e canalização do riacho, bem como à abertura de ruas, obedecendo ao plano diretor, deveria ser removida. Contudo, a remoção, propriamente dita, foi realizada de forma objetiva somente com o “Projeto Renascença”, que teve início no ano de 1976.

Este projeto²⁰ objetivava ações urbanísticas nas seguintes áreas da cidade: Cidade Baixa, Menino Deus, Praia de Belas, Azenha e Medianeira. Foram ali aplicados 500 milhões de cruzeiros, financiados pelo BNH (Banco Nacional de Habitação), por intermédio do Projeto CURA (Comunidade Urbana para a Recuperação Acelerada); 60 milhões da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; além de 40 milhões, com recursos indiretos. Totalizando assim 600 milhões de cruzeiros.

²⁰ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Secretaria do planejamento Municipal, Escritório de Projetos CURA, Projeto Renascença, Correspondência, s/ data). Projeto Renascença 13.2.42.1 Arquivo Histórico Moysés Vellinho.

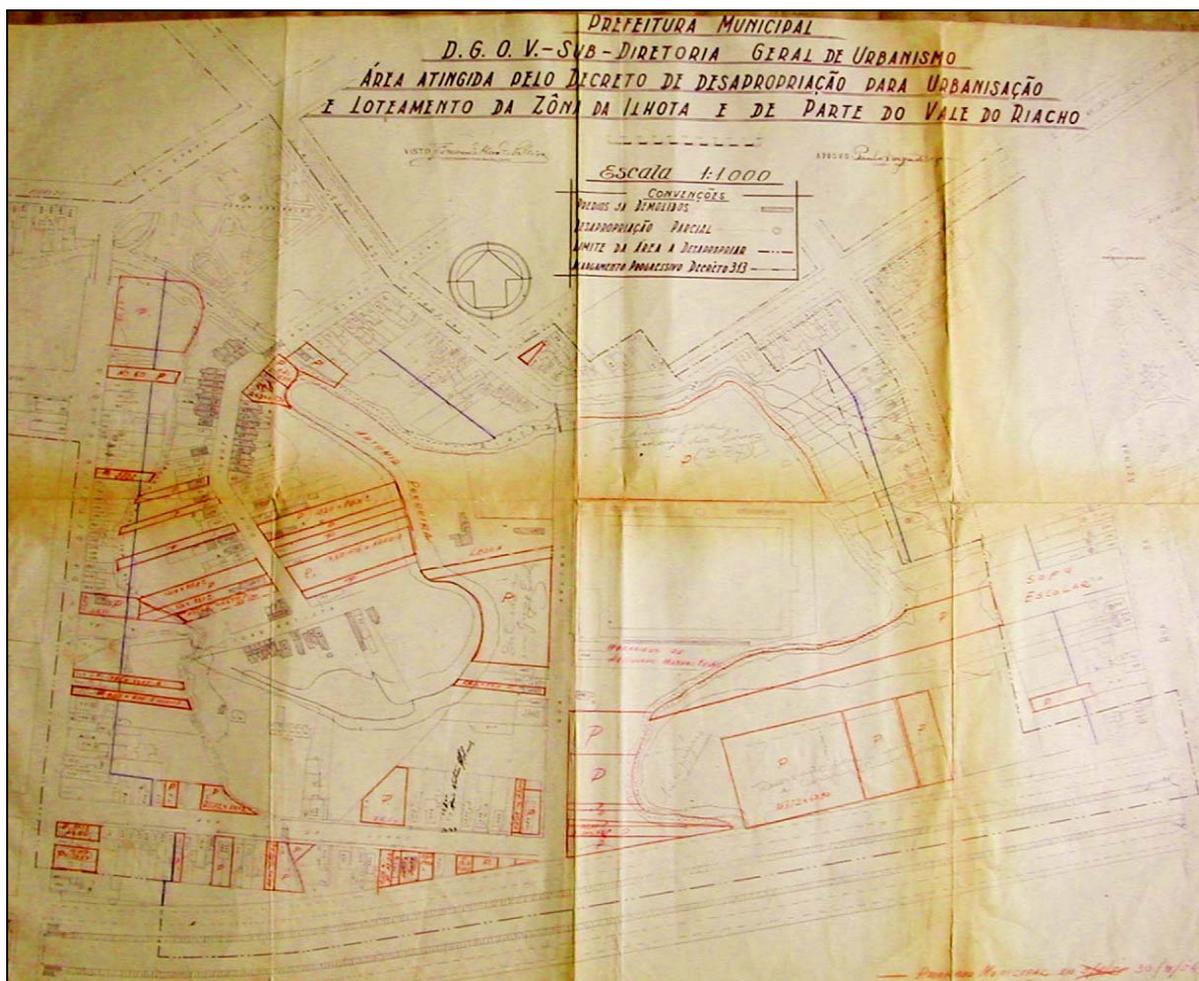
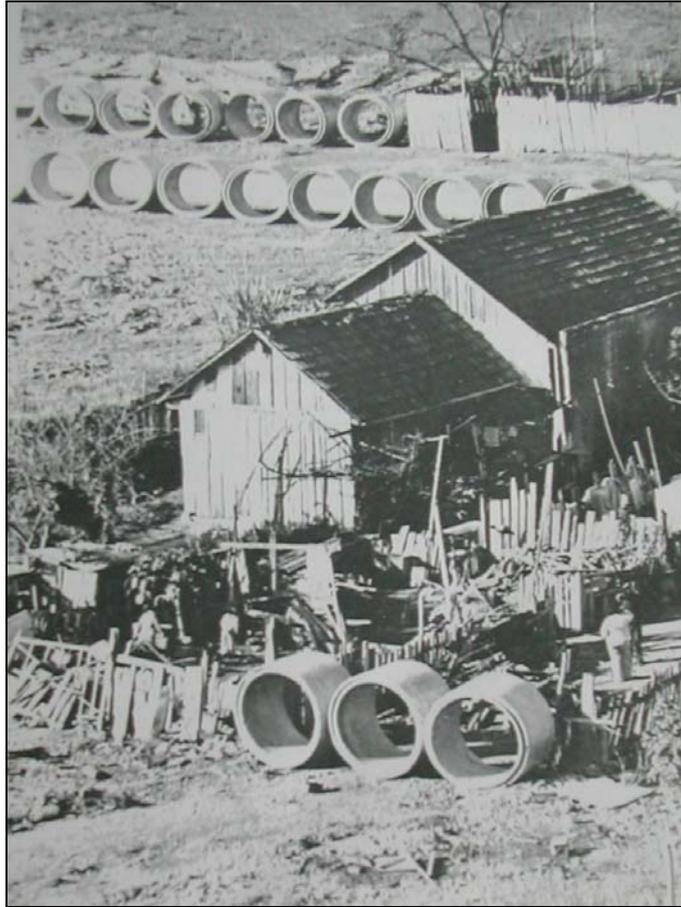


Fig 13: Planta do Projeto Renascença – Área atingida pelo decreto de desapropriação da Ilhota (PMPA).

O projeto, partindo de idéias já antigas como urbanizar a região, tinha como metas iniciais desapropriar as terras em que estava localizada a Ilhota, abrir novas ruas e promover saneamento básico, posteriormente, incorporou outras medidas - iluminação e pavimentação de ruas e avenidas, construção de uma escola, de um hortomercado e de um teatro. O projeto foi iniciado em maio de 1976 e sua execução durou cerca de três anos.



*Fig 14: Ilhota em processo de remoção. Autor: desconhecido.
Fonte: Jornal Correio do Povo, 01/12/68.
Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.*



*Fig. 15: Ilhota em fase de urbanização. Projeto Renascença, 22/12/1975, (PMPA, 1975).
Autor: desconhecido.
Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.*



*Fig 16: Ilhota em fase de urbanização. Projeto Renascença, 22/12/1975, (PMPA, 1975). Autor:
desconhecido.
Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.*

Em 1976, inicia-se uma série de reportagens, de autoria do jornalista Alberto André, sobre a possível urbanização da Ilhota.

"Urbanização da Ilhota"

Alberto André

(...) Tão sérios como os urbanísticos, apresentaram-se os problemas humanos. Os residentes se dividiam entre a baixa classe média, a operária, e, depois, a marginalizada, sem qualquer potencial econômico para suportar as obras consideradas indispensáveis. Além disso, nos anos de carências de moradia, não tinham para onde ir. Sem dotação igualmente para projeto, a municipalidade foi deixando que o tempo trouxesse uma solução. Apenas funcionou neste período, uma das fases do segundo plano destinado a Ilhota: foi o das lentas desapropriações as quais principiadadas, na realidade, já durante a segunda guerra (...). (Correio do Povo, 4/7/1976).

Outra reportagem, do mesmo ano, ilustra as expectativas em relação à reurbanização da área através do Projeto Renascença:

"Em três anos uma Ilhota toda diferente"

(Projeto Renascença está saindo do papel)

(...) A parte central do Renascença é a Ilhota, que sofrerá uma remodelação tão grande que será difícil lembrar o que era aquele lugar a menos de sete anos. No lugar das malocas serão construídos belos e imponentes edifícios residenciais. As estreitas e embarradas vielas darão lugar a um intricado de passarelas, elevadas e viadutos (...).

-Um plano para o antigo reduto de marginais-

O projeto Renascença da prefeitura Municipal de Porto Alegre tem seu início na morte da pobre, suja e infecta Ilhota. Agressiva para alguns perigosa para outros, o local é habitado por 10mil pessoas (1968). (...) ela já foi reduto de marginais, assassinos e traficantes de entorpecentes (...).

Em 1968, quando a Ilhota atingia a super população, o DEMHAB removeu do local mais de 1200 barracos, colocando-os na Vila Velha Restinga, local esse que, devido à distância do centro da cidade, é detestado por todos. Morando na Restinga Velha, não há possibilidades de pedir comida nas casas dos ricos e, além do mais, o transporte é caro e impossível para quem tem uma renda mensal de CR\$158,00.

Após a remoção em massa, devido a má fiscalização, novamente aumentou o número de moradores da casa de papelão, zinco e restos de madeira. A localização da vila é considerada privilegiada por essas famílias marginalizadas, que tem como único temor a mudança para a Restinga. (ZERO HORA, 16/5/1976).

Em 1978, o jornal Correio do Povo publica a seguinte reportagem:

Quem recorda Porto Alegre de alguns anos atrás deve ter bem presente a situação da área denominada Ilhota. Estudos mostraram ser essa área um bolsão de estagnação a seccionar a escalada do desenvolvimento de até alguns dos bairros mais populosos da cidade. A municipalidade no intuito de transformar a área num pólo irradiador de desenvolvimento, já está executando o Projeto Renascença com um custo global de ordem de 500 milhões de cruzeiros e conclusão prevista para o final de 1978. (...) É de se esperar, portanto, que o Projeto Renascença seja responsável pela criação da nova fisionomia de uma Porto Alegre a caminho da humanização, que o

projeto do prefeito Guilherme Socias Villela proclamou sempre como bandeira do seu governo e que, no Projeto Renascença não é apenas uma bandeira: é uma realidade que vem transformando um cenário de atraso, desconforto e estagnação, numa área dinâmica, progressista e renovadora. (Correio do Povo, 14/02/1978, p. 04).

A partir dessas publicações, evidenciam-se as representações que a imprensa local e o poder público sustentavam em relação à Ilhota, ou seja: “um cenário de atraso, de desconforto”, um “bolsão de estagnação” etc. A sua remoção era vista como um bem para a cidade, eliminando entraves ao desenvolvimento dessa área.

Em 1979, a execução do Projeto Renascença foi finalizada. Em uma reportagem do jornal Zero Hora retrata o momento da finalização do projeto sob chuva e lágrimas do prefeito.

"PREFEITO INAUGURA A ÚLTIMA OBRA DO PROJETO RENASCENÇA"

Villela emocionou-se ao entregar à cidade, sob a chuva, à rótula da Rua José de Alencar.

Debaixo de muita chuva, em solenidade rápida, mas marcada pela emoção do prefeito Guilherme Socias Villela, que não pode conter algumas lágrimas, foi inaugurada, ontem às 10 horas, a rótula Érico Veríssimo – José de Alencar. A obra conforme lembrou o prefeito em seu discurso, marca o encerramento do projeto Renascença e o final de um trabalho que foi a meta de sua administração (...). (ZERO HORA, 14/09/1979).

Dessa forma, a partir da remoção, extingue-se o território conhecido por Ilhota. Grande parte de seus moradores passam a morar na, então, Restinga Velha, outros, porém, em melhor situação financeira adquirem terrenos em outros bairros periféricos de Porto Alegre, bem como em cidades da região metropolitana, como por exemplo, Alvorada e Cachoeirinha. Assim, é dado espaço a novos empreendimentos na região da antiga Ilhota, atendendo a expectativas de uns, como mostram as reportagens acima, enquanto outros, passam a viver dias difíceis, tendo que reconstruir suas vidas distantes de seu antigo território e do centro da cidade – sem trabalho, água, luz, etc.

6.3.2. Processo de remoção da Vila Santa Luzia

Em 1948, conforme Martini (2004), ingressa na Câmara Municipal um pedido de desapropriação das terras pertencentes à Vila Santa Luzia. Contudo, posteriormente, a própria câmara providenciaria a devida urbanização da área, objetivando a venda de lotes (a longo prazo e a um preço de custo) para os próprios moradores da área. Consignava ainda o projeto que “as chamadas malocas revelaram a existência do latifúndio urbano nocivo à cidade e incompatível com a atual crise da habitação”. Apesar de a prefeitura ter comprado essas terras em 1960, para levar adiante o proposto pelo projeto, foi somente no ano de 1969 que as remoções foram iniciadas. (MARTINI, 2004).

Cerca dos 10 mil moradores da Vila Marítimos e Santa Luzia, conforme Zero Hora (24 de abril de 1971), teriam sido avisados pelo DEMHAB que seriam removidos na semana seguinte. (MARTINI, 2004) Tais famílias deveriam ser levadas para a Restinga Velha.

O processo de remoção transcorreu em meio a muita tensão, como podemos verificar no relato a seguir.

Sebastião Pereira da Silva, esposa e quatro filhos residiam na Vila dos Marítimos na Av. Pio XII, n. 31, desde (19)66. Dois de seus filhos estudavam em ótima escola: Colégio Rainha do Brasil, junto à igreja Santo Antônio. Ele apresentava na época recortes de jornais, onde constavam declarações do prefeito dizendo que as malocas não seriam retiradas. Sebastião foi classificado como agitador social pelo pessoal do DEMHAB. Tal qualificação então poderia ser fatal. Queriam obviamente subjugar-lo. (MARTINI, 2004).

Liderados por Sebastião, cerca de trezentos moradores da Vila Santa Luzia e da Vila dos Marítimos reuniram-se e pediram ao DEMHAB que o prazo de início das remoções fosse estendido. A resposta, segundo Martini, foi: “já esperamos demais”. Os moradores procuraram dialogar, então, com a proprietária do terreno - a Cooperativa de Habitação dos Funcionários da Prefeitura municipal de Porto Alegre - que o adquirira do INSS para construir um núcleo residencial para seus associados.

Martini relata que, na época, foi realizado um acordo entre a Cooperativa dos Funcionários da Prefeitura e o INSS. Ou seja, fora a Cooperativa que pedira e pagara pela remoção das Vilas Santa Luzia e dos Marítimos, efetivada, por sua vez, pelo DEMHAB. (MARTINI, 2004).

A remoção das casas foi iniciada em 1971, começando pelas casas situadas junto à Av. Bento Gonçalves, ou seja, na Vila dos Marítimos (vizinha à Santa Luzia), e com previsão de dois anos para a conclusão de todo o processo de remoção.

O seguinte relato ilustra a maneira marcante com que a vida dos moradores removidos foi afetada pela remoção:

Emma Silva Pereira, em uma manhã fria e chuvosa, no início de junho de 1971, quando a equipe da remoção chegou, dando em seguida, início a demolição de seu casebre, sentiu o golpe profundamente. A vida de Emma transformar-se-ia. A Vila Restinga era muito longe. Perderia seu ganha-pão: a costura. Auxiliada pelas suas freguesas, conseguiria comprar um terreno na região da Lomba do Pinheiro. Teria de pagar mensalidades. Emma, marido e filho, foram jogados com o que restara de sua casinha no terreno. Sua máquina de costura “estragava sob a água que caía. (MARTINI, 2004).

Alguns vereadores se mobilizaram em prol dos moradores da Vila Santa Luzia e da Vila dos Marítimos, criticando à forma com que as remoções estavam sendo realizadas:

A resolução n. 593 de 14 de Junho de 1971, da Câmara Municipal decidira por constituir uma comissão de inquérito para apurar irregularidades na remoção das casas da vila dos Marítimos e Santa Luzia por parte do DEMHAB. A comissão ficaria composta por vereadores Paulo Souza, João Satta, e Mano José, instalando seus trabalhos em 21 de junho de 1971 e escolhendo para presidente Paulo Souza, o Lumumba do Grêmio. (MARTINI, 2004).

O então vereador João Satta dizia que:

A prefeitura não tinha autoridade moral para punir os loteamentos clandestinos, por ser o município o maior loteador irregular. Embora houvesse leis disciplinadoras dos loteamentos, o DEMHAB não as respeitava. Vendia terras de sua propriedade em vilas irregulares, já que não devidamente urbanizadas, como na popular Sarandi, Mapa, Restinga, Santo Agostinho, São Borja, Nova Gleba, Santa Rosa, Passo das Pedras, onde já existiam cerca de seis mil habitações. (MARTINI, 2004).

Segundo Martini, a iniciativa da câmara de vereadores pareceu ter feito com que o DEMHAB amenizasse seu ímpeto de remoção. Foram, então, estabelecidos alguns critérios reguladores como, por exemplo: as famílias que tivessem filhos em escola só sairiam no final do ano, nas férias e doentes não seriam removidos antes de sua recuperação. Porém, os ânimos não se acalmaram, a tensão continuou.

Na Câmara de Vereadores, em 19 de Maio de 1971, o então vereador César Mesquita fez críticas à forma com que se processavam as remoções. Segundo o vereador, um morador ao reclamar a um funcionário do DEMHAB sobre desumanidade com que estavam sendo realizadas as remoções, quase foi agredido pelo funcionário. Esse episódio teria acontecido quando um trator destruíra a rede de água da Vila dos Marítimos, obrigando, a partir daí, com que os moradores passassem a buscar água na Vila Santa Luzia. Outros vereadores também se manifestaram na câmara contra os métodos praticados pelo DEMHAB. Martini (2004), em relação ao fato, diz: “Percebe-se que o que importava eram as transferências, de resto, era empurrar com a barriga”.

No dia 24 de maio de 1971, o vereador Mesquita pede a nomeação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar como vinha sendo feita a remoção das famílias e saber sobre o descumprimento das ordens do prefeito por parte do DEMHAB. Entretanto, continuavam removendo à força, doentes, famílias sem lugar para ir e com crianças estudando, inclusive em dias de chuva, ou seja, as ordens do prefeito eram descumpridas, como relata Martini. Nessa época, o DEMHAB removia de cinco a seis casebres por dia, levando-os normalmente para a Restinga (Velha), onde as malocas eram depositadas. De 1969 a maio de 1971, o departamento já havia removido 2.976 moradias.

A partir da frase em voga na época, “Removê-los para promovê-los”, Martini questiona: “Se as terras da Santa Luzia e de outras vilas tinham sido compradas para manter os moradores no local, porque removê-los era promovê-los?” E acrescenta: “Depois de terem conquistado o que era necessário para viverem dignamente em suas vilas, como água, luz, escola, etc., por que removê-los para outro local em situações ainda piores era promovê-los? E ademais, longe do centro! Se o DEMHAB retirasse os barracos para colocá-los em casas novas e de alvenaria na Restinga, talvez se pudesse qualificar a remoção de promoção. Tal não era, no entanto, o que acontecia”. (MARTINI, 2004).

Em junho de 1971, estavam acomodadas em torno de 800 famílias na Restinga Velha, “e, a cada dia, esse número aumentava. As famílias eram removidas de suas vilas, para uma vila distante”. (Martini, 2004).

7. METODOLOGIA DE PESQUISA – ETNOGRAFIA

Após a apresentação da primeira etapa do estudo de caso, composto pela investigação histórico-documental, vista nos capítulos anteriores, partimos para a etapa que compreende a pesquisa baseada em uma etnografia. No entanto, antes de irmos direto ao ponto, entende-se que seria importante esclarecer algumas questões, tais como: o que vem a ser uma etnografia? como podemos situá-la entre as demais pesquisas? e ainda, como ela pode ser utilizada em uma pesquisa interdisciplinar junto a outros campos de investigação, como o dos estudos urbanos e do planejamento urbano?

A etnografia advém da matriz disciplinar da antropologia e situa-se no contexto das pesquisas sociais. A pesquisa social, composta por uma gama variada de perspectivas, percorre uma trajetória cronológica, sendo influenciada por diferentes visões de mundo. Entre tantas, podemos enfatizar o positivismo, passando pelo realismo, o empirismo, a hermenêutica e o pós-modernismo. Vale acrescentar que, com o passar dos anos, as abordagens vem se multiplicando e complexificando graças ao processo de interação que sofrem, isto é, assim como há divergências bem demarcadas por um lado, há, por outro, importantes convergências. Assim, através desse jogo de aproximações e afastamentos, constitui-se o campo da pesquisa social. Como não poderia ser diferente, no interior dessa diversidade de pontos de vista, utilizados para compreender os fenômenos sociais, há debates calorosos em torno de algumas questões cruciais, sendo a objetividade e a subjetividade núcleos centrais dessa discussão. Longe de querer encerrar essas questões, o que queremos salientar é que esta investigação procura dar conta de uma dimensão mais subjetiva da vida social, a que, segundo os preceitos de Tim May (2004):

Ao contrário do que alegam os positivistas, nós, como pesquisadores, não podemos conhecê-lo (o mundo social) independente das interpretações que as pessoas fazem dele. A única coisa que podemos conhecer com certeza é como as pessoas interpretam o mundo ao seu redor. Agora, o nosso interesse central como pesquisadores volta-se para o entendimento e as interpretações das pessoas sobre os seus ambientes sociais, parte dos quais foi denominado uma abordagem “fenomenológica” de pesquisa no mundo social. (MAY, 2004, p. 28).

A abordagem fenomenológica de que fala Tim May consiste na preocupação com o entendimento e a interpretação que as pessoas têm e fazem sobre os ambientes sociais nos quais estão inseridas, pois, segundo ele, “é no mundo das idéias que estamos interessados como pesquisadores sociais. Esse ponto de vista sugere que a atividade humana não é um mero comportamento - uma adaptação às condições materiais -, mas uma expressão de significado que os humanos dão (via linguagem) para sua conduta”. (MAY, 2004, p. 28). Ainda segundo May (2004), a investigação social pautada pela subjetividade se dá quando “enfocamos os significados que as pessoas dão a seu ambiente, não ao ambiente em si”. (MAY, 2004, p. 28). Nesse sentido, entramos na esfera da hermenêutica, ou seja, na teoria e prática da interpretação.

Atualmente, alguns autores também situam-se no, polêmico e controverso, pós-modernismo, segundo May (2004), partilhando da crença de que o conhecimento é tanto local quanto contingente e que não há padrões além dos contextos particulares. Em outras palavras, são antifundamentalistas por acreditarem não haver regras universais, praticando o chamado relativismo.

7.1. ANTROPOLOGIA E A ALTERIDADE

Como falado anteriormente, a antropologia, no contexto das pesquisas sociais é caracterizada pelas investigações que dão conta da subjetividade, ou melhor, da intersubjetividade, pois é uma disciplina voltada para a “compreensão do Outro”. (OLIVEIRA, 2007). Este “outro” pode ser constituído por uma sociedade diferente, um grupo social distante do pesquisador ou mesmo um grupo social ao qual ele pertença. Essas características da disciplina remontam a sua origem, quando, no final do século XVIII, os antropólogos investigavam as sociedades então tidas como “primitivas”²¹, ou seja, exteriores à civilização europeia ou norte-americana. (LAPLANTINE, 2000).

²¹ Segundo Laplantine, “a reflexão sobre o homem e a sua sociedade são tão antigos quanto a humanidade, mas o projeto de fundar uma ciência do homem – uma antropologia – é recente. Somente no final do século XVIII é que se inicia a constituição ou pretensão de um saber científico

Estes primeiros antropólogos foram longe de seus grupos sociais de origem em busca do “exótico”, motivados pelo desejo de conhecerem melhor a si mesmos e a suas sociedades. E, por conta disso, a palavra alteridade descreve bem o objeto da antropologia, pois envolve a mim e ao outro. (FONSECA, 1999, p. 209).

Segundo Laplantine, “a ciência era concebida na época a partir de uma dualidade radical entre o observador e seu objeto e por este motivo as primeiras sociedades estudadas pelos antropólogos eram longínquas, de dimensões restritas”. Eram também classificadas como “simples” e este projeto antropológico objetivava compreender, como numa situação de laboratório, a organização complexa de suas próprias sociedades (LAPLANTINE, 2000, P. 14). Segundo Oliven, é significativo que a antropologia social tenha primeiro se desenvolvido na Grã-Bretanha, na época a maior potência industrial do mundo com um vasto império composto de várias colônias na qual existiam muitas sociedades “primitivas” a serem investigadas. (OLIVEN, 1980, p. 23).

No início do século XX, a antropologia percebe que o objeto empírico que caracterizava uma das singularidades da disciplina, ou seja, o estudo das populações que não pertencem à civilização ocidental estava desaparecendo, pois, muitas ex-colônias passaram a ser Estados - Nações. Segundo Laplantine, “uma das saídas para o impasse da perda de seu objeto é a consideração da especificidade de sua prática não partir de um objeto empírico constituído, mas através de uma abordagem epistemológica constituinte”. Assim, a antropologia passou a se caracterizar por “um certo olhar”, “um certo enfoque” que passou a consistir no estudo do homem inteiro, ou seja, a partir de uma abordagem integrativa que levasse em consideração as múltiplas dimensões do ser humano em sociedade. Com uma grande abrangência, objetiva-se conhecer tudo que diz respeito a uma sociedade, ou seja, seus modos de produção econômica, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de parentesco, seus sistemas de conhecimento, suas crenças religiosas, sua língua, sua psicologia, suas criações artísticas. (LAPLANTINE, 2000).

que considera o homem como objeto de conhecimento e não mais a natureza. Até então esse pensamento tinha sido mitológico, artístico, teológico, filosófico, mas não científico.” (LAPLANTINE, 2000, p. 13 -14).

7.2. ESPECIFICIDADES DO OLHAR ANTROPOLÓGICO

Segundo Luiz Roberto Cardoso de Oliveira, “A antropologia compartilha com a sociologia o interesse no estudo da organização social, das estruturas sociais e das práticas sociais vigentes na sociedade estudada, mas procura dar uma ênfase maior que esta última na apreensão do ponto de vista interno, do nativo, ou do ator”. (OLIVEIRA, 2007, p. 7).

Além disso, segundo Oliveira, a antropologia, tem “a preocupação em articular o local com o universal, isto é, o trabalho do antropólogo está marcado pelo foco em situações empíricas concretas, e bem delimitadas geograficamente, mas por meio das quais são discutidas questões de maior abrangência, em sintonia com aspectos universais da vida social”. (OLIVEIRA, 2007, p. 7).

Para Oliveira, o antropólogo “procura apreender como as diversas sociedades se vêem elas mesmas, ou como elas fazem sentido nelas mesmas antes de as comparamos com outras”. (OLIVEIRA, 1980).

Outra marca forte da antropologia é a prática do trabalho de campo, ou seja, “o antropólogo vive durante um período de tempo com a comunidade ou sociedade estudada e esta experiência tem grande impacto em sua percepção”. Oliveira, nesse sentido, diz que o trabalho de campo tem relação com a importância que a antropologia dá a dialogia, ou seja:

[...] o meio do qual o antropólogo precisa estabelecer uma conexão com o grupo estudado ou com o ponto de vista do nativo, produzindo assim, uma fusão de horizontes, para conseguir dar sentido ao que está sendo observado. Se este esforço de conexão também é importante para o sociólogo, no caso do antropólogo ele é vivido como um problema existencial, em vista das contingências do trabalho de campo, o qual impõe uma experiência de convivência cotidiana com a comunidade. (OLIVEIRA, 2007, p.8).

Para Oliveira, o trabalho do antropólogo está muito marcado pela interpretação antropológica, ou por este esforço em dar sentido às práticas e situações sociais concretas, seja no plano da organização social ou da própria estrutura da sociedade. Esta perspectiva de que fala Oliveira está ligada a uma das

atuais correntes da antropologia, ou seja, a hermenêutica ou interpretativa que tem como um de seus maiores expoentes o antropólogo Clifford Geertz.

Conforme Geertz (1989), a antropologia não é uma ciência de tipo experimental que tenha como objetivo a procura de leis gerais e constantes. Ela é uma ciência interpretativa que busca conhecer os significados que os seres humanos, tanto na sociedade do eu, como na sociedade do outro dão às formas pelas quais escolheram viver suas vidas. Em suma, “uma ciência não das verdades absolutas, mas das interpretações relativas”. (GEERTZ, 1989, p. 88). Nesse sentido, não haveria dados brutos ou naturais e sim interpretação de interpretações:

A vocação essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas colocar à nossa disposição as respostas que outros deram e assim incluí-los no registro de consultas sobre o que o homem falou. (GEERTZ, 1989, p. 88).

Nesta perspectiva, Geertz (1989) considera que fazer antropologia é analisar as formas simbólicas – palavras, imagens, instituições, comportamentos – em termos das quais os homens se representam para si mesmos e para os outros.

Outra característica do fazer antropológico é lidar com o estranhamento, que Laplantine (2000) define como “a perplexidade provocada pelo encontro das culturas que são para nós mais ‘distantes’, e cujo encontro vai levar a uma modificação do olhar que se tinha sobre si mesmo”.

Presos a uma única cultura somos não só apenas cegos à cultura dos outros, mas míopes quando se trata da nossa. A experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar a nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos evidente. Aos poucos notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, relações afetivas) não tem realmente nada de “natural”. Começamos então a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. (LAPLANTINE, 2000, p.21).

O conhecimento (antropológico) da nossa cultura inevitavelmente passa pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única. (LAPLANTINE, 2000, p. 21).

Gilberto Velho (1980) nos diz que para realizar uma investigação antropológica é necessária uma permanente atitude de estranhamento diante do que se passa não só à nossa volta como, com nós mesmos.

Nesse sentido, voltamos à temática do distanciamento e objetividade que, segundo Velho:

Familiaridade e proximidade não são sinônimos de conhecimento, assim como viajar milhares de quilômetros não nos torna livres de nossa socialização com seus estereótipos e preconceitos. Estes atuarão em outros contextos diante de novos objetos. Ou seja, ir para outra sociedade e/ou cultura não nos transforma em tabulas rasas. É claro que são níveis diferentes de envolvimento e, em princípio poderemos estranhar situações e fatos que são *naturais* para o nativo. Poderemos privilegiar dados que dentro da cultura em pauta tenham outro peso e significado, pois são *naturais*. Daí a importância de procurar perceber como os indivíduos da sociedade investigada constroem e definem a sua realidade, como articular e que peso relativo tem os fatos que vivenciam. (VELHO, 1980, p. 17).

7.3. ANTROPOLOGIA URBANA

Como já dito, em seus primórdios a antropologia investigava povos distantes em sociedades longínquas à do pesquisado. O surgimento das investigações antropológicas no meio urbano é colocada por muitos como tardio em relação às outras vertentes da antropologia. Contudo, uma quantidade expressiva de pesquisas no meio urbano foram realizadas por estudiosos da Escola de Chicago como Robert Park, Louis Wirth entre outros que influenciaram o surgimento da antropologia urbana.

No Brasil, na década de 1970 e 1980, surgiram muitas investigações de cunho antropológico realizadas em cidades. Exemplos disso são “A utopia Urbana” de Gilberto Velho em 1973, “Carnaval, Malandros e Heróis” de Roberto DaMatta em 1979. Já na década de 80, quando a “violência da ditadura foi atenuada os intelectuais se lançaram ao estudo dos habitantes do meio urbano”. (DURHAN, 1976, p. 18). Neste período, foram produzidos inúmeros trabalhos tendo como temas a habitação e as classes populares.

Há algumas especificidades em relação às pesquisas de antropologia urbana, por conta de o pesquisador estar inserido em um universo cultural comum ao

investigador e ao objeto de pesquisa, pois, dessa forma, a participação é antes subjetiva do que objetiva. (DURHAN, 1986, p. 26).

Na antropologia urbana o preceito é que existem muitos estranhamentos em relação à nossa própria sociedade, pois, segundo Velho (1980), em nossas grandes cidades e metrópoles há uma heterogeneidade advinda da divisão social do trabalho, da complexidade institucional e da coexistência de uma pluralidade de tradições culturais que expressam-se em visões de mundo diferenciadas e até contraditórias. (VELHO, 1980, p.17).

Em qualquer sociedade e ou cultura é possível distinguir áreas ou domínios com um certo grau de especificidade. É importante, no entanto, para o antropólogo verificar como os próprios nativos, indivíduos do universo investigado, percebem e definem tais domínios para não cairmos na armadilha muito comum de impormos nossas classificações a culturas cujos critérios e crenças possam ser inteiramente diferentes dos nossos ou que possam parecer semelhantes em certos contextos para diferirem radicalmente em outros. (VELHO, 1980, p. 18).

Para Velho, “há que perceber quais são, dentro dos diferentes segmentos de uma sociedade complexa, os temas valorizados, as escalas de valores particulares, as vivências e preocupações cruciais”. (VELHO, 1980, p.21).

7.4. ANTROPOLOGIA E PLANEJAMENTO URBANO

Mas, qual é a possível relação entre a antropologia e o campo de estudos do planejamento urbano?

Longe de querer encerrar a questão, o que pretendo é apontar alguns aspectos que podem servir de reflexão sobre como uma pode contribuir com a outra.

Por fazer parte das chamadas ciências sociais e, dentro destas, ser a que está mais atenta a observações e reflexões que procuram dar conta da subjetividade, pode-se dizer que uma das preocupações, ou ocupações, da antropologia é a dimensão micro, ou seja, a do gesto, a do cotidiano.

Já o campo de estudos do planejamento urbano, classificado como uma ciência social aplicada, tradicionalmente preocupa-se com processos macro-sociais. Há, sem dúvida, uma distinção entre os estudos voltados para reflexão em relação ao planejamento urbano e o planejamento urbano realizado por órgãos públicos ou

empresas especializadas nessa área. Além disso, os cursos de planejamento urbano em geral são multidisciplinares e possuem várias linhas de pesquisa.²²

No Programa de Pós – graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR//UFRGS) e no Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), por exemplo, há vários alunos graduados em cursos como economia, ciências sociais, turismo, jornalismo, geografia, direito e claro, arquitetura. Diante disso, dá para imaginar o expressivo número de trabalhos com enfoques diferenciados. Se, por um lado, há uma grande troca de experiências por conta da diversidade de abordagens, enfoques e dimensões estudadas, por outro, parece haver uma certa “crise de identidade”, tanto por parte dos estudantes da pós-graduação diante dessa interdisciplinaridade, quanto pelos professores, exigidos a abarcar uma diversidade de olhares, fruto dessas diferentes formações. Em relação à definição do que é o campo do Planejamento Urbano, é nítida a dificuldade em caracterizá-lo. Cito como ilustração, uma situação vivenciada em uma disciplina obrigatória, oferecida aos alunos do primeiro semestre do curso. O professor, ao tentar explicar o que era planejamento urbano, e conseqüentemente o que não era, pediu para que cada aluno fizesse uma breve apresentação de seu objeto de pesquisa. A seguir, classificou-os quanto à proximidade, ou distanciamento, das temáticas “próprias” ao planejamento urbano. Meu tema de pesquisa ficou em “penúltimo lugar” no *ranking* dos “mais próximos ao planejamento urbano”!

Outra situação em que se pôde ver tanto riqueza quanto divergências e estranhamentos dentro do próprio programa foi a apresentação dos projetos dos alunos de mestrado e doutorado. Havia trabalhos que versavam sobre *softwares*, lazer em praças de cidades e trabalhos sobre a representação da cidade no cinema. Sem dúvida, houve certa dificuldade de quem lá estava em compreender alguns temas e trabalhos, ou mesmo interessar-se, prestar atenção. Havia um grande burburinho no ar e até por que não dizer rostos surpresos com a diversidade de temas. Alguns trabalhos foram criticados por alunos que vinham de áreas mais “duras”.

²² Como exemplo, cito o curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional – PROPUR / da Universidade Federal do Rio Grande do Sul do qual, atualmente sou aluna. Linhas de pesquisas vinculadas ao curso: Cidade, Cultura e Política (da qual faço parte), Percepção Ambiental, Sistemas Configuracionais Urbanos.

Ressalto que essas visões são um tanto simplistas, posto que há tantas quantas forem imagináveis as formas do fazer ou conceber antropológico como do planejamento urbano, bem como estas foram sendo modificados ao longo do tempo.

Podemos dizer que a dimensão macro-social e a micro-social podem ser uma das especificidades das abordagens destes dois campos de conhecimento. O olhar antropológico pretende ser o do micro, do gesto, do cotidiano, procura abarcar a dimensão subjetiva dos eventos, do viver, etc. O planejamento urbano, por sua vez, detém seu olhar sobre os processos macro-sociais. Tradicionalmente, este campo estava relacionado a uma apreensão mais totalizadora do urbano, com intenções “ordenadoras”. Atualmente, esta visão do Planejamento Urbano como homogeneizador não confere, pelo menos em parte. Por exemplo, há preocupações em participar dos processos de confecção dos planos diretores das cidades; assim como alunos, professores e técnicos estão ocupados em prestar consultorias e investigar questões relacionadas ao Estatuto das cidades. Logo, podemos dizer que hoje há espaço, ainda que restrito, para investigações que procurem dar conta da complexidade da cidade, dos estilos de vida e visões de mundo presentes nelas. (VELHO, 1973).

Esta dissertação é um exemplo da diversidade de olhares presente nos Programas de Pós-graduação em Planejamento Urbano. É uma tentativa de aproximação entre campos de conhecimento com abordagens distintas - antropologia e planejamento urbano. Pretendo, dessa forma, partindo de um evento específico como uma “remoção”, que envolve instâncias macro-sociais (Estado), chegar a questões dos significados e interpretações da vivência cotidiana de quem passou por esse processo. Diante disso, apresento a seguir como foi realizada e quais os princípios norteadores da coleta de dados nessa investigação. Ressalta-se, contudo, que a etnografia, a observação participante e as entrevistas foram realizadas no bairro Restinga, junto a moradores que residem há pelo menos 30 anos no bairro.

7.5. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

A pesquisa está baseada no método etnográfico, ou seja, na inserção do pesquisador no contexto de um grupo, aplicando técnicas de pesquisa como a observação participante, entrevistas informais, diários e notas de campo. Com o objetivo de construir fatos etnográficos a partir das representações sociais dos sujeitos e grupos pesquisados que conformam valores e identidades, itinerários e trajetórias. (EVANS PRITCHARD, 1993).

7.5.1. Observação participante

Com relação à observação participante, importante técnica na pesquisa antropológica, segundo Becker (1999), é a coleta de dados através da participação do pesquisador na vida cotidiana do grupo estudado. Ele observa as pessoas que está estudando para ver as situações com que se deparam normalmente e como se comportam diante delas. Entabula conversação com alguns ou com todos os participantes dessa situação e descobre as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que observou. (BECKER, 1999, p.47).

A inserção na vida cotidiana dos grupos sociais de antigos moradores da Vila Santa Luzia e Ilhota, atualmente moradores do bairro Restinga, para a realização da observação participante, deu-se em eventos públicos, em locais de sociabilidade como feiras, festas, reuniões familiares, etc. O objetivo era conhecer seu cotidiano, as práticas sociais relacionadas à sua organização social, econômica e familiar para, então, compreender quem são as pessoas, como vivem, como pensam, como se organizam, enfim, saber suas histórias.

7.5.2. Entrevistas: Relatos e a questão da memória

As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com antigos moradores da Ilhota e da vila Santa Luzia (deslocados para o bairro Restinga), com o intuito de conhecer suas trajetórias pela cidade, seu cotidiano na Ilhota e na Vila Santa Luzia e, por fim, suas vidas no bairro Restinga. As entrevistas constituíram-se de um roteiro abordando os seguintes temas: o perfil do informante, a trajetória social, a trajetória na cidade de Porto Alegre, o cotidiano do local de origem (Ilhota ou Santa Luzia), a remoção, a chegada ao bairro Restinga (há quarenta anos) e o momento atual.

As entrevistas buscaram conhecer como foi vivenciado o processo de remoção e posterior enraizamento no bairro sob a ótica destes moradores. Ela pode ser dividida nas seguintes partes, trajetória social do morador: chegada a sua vila de origem, cotidiano da Ilhota e da Santa Luzia (vizinhança, rituais, festas, sociabilidades, dificuldades, moradia). Remoção: antecedentes, o processo. A chegada no bairro Restinga: como era a área, como construíram suas casas, vizinhança, cotidiano, dificuldades iniciais, estranhamento. E, atualmente, como se representam e acham que são representados, como vêem os demais moradores da cidade.

Larissa Lomnitz (1993) contribui com reflexões em torno do que denomina de redes sociais, que segundo ela, são campos constituídos através das relações sociais que os indivíduos estabelecem no seu interior. Essas redes podem ser determinadas por algum critério que a subjaz, critério esse enfatizado pelo pesquisador de acordo com o interesse de sua investigação. Nessas redes, as condutas dos indivíduos dependem do entrecruzamento entre a localização e o ordenamento que cada um ocupa nessa teia de relações. Para a realização desta investigação adotou-se o recurso de formação de redes sociais, no qual cada ator social entrevistado indica um próximo a ser entrevistado, sendo que deveria necessariamente ser um antigo morador da Vila Santa Luzia ou da Ilhota.

Em relação aos relatos dos informantes considerou-se a memória como fio condutor, enfatizando que “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada”. (HALBWACHS, 1990, p. 71).

Segundo Halbwachs (1990), as referências simbólicas do indivíduo dependem do seu relacionamento com os quadros sociais como a família, a classe social, a escola, a igreja, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo. “(...) se lembramos, é porque os outros nos fazem lembrar quando nos provocam”. Para o autor, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado.

Segundo Bosi (2001), a história oral deve ser entendida como um método capaz de produzir interpretações sobre processos históricos referidos a um passado recente, o qual, muitas vezes, só é dado a conhecer por intermédio de pessoas que participaram ou testemunharam algum tipo de acontecimento. Quando uma pessoa passa a relatar suas lembranças, transmite emoções e vivências que podem ser compartilhadas. Bosi destaca: “o que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra”. (BOSI, 2001, p. 23).

A utilização de fotografias tanto de acervos, de moradores e de imagens produzidas por mim, foi importante no registro das diferentes temporalidades do bairro e configurações espaciais. Durante o trabalho de campo, foi realizado um registro fotográfico de seus espaços de moradia, lazer, sociabilidades e do bairro. Também foram coletadas fotografias dos informantes que continham imagens do bairro Restinga, bem como a coleta de fotografias de acervos e de jornais de diferentes épocas acerca dos territórios em questão.

Esses instrumentos de pesquisa foram fundamentais para a investigação dos processos de deslocamento destes moradores na cidade e para a construção da identidade do grupo em relação a seus territórios - o antigo e o atual.

8. A ETNOGRAFIA NO BAIRRO RESTINGA

8.1. UNIVERSO DE PESQUISA

O universo de pesquisa restringe-se à primeira geração de habitantes do bairro Restinga, sendo representado por moradores oriundos da Ilhota e da Vila Santa Luzia.

A formação da rede de informantes foi constituída em duas etapas e em diferentes períodos. A primeira etapa corresponde ao período que vai de dezembro de 2005 a julho de 2006, quando eu era bolsista de iniciação científica no curso de Ciências Sociais/UFRGS. Tal pesquisa resultou em minha monografia de conclusão de curso “Tinga! Teu povo te ama. Um estudo antropológico junto aos moradores do bairro Restinga - Porto Alegre/RS”. A segunda etapa principiou em 2007, quando iniciei o mestrado no Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional/PROPUR/UFRGS.

A primeira etapa compreende a realização de entrevistas com moradores que tinham participado do processo de ocupação do bairro. De certa forma, foi uma pesquisa exploratória na qual tive contato com moradores que eram originários de diferentes lugares da cidade de Porto Alegre, assim como da região metropolitana, e do interior do estado. Porém, o que chamou minha atenção foi o fato de metade dos entrevistados terem sido removidos da Ilhota, ou seja, das seis entrevistas gravadas, três eram de ex-moradores da Ilhota. Rede esta, composta, em parte, por lideranças comunitárias do bairro Restinga.

Na segunda etapa da pesquisa, procurei fazer um recorte em meu universo de investigação, ou seja, trabalhar apenas com antigos moradores da Ilhota. Contudo, durante a pesquisa exploratória, foram surgindo, de maneira expressiva, ex-moradores da Vila Santa Luzia também.

As pessoas com quem convivi durante a investigação eram moradores que residiam no bairro há vinte anos, pelo menos. O nível de relação que estabeleci com os meus entrevistados envolveu freqüentar as suas casas nos finais de semana, dividir a mesa em suas refeições, conviver e partilhar do seu espaço familiar e social e, obviamente, realizar as entrevistas. Assim, foi através da “observação

participante” no cotidiano destas pessoas que pude participar de suas festas de batuque (rituais religiosos), seus bailes de carnaval e mesmo de suas atividades ligadas a movimentos sociais tais como ONGs. A observação participante foi importante para conhecer aspectos da experiência desses habitantes, frente ao bairro e à cidade. Contudo, considero fundamental a pesquisa de campo realizada nos ambientes familiares, nas casas dos informantes.

8.2. APROXIMAÇÕES

Antes de iniciar minha pesquisa, meu conhecimento da Restinga restringia-se às representações sociais que ele possuía, construídas a partir de noticiários, jornais populares e do senso comum. A idéia que eu tinha era a de um bairro que possuía uma característica étnica forte, pela população de afro-descendentes e suas manifestações culturais e religiosas, mais especificamente o carnaval e o batuque. Sua imagem também estava ligada à violência, noticiada diariamente nas páginas policiais dos jornais populares. Porém, o que mais me chamava atenção, no que diz respeito a suas representações e identidade, era a forte mobilização da comunidade em busca de melhores condições de educação, saúde, cultura e infra-estrutura urbana. Apesar do forte estigma de bairro pobre e violento, era uma outra dimensão que instigava minha curiosidade - os fortes laços que pareciam existir entre a população e o bairro. Um exemplo disso era o “grito de guerra” “Tinga teu povo te ama”, originalmente utilizado pela escola de samba “Estado Maior da Restinga” (sete vezes campeã do carnaval de Porto Alegre), que se expandiu e tornou-se um ícone do bairro.

Dessa forma, não só pelas minhas representações sobre o bairro Restinga, mas pela aspiração em realizar uma investigação que girava em torno de dois eixos - identidade e território -, o bairro apresentou-se como um instigante *lócus* de investigação.

Inicialmente, meu interesse estava voltado para conhecer o bairro e as pessoas que lá vivia; como eram? O que faziam? As representações sociais que tinha condiziam com o que eu iria encontrar? Estas eram algumas das questões que me instigavam naquele momento inicial.

Com base nas teorias acerca da antropologia urbana e no método etnográfico lancei-me nessa investigação. Tentando, primeiro, inserir-me nesse universo que é o bairro.

8.3. IMPRESSÕES DO BAIRRO



*Fig 17: Foto área do bairro Restinga. Autor Henrique Amaral.
Fonte: www.skyscrapacity.com.br*



Fig 18: Vista da Restinga Velha. Autor: Vanessa Zamboni, 2006

O bairro Restinga está situado na zona sul de Porto Alegre, região da cidade que desde suas origens está ligada a um cenário rural. Quase na entrada do bairro, a variação na paisagem é notável, de longe, a imagem que temos é de algumas montanhas verdes, muitos locais na beira da estrada com grandes terrenos sem qualquer construção. Em alguns deles, pode-se ver cavalos e vacas pastando, bem como barracões que lembram uma região rural. O acesso é asfaltado até a Restinga, seguindo pela Estrada João Antônio da Silveira, contudo nas ruas laterais, em sua maioria, a região é de terra, chão batido.

Nas primeiras idas a campo, encontrei um bairro com moradores dispostos a “separar-se” de Porto Alegre, pois, segundo eles, o bairro Restinga é uma cidade dentro da própria cidade. Outra característica que me despertou atenção foi o fato de ser um bairro com grande quantidade de moradores afro-descendentes.

A percepção do seu tamanho e da sua população também foi variada, alguns me relatavam que havia 150 mil, outros 500 mil habitantes, dando noção de um bairro muito populoso. Quando fui consultar os dados da prefeitura (2002), verifiquei que o número oficial de habitantes é de 74 mil, dentre os quais 24 mil são moradores irregulares.

Alguns elementos encontrados na paisagem urbana apontam para referências simbólicas culturais com os quais estes moradores convivem. Exemplo disso está no pórtico da entrada do bairro, onde de um lado há uma imagem de um orixá e de outro homens jogando capoeira, além de imagens aludindo ao carnaval. Sem dúvida, há pessoas, da comunidade ou não, com maior ou menor influência na escolha dessas imagens. Contudo, o fato é que, de alguma forma, estas são representações que têm ou que procuram formar sobre seu bairro.

identitário. Na Estrada João Antônio da Silveira, além da Esplanada, há uma grande quantidade de lojas de roupas.

No plano espacial, a Restinga Nova é plana e mais urbanizada e a Velha tem o terreno mais acidentado, com morros e ruas de chão batido, tendo inúmeras vielas e focos de pequenas vilas com moradias irregulares. No plano simbólico também há distinções: os moradores da Restinga Velha que são vistos como mais antigos, mais pobres e este local, muitas vezes está associado ao tráfico e a violência.



Fig. 20: Sede da Escola de samba Estado Maior da Restinga. Autor: Carolina Maia de Aguiar. Fonte: (<http://www6.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/restinga.html>).



Fig. 21: Pórtico na entrada do bairro. 2006.
Autor: Vanessa Zamboni



*Fig 22: Casa Restinga, nov./2006
Autor: Vanessa Zamboni*



*Fig 23: Rua da Restinga Velha. 2006.
Autor: Vanessa Zamboni*

8.3.1. Restinga Nova



Fig 24: Esplanada da Restinga, 2005. Autor: Vanessa Zamboni

(...) desço na última parada antes da Esplanada e me surpreendo com o movimento do comércio e a quantidade de pessoas nas ruas. Movimento, um colorido próprio, das pessoas e dos artigos vendidos nas ruas e lojas. Várias mercadorias expostas em frente às lojas. Utensílios domésticos, potes plásticos coloridos, roupas nos camelôs e a novidade: vendedores de cd's e DVDs piratas na rua, a exemplo de alguns camelôs do centro, com suas bolsas e produtos expostos no chão e, ao redor, muitas pessoas comprando. (trecho do diário de campo, 17/10/06).

Na Estrada João Antônio da Silveira e na Avenida Nilo Wolf concentra-se a maior parte dos estabelecimentos comerciais, culturais, religiosos, órgãos assistenciais, igrejas, equipamentos urbanos como corpo de bombeiros, prédios ligados ao poder público como o fórum e a Escola de Samba.



Fig 25: Feira modelo na Esplanada da Restinga, 2005. Autor: Vanessa Zamboni.

Na Avenida Nilo Wolf há um grande conjunto habitacional: o Monte Castelo, de quatro andares com blocos grandes e muito próximos cercados por uma grade em toda a sua extensão. Ao lado do conjunto encontramos supermercado, locadora, livraria e academia de ginástica. Nesta avenida, de um lado, está o terminal de ônibus, novo, estilo *clean*, de concreto e estruturas de metal aparente, contrastando com os prédios antigos e largos de um grande conjunto habitacional, de outro, com uma paisagem natural ao fundo, com morros cobertos de verde e árvores, onde podemos visualizar o cinturão verde que circunda o bairro.



*Fig 26: Restinga Nova, conjunto habitacional, 1997. Autor: Eni.
Fonte: Acervo pessoal Eni.*

Nesta parte do bairro encontramos muitas igrejas e órgãos de assistência social, como por exemplo o Ananda Marga, instituto indiano que presta um serviço de assistência à população da Restinga onde há uma escola. Em evidência, também, a igreja Assembléia de Deus, o Instituto Renascer da Esperança (projeto da gari Roseli, personagem que se tornou famosa ao ser entrevistada pelo Jô Soares), a Igreja do Sétimo Dia e um centro espírita. As diversas instituições religiosas ficam uma ao lado da outra, centro espírita ao lado da uma igreja católica, etc.

Outra instituição presente nesta avenida é o CECORES (Centro de Comunidade da Vila Restinga). Este aproveitou a estrutura dos CIENS (Centro Integrado de Educação Pública), implementados no Rio Grande do Sul pelo ex-governador Alceu Collares, onde, atualmente, funciona um centro cultural e de práticas esportivas, contando com quadras de futebol, de basquete, piscinas e

atividades de dança. O CECORES é um grande prédio de tijolo à vista com quadras, salas e salões, tendo na suas paredes externas muitos grafites coloridos.

Essa mesma Avenida, ao final da tarde, é um grande ponto de sociabilidades, encontramos muitas pessoas na rua, caminhando, correndo, andando de bicicleta ou passeando com seus cães.



*Fig 27: Prédio do Fórum. Restinga Nova, 2006.
Autor: Vanessa Zamboni.*

O bairro é pouco verticalizado, contudo na Restinga Nova pode-se, no entanto, visualizar alguns conjuntos habitacionais com blocos de quatro andares e o prédio do fórum com três andares que se destacam na paisagem em contraposição a Restinga Velha, em que somente encontramos casas.

No interior da Restinga Nova existem subdivisões, as chamadas unidades. Entre essas unidades há uma espécie de praça, um espaço com grama sem qualquer construção, no entanto, alguns possuem goleiras onde o pessoal joga futebol.

A diversidade de elementos que formam a decoração das casas e a própria construção é muito rica, umas com muitas plantas, outras decoradas com muitas garrafas plásticas. Quanto à segurança das casas, visualiza-se, como alternativa, garrafas de vidro quebradas nos muros. A maior parte das casas é de alvenaria, um piso, gradeadas, mas seus diversos elementos decorativos dão identidades diferenciadas a cada uma delas.

A presença de animais domésticos (cães) é grande, é comum vê-los acorrentados em frente ao pátio das casas. Logo, quando se passa pelas ruas, os

latidos dos cães formam o ruído de fundo. Em sua maioria, as casas são próximas à rua.

8.3.2. Restinga Velha

Na Restinga Velha está a maior parte dos moradores antigos do bairro. Há, aqui, relações de sociabilidade diferenciadas frente à Restinga Nova. Muitas pessoas ficam em frente às suas casas, conversando e tomando conta das crianças que brincam na rua. É comum ver vizinhos se visitando e pequenos bares sempre com pessoas sentadas em frente.



Fig 28: Restinga Velha. 2006. Autor: Vanessa Zamboni.

A Restinga Velha é uma região diferenciada, encontramos uma maior quantidade de pessoas na rua, em sua grande maioria jovens e crianças, que se apropriam do espaço público de diversas formas. Crianças fecham as ruas e brincam com bolas e *tacoball*, jovens sentados nas calçadas formando grupos, enquanto algumas crianças, em frente às suas casas, ouvem *funk* e dançam imitando as coreografias.

Essa região tem um relevo mais acidentado, com morros, diferente da Nova, mais plana. E no interior do bairro, há algumas áreas de “invasão”, nas quais há concentração de moradias irregulares, sem saneamento ou calçamento, com chão batido e valões com esgoto à céu aberto. É interessante a sociabilidade nesses locais, pessoas se comunicando pelas janelas, grupos de pessoas nas ruelas. Há, também, maior quantidade de bares e mercados, bem como de pessoas nas ruas, ou em frente as casas. A região caracteriza-se, também, pela maior quantidade de casas de madeira, ruas de chão batido com automóveis estacionados.



Fig 29 Restinga Velha, 2006. Autor: Vanessa Zamboni.

Ao percorrer esse território é comum ouvirmos música vinda das casas. Os mais velhos, em geral, ouvem samba (Alcione, Zeca Pagodinho...), já entre os jovens a preferência é o *funk*, o pagode e o *hip hop*, sentados nas calçadas, em frente às casas, formando grupos.

Na Restinga Velha não encontramos tantas instituições religiosas e assistenciais, ou comércio quanto na Restinga Nova, porém há um número considerável de escolas concentradas nessa região.

Outro aspecto que chama a atenção é a heterogeneidade nas questões de saneamento e urbanização. Há distinções bem marcadas. Na parte mais próxima da via principal, a Estrada João Antônio da Silveira, há maior urbanização, ruas calçadas, ao passo que no interior da região a situação é bem diferente.

Encontramos enclaves com “casebres” sem qualquer saneamento, por exemplo, e as casas são construídas de forma mais rústica. Ainda no interior do bairro, existem núcleos de casas populares construídas pela prefeitura, casas prontas ou em construção.



Fig 30: Restinga Velha, 2007. Autor: Vanessa Zamboni

8.4. INSERÇÃO EM CAMPO

Como assinala Becker, um problema que aflige quase todos os pesquisadores que investigam grupos e comunidades é se inserir, conseguir permissão, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar (BECKER, 1999, p. 35). Minha investigação não foi nada diferente disso. Até iniciar a formação da “rede de informantes” estive envolvida em situações difíceis, que causavam angústia, mas, ao mesmo tempo, tive alegrias, bem como situações um tanto quanto inusitadas como veremos a seguir.

8.4.1. A pré-estréia

Para chegar ao bairro eu precisava de algum contato. Foi assim que minha, então, orientadora Cornelia Eckert, por possuir relações com pessoas vinculadas ao Centro de cultura Negra (CECUNE), entrou em contato com o presidente da época,

Juarez, pedindo para que me apresentasse algum morador da Restinga que pudesse acompanhar-me em uma visita ao bairro. Juarez, então, convidou-me para a pré-estréia do Filme “Filhas do Vento”²³ que realizar-se-ia na escola de samba “Estado Maior da Restinga”.

O evento iniciava às 20h. Convidei uma colega, pegamos o “R(ápida) 10” (ônibus que vai do centro da cidade para a Restinga) e fomos. Depois de 1h e 15 minutos, em um ônibus lotado, passamos por diversos bairros, indo em direção a zona Sul da cidade, com uma paisagem que se transformava pouco a pouco... lembrando cada vez mais uma zona rural, com grandes vazios de terras e até animais pastando. Quando chegamos ao bairro já era noite, fomos diretamente para a escola de samba Estado Maior da Restinga que fica na avenida principal, a “Estrada Joaquim José Remião”. Chegando lá, havia muito movimento nas ruas e na parada de ônibus. Na escola não havia nada que lembrasse uma projeção ou mesmo um público para tal evento. Conversamos com o zelador e ele disse que não haveria mais filme. Porém, para não “perder a viagem”, comentei com ele que estava querendo realizar uma pesquisa junto aos moradores do bairro. Assim, obtive algumas informações sobre personagens “conhecidos”. Tal como um senhor que chamavam de “Delegado”, que andava pelo bairro de sobretudo e chapéu fazendo as vezes de delegado, pois “controlava moralmente” pessoas e situações. Com poucas informações e sem ver o filme ou encontrar Juarez, voltei para casa acompanhada de certa dose de frustração, mas com um desejo enorme de voltar e conhecer aquele imenso bairro que me instigava.

8.4.2. Dança do ventre e visita guiada ao bairro

A próxima opção foi fazer contato com um doutorando da antropologia social que morava no bairro, Yosvaldir. Dessa vez fui cedo, pela manhã, até sua casa que ficava na Restinga Nova em um conjunto habitacional. Almocei com a família e à tarde, fiz uma visita guiada pelo bairro, percorrendo a Restinga Nova.

²³ Um filme sob direção de Joel Zito Araújo, premiado no Festival de Gramado de 2005, com presença atores e atrizes negras no elenco como Ruth de Souza, Milton Gonçalves, Thais Araújo, Telma de Freitas entre outros.

Como meu objetivo inicial era saber como havia sido o processo inicial de ocupação da região, o que demandaria realizar entrevistas com antigos moradores do bairro (idosos), Yosvaldir me indicou Lucette, uma farmacêutica angolana que dava aulas de dança do ventre e meditação. Pensei: “é a minha chance de manter contato com o bairro e com seus moradores, além do que, de estabelecer contato com alguma senhora e iniciar uma rede de informantes”. Nesse contexto, freqüentei algumas aulas de dança do ventre, às quintas feiras à noite. Bem, era à noite e isso dificultou um pouco as coisas, pois a Restinga ficava há pelo menos uma hora de minha casa que, naquele tempo, localizava-se no Bairro Bom Fim (distante uns 10 minutos a pé do centro da cidade). Outra tentativa infrutífera, no que dizia respeito à formação da rede de informantes, porém, em relação à dança do ventre..., foi divertido.

8.4.3. O negão careca ou o “ego” da rede

Um novo contato foi estabelecido com o Juarez e este indicou uma pessoa, segundo ele, um fotógrafo que tinha boa inserção em vários territórios do bairro. Liguei para o número que Juarez havia me passado e atendeu Coutinho, o fotógrafo. Falei sobre o interesse em fazer uma pesquisa na Restinga e tal e combinamos de nos encontrar: “Às 14h em frente ao bar do Seu Ivo, ao lado da Escola de Samba Estado Maior da Restinga”. Ok! Contudo, como não o conhecia, precisava saber como era fisicamente. Então, questionei: “Como tu é?” Ele respondeu: “Sou um negão careca”, e me perguntou: “E tu?” Eu disse que era morena (eu falava em relação à cor do cabelo castanho e não em relação à cor da pele) ao que para se certificar disse: “Então tu é negra!” “Não”, disse eu. Resumindo, no dia seguinte estaria eu na restinga “às 14h em frente ao bar do Seu Ivo, ao lado da escola de samba”.

Cheguei ao bar onde estava ele me esperando, sentado em uma moto. Nos apresentamos e ele me passou um capacete e vendo minha cara de surpresa perguntou: “Ué! Tu não quer conhecer as pessoas antigas do bairro? Então sobe!” Bem, sem muito tempo para pensar, subi, “embarquei nessa” e em 5 minutos estávamos na Restinga Velha, na casa de Maria Clara, minha primeira informante.

Assim, iniciou a construção da rede de informantes, em janeiro de 2006, a partir do contato com Coutinho, com suas indicações e com sua presença fui realizando minhas primeiras entrevistas. Considero este, o início de minha observação participante junto aos moradores do bairro, deslocando-me de moto entre a Restinga Nova e a Velha.



Fig 31: Pesquisadora, Coutinho e Delmar Barbosa. Restinga Nova, 2006. Autor: Rafael Derois Santos

Dessa forma, conheci meu informante-chave, Coutinho, fotógrafo social, proprietário de um estúdio fotográfico e livraria gospel. Este acompanhou-me durante todo o período de pesquisa, auxiliando-me no contato com demais moradores do bairro.

8.4.4. A nova rede de informantes: surpresas e transformações

No período de formação da nova rede (setembro à novembro de 2007), ficou claro para mim que gostaria de entrevistar pessoas que anteriormente haviam morado na Ilhota e que não fossem apenas lideranças comunitárias (já que na rede anterior realizei entrevistas com moradores que em sua maior parte eram lideranças). Essa nova escolha estava orientada pelo interesse em investigar o cotidiano e as narrativas de pessoas que tivessem outro tipo de inserção na vida comunitária, ou seja, que não fosse pautada pela sua posição de liderança.

Comentei com Coutinho a nova direção da pesquisa, assim ele me indicou Dona Cleuza. Porém, havia outras mudanças que eu desejava fazer, como buscar maior autonomia em relação ao meu deslocamento no bairro, ou seja, ir e vir sozinha, sem o Coutinho, sempre presente. Achei que era necessário estabelecer relações diretas entre os informantes, nas quais um indicasse o outro, sem a mediação de Coutinho.

Com muita expectativa, iniciei esta nova rede. Então como de costume, liguei para o Coutinho. Já haviam se passado alguns meses desde a última vez que eu havia estado na Restinga e fiquei um pouco apreensiva, em relação a sua reação, pois é muito comum as pessoas se sentirem “abandonadas” pelo pesquisador.

A seguir cito um trecho do diário de campo que escrevi em 27 de Outubro de 2007, que exemplifica situações que vivenciei quando iniciei essa segunda fase da investigação.

Após ter entrado em contato com Coutinho durante a semana, marcamos de nos encontrar no sábado. Quando ele atendeu ao telefone e me identifiquei ele disse simpaticamente: fala Vanessinha, relaxei um pouco, pois não sabia como seria a recepção, já que fazia alguns meses que não voltava à Restinga. Eu havia ido até lá em agosto, mas desde que ingressei no mestrado fui poucas vezes e não tive muito contato com a rede de informantes anteriormente estabelecida. E sei o quanto eles valorizam a presença, o ir visitar, preocupar-se com questões da Restinga e com pessoas de lá. Tive receio de que interpretassem isso como certo abandono e que eu estava lá simplesmente quando precisava e depois não dava mais as caras. Felizmente me surpreendi com a recepção. Ao telefone Coutinho comentou-me que agora tem uma livraria, que fica ao lado da Escola de samba Estado Maior da Restinga, que fica bem no “centro” do bairro, em frente à Esplanada, combinamos de nos encontrar lá às duas horas da tarde de sábado.

Cheguei à Restinga Nova e, como sempre, aquele movimento e colorido das pessoas que passam e conversam entre si. Passei pelo bar do Tio Ivo que fica em frente à escola de samba e me surpreendi, tem uma grande placa em cima da marquise do prédio em azul com um letreiro grande que diz: BAR DO TIO IVO. Reformado o espaço interno, antes com piso de cimento, hoje com lajotas claras e móveis novos em seu interior.

Fui procurar a Vitória Produções, loja que Coutinho disse ser uma livraria, passei pela escola de samba e no mesmo prédio uma porta, no muro pintado li: Vitória Produções, fotografia, filmagens, CDs de música Gospel, livros e Bíblias.

Na última vez que havia estado no bairro, em Agosto, liguei para Coutinho e ele me disse que iria para o culto, perguntei se ele havia voltado para a igreja, e ele respondeu afirmativamente. Quando ele ainda morava no Rio de Janeiro, contou-me que freqüentava a Igreja Batista. Da porta avistei o Coutinho e um senhor magro. Entrei e Coutinho disse: “Essa é minha branquela querida”. Eu, um pouco constrangida, cumprimentei-o. E adicionou : “Eu sempre no meio das branquelas”.

Sentei-me e percorri a sala com os olhos. As paredes de tijolo à vista, tendo, no canto direito, vários CDs de música Gospel expostos; uma mesa no canto, a mesa do Coutinho, com vários mostruários de álbuns para fotografias; atrás uma mesinha com bíblias; e, na parede esquerda, gravatas muito coloridas expostas em um cabide.

Fomos em direção à Restinga Velha, subimos a transversal da Esplanada. Passamos pelo Bar do Tio Ivo para cumprimentá-lo e ele mostrou o bar reformado. Seu Ivo, um senhor que deve ter por volta de 50 anos, branco, estatura mediana e cabelos grisalhos. Veio do interior do estado. Pois bem, ele estava sentado em frente ao bar, de óculos escuros, com um ar jovial, destoava na paisagem, parecendo um personagem pitoresco em meio aos jovens e senhores e senhoras negras que vestiam a camisa da escola de samba e tomavam cerveja em frente ao bar. Coutinho até brincou: “Além de o bar estar novo, seu Ivo também rejuvenesceu, agora é o bar do Primo Ivo”.

8.4.5. Percursos: o bairro Restinga, a Vila Santa Luzia, o bairro Santo Antônio, a minha rua...

O início dessa nova rede foi difícil, procuramos várias pessoas e não encontramos, até chegarmos a uma senhora que se dizia uma das primeiras a chegar ao bairro. Contudo, ela havia sido moradora da Vila Santa Luzia e não da Ilhota.

A seguir, mais um trecho do diário de campo que relata o surgimento da Vila Santa Luzia e seus ex-moradores na etnografia:

Falei com Coutinho sobre a nova construção da rede com ele, que neste momento desejava conversar com pessoas que haviam sido removidas da Ilhota. Fomos em direção ao interior da Restinga Velha e muitas crianças brincavam de jogar bola e de pião nesta transversal. Após caminhar uns cinco minutos chegamos a uma esquina, onde havia umas cinco mulheres, todas negras, com carrinhos de bebês e crianças à sua volta. Coutinho disse para a mulher mais velha, que deveria ter por volta de 50 anos: ‘Agora me assustei!’ E ela: ‘Agora começou a escurecer...’ Em seguida, Coutinho perguntou se ela tinha vindo da Ilhota, ao que ela respondeu negativamente, dizendo ter vindo da Santa Luzia. Aí, perguntei onde ficava e ela respondeu que era próximo ao cemitério, na Oscar Pereira. Eu achei que ela não tivesse entendido e segui, perguntei se era próximo à Bento Gonçalves, ela disse que era onde hoje tem vários prédios. Fiquei muito surpresa e perguntei se era no bairro Santo Antônio, ela disse que não sabia, mas que tinha uma igreja de Santo Antônio próxima à Santa Luzia. Não acreditei, era ao lado de minha casa(!), onde, da sacada, avisto os prédios do conjunto. (trechos do diário de campo de 27 de Outubro de 2007).

Coutinho apresentou-me a ela como uma amiga que estava fazendo uma pesquisa e que queria conversar com pessoas que tinham vindo da

Ilhota. Uma das mais novas disse: “Ninguém mais quer fazer pesquisa”. A senhora disse que mais adiante poderíamos encontrar pessoas que eram da Ilhota, mas ao pensar em nomes, dizia: “Ah, aquela veio da Santa Luzia, a outra também...” Fiquei confusa, será que a Santa Luzia toda foi removida, que peso tem na ocupação da Restinga ou foi apenas uma coincidência de estar próxima a pessoas que saíram do mesmo local. (trechos do diário de campo de 27 de Outubro de 2007).

Ao pesquisar a história do bairro Santo Antônio, em documentos oficiais da Prefeitura Municipal, a Vila Santa Luzia era citada como umas das primeiras vilas a ser transferida para a Restinga. Logo, diante dessa presença constante no início do trabalho de campo, procurei então, a partir desses moradores e de dados históricos e oficiais, mais informações sobre o local. Eis que descobro que a Vila Santa Luzia era localizada no bairro Santo Antônio, um bairro de classe média, próximo ao que é hoje a região dos cemitérios, um local que fica 15 minutos do centro da cidade. Uma estranha surpresa, já que naquele momento eu residia neste mesmo bairro em uma rua que, se a vila ainda existisse, estaria há apenas uma quadra de distância.

8.4.6. Dificuldades e desafios do “estar em campo”

Além dos fatos pitorescos e da dificuldade inicial na formação das redes de informantes, dificuldades de outra ordem também estiveram presentes na pesquisa, como é o caso da violência, fenômeno comum a todas nossas grandes cidades. Porém, como eu não conhecia os “territórios” era necessário conhecer minimamente essas fronteiras e respeitá-las.

A maneira como questões ligadas à violência foram surgindo, de forma banalizada ou cotidiana, não apenas através de relatos de meus informantes, mas também de situações que vivi, foram decisivos para o andamento de minha pesquisa.

Algumas realidades diferenciadas no trato de questões relacionadas à violência me foram sendo apresentadas. Por exemplo, muitas pessoas com as quais tive contato tinham tido parentes que estiveram envolvidos em algum tipo de violência. A maioria tinha casos de parentes próximos que haviam sido mortos, ou

mesmo que haviam cometido homicídios. Foram constantes os relatos de pessoas que haviam sido baleadas ou mortas. De tal forma que, na segunda etapa das entrevistas, no final do ano de 2007, fui aconselhada pelos moradores a não voltar a campo por um determinado período.

Outro episódio que ilustra essa questão se deu quando entrevistava uma de minhas informantes. Enquanto estávamos em frente ao portão da casa de Dona Cleuza, uma das mulheres que estava em sua sala quando chegamos saiu e depois de um certo tempo retornou, muito nervosa, dizendo que haviam baleado uma criança de meses, e quando havia chegado a casa, estava tudo aberto e não havia ninguém. Depois descobri que ela é vizinha dos parentes da criança e sua família foi auxiliar no socorro da criança, era por volta das 16h. Cinco minutos depois, Helinho, presidente da escola de samba estacionou o carro, em frente a uma casa, nas proximidades e disse que havia um corpo de um cara que havia sido baleado em frente ao Fórum, relativamente próximo à loja do Coutinho. Eu fiquei bem apreensiva, fiquei com medo de alguma bala perdida, ainda mais que elas haviam dito minutos antes que era comum brigas de traficantes naquela região e me mostraram buracos de bala na casa em frente à de Dona Cleuza. Vi que as outras duas senhoras agiram com naturalidade. A filha de Dona Cleuza comentou: “Agora começa a função. Chega o carnaval e começa essa função”.

A partir daí começou um clima de insegurança no bairro, na mesma semana, mais uma criança de sete anos foi baleada, segundo o inquérito policial e os moradores, por vingança e dívidas em relação ao tráfico de drogas. A Dona Cleuza pedia que eu ligasse para ela antes de ir. Durante um mês inteiro me aconselharam a não voltar, pois o clima estava “pesado”. Bem, passado esse período, voltei a campo e finalmente entrevistei uma senhora que residia na Ilhota. Mas, continuei apreensiva.

Foi bastante significativa a experiência nesse último período, “parecia que a violência estava sempre presente ou em iminência”, segundo as senhoras com as quais eu estava. Era final de ano, começavam os ensaios do carnaval e isso também acirrava os ânimos, acentuando conflitos e brigas. A onda de violência que se seguiu fora um acerto de contas entre traficantes que haviam vitimado outra criança, de sete anos, para vingarem-se de seu tio. Isso ocorreu justamente quando,

na busca de maior autonomia, realizava as entrevistas sem a presença do Coutinho. Fato que fez com que eu encerrassem a segunda etapa das entrevistas, ou seja, a partir desse momento não voltei a campo. Fui aconselhada por professores a não voltar, pois também já tinha entrevistas suficientes para a realização da investigação e para o término do trabalho de campo. Não tenho a intenção de reafirmar o estigma do bairro, ou mesmo da Restinga Velha como um lugar violento, pelo contrário, sempre tive o desejo de considerar a diversidade dos territórios e não focar apenas aspectos negativos. Contudo, dentro desta diversidade que procuro apresentar nesta dissertação, considero esses fatos como uma conjuntura que, naquele período, abreviaram o trabalho de campo.

8.5. PERSONAGENS

A seguir apresento os personagens que fizeram parte da investigação, ou seja, os informantes da pesquisa. Pessoas que me acolheram, abrindo suas casas e dividindo momentos de seu cotidiano. Contando suas trajetórias, lembranças e vivências nos mais variados aspectos, seja nas vilas de origem ou na própria Restinga.

8.5.1. Coutinho

Para apresentar os personagens que fazem parte da pesquisa iniciarei por Coutinho, o ego da rede, que mesmo não sendo originário da Ilhota ou da Vila Santa Luzia, na verdade da cidade do Rio de Janeiro, foi um personagem central na pesquisa, auxiliando-me na composição da rede de informantes, possibilitando, assim, uma maior inserção no bairro e na vida das pessoas com que tive contato.

O contato com Coutinho iniciou minha inserção na rede de informantes, durante o período da pesquisa. Além de me apresentar para os moradores, fui conhecendo sua trajetória de vida. Coutinho tem 47 anos, nasceu no Rio de Janeiro, em Bomsucesso. Trabalhou como feirante na comunidade da Cidade de Deus. Mora há mais de 20 anos na Restinga. Chegando ao bairro, atuou na polícia comunitária, atualmente é policial reformado, desempenhando atividade de fotógrafo social no

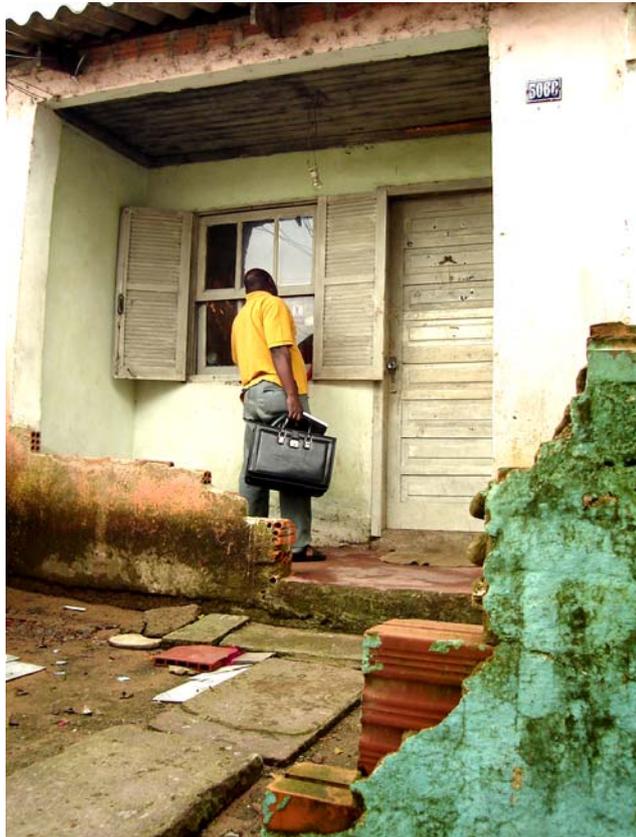
bairro e de alguns eventos relacionados ao carnaval e outras atividades culturais. Também participa de duas ONGs, Guardiões da Cidadania e Instituto Afro-Tinga. A primeira, diz respeito à fiscalização de órgãos ligados à política, como prestação de contas à comunidade, aplicação de verbas e recursos. A segunda propõe a criação de um local para atividades de lazer, recreação e atividades culturais, contando com quadras esportivas, biblioteca e cursos profissionalizantes para os moradores da comunidade.

O fato de ser fotógrafo permitiu ao Coutinho inserir-se em diversas camadas sociais e locais do bairro o que, sem dúvida, auxiliou-me no conhecimento de pessoas, bem como de locais e eventos.

A inserção em várias esferas da vida social do bairro e em vários grupos e territórios da Restinga, também contribuíram para a construção da rede. Salientando que Coutinho investiu-se do papel de informante, organizando previamente a rede de pessoas que, segundo ele, poderiam acrescentar informações valiosas ao trabalho. Selecionando, assim, pessoas que, em sua maioria, foram e ainda são lideranças do bairro tanto na área política, de movimentos sociais e ONGs, como na área da música e religião. Todos ligados ao processo de ocupação e construção de algumas bases da comunidade.

Durante os contatos e entrevistas, Coutinho interagiu auxiliando com informações e com questões relativas a processos relevantes para a formação da comunidade, ou mesmo, instigando essas pessoas a narrar acontecimentos e revelar seus papéis sociais, já que ele mesmo participara de projetos sociais dos mais variados campos, junto a essas pessoas.

Assim, levando-me a diversos locais do bairro, seja na Restinga Velha ou na Nova, apresentando-me a pessoas, auxiliou para que as portas e universos de cada morador entrevistado fossem abertas para mim.



*Fig 32: Coutinho na casa de Borel – Restinga Nova, 2006.
Autor: Vanessa Zamboni.*



*Fig 33: Coutinho e Borel, interior da casa de Borel, 2006.
Autor: Vanessa Zamboni.*

8.5.2. Borel

Morador da Restinga Nova, ex-morador da Ilhota. Walter Calixto Ferreira, o Borel, apresenta-se, nesta rede, como uma liderança religiosa e étnica. Africanólogo e tamboreiro, representa a comunidade da Restinga e a própria etnia e religião em outros locais da cidade, do país e até internacionalmente. Antes de conhecê-lo pessoalmente já ouvira falar dele, tanto pela questão da religião afro-brasileira como por sua militância relacionada à etnia. Na primeira tentativa de entrevista com Borel, em sua casa, não conseguimos conversar, pois estava sendo entrevistado por alunos de uma faculdade. Na segunda vez, fomos até sua casa por volta das 16h e não o encontramos. Coutinho disse que ele provavelmente estaria no bar em frente e foi lá que o encontramos. Um senhor franzino, de óculos, com um anel com uma pedra vermelha no dedo mínimo, sentado em uma mesa de bar, com três garrafas de cerveja. Quando viu Coutinho reclamou de sua ausência, Coutinho respondeu que era ele que estava viajando muito, ao que ele respondeu ter estado no Uruguai e na Argentina nos últimos dias. Coutinho nos apresentou, dizendo que eu era uma estudante de antropologia e que queria fazer um trabalho sobre a origem do bairro. Borel disse: “É um trabalho difícil de fazer, já que cada um vai contar de uma forma”. Respondi que acreditava que esta era riqueza de fazer um trabalho ouvindo os relatos de diferentes pessoas. Marcamos um encontro para o final de semana seguinte em sua casa.

Na data marcada chegamos. Ficamos na sala, meus olhos percorriam as paredes cheias de fotos suas em vários lugares do país, troféus e estatuetas expostas em uma estante de madeira. Antes de começar a falar pediu que eu explicasse qual era a intenção da pesquisa e, ao me ver com um gravador, disse preferir o primeiro encontro mais informal, sem o uso de gravador. Segundo ele: “Precisamos nos conhecer”. Borel relatou um pouco de sua trajetória. Nasceu em 1924, na cidade de Rio Grande/RS, mas veio para Porto Alegre com um ano e alguns meses, indo morar no Arraial da Baronesa, conhecido reduto de negros na cidade de Porto Alegre. Borel também morara na colônia Africana, situada entre o

que hoje são os bairros Bom Fim e Rio Branco. Veio para a Restinga em 1971, indo morar, inicialmente, na Restinga Velha e na época da entrevista estava morando na Restinga Nova.

Seus avós, vindos da África, deixaram-no como herança o *yorubá*, dialeto africano. Há uma polêmica sobre sua idade, ele diz ter 81 anos, enquanto outras pessoas dizem ter por volta de 90.

Borel possui uma série de publicações ligadas à religião afro-brasileira, tendo inclusive participado de um documentário sobre a colônia africana. Sempre que eu ia até sua casa, gostava de tirar caixas do armário, mostrando seus livros e fotografias. No início, mostrava-se um pouco distante e irreduzível, talvez um pouco frio e sem muito interesse, mas, aos poucos, quando passei a freqüentar sua casa, conhecendo seus filhos e netos, bem como discutindo temas ligados à etnicidade e política, Borel abriu-se e passou a ter uma relação muito próxima para comigo, uma espécie de adoção. Abrindo-se muito mais para falar de suas memórias, fazendo brincadeiras e contando piadas. Esse tom mais jocoso do qual eu também participava, rindo com ele, aceitando e devolvendo mais piadas, acredito ter sido responsável pela nossa aproximação e maior qualidade do vínculo.

Foi a partir do contato com Borel que comecei a perceber que a rede de informantes que se formava era composto por pessoas que, de certa forma, eram lideranças na comunidade e tinham grande influência sobre os demais moradores. Pessoas que ocupavam posições públicas com papéis sociais privilegiados, não só na divulgação de suas idéias como também influenciando ações coletivas, questões importantes no cotidiano da comunidade - militância política, religiosa ou atividades culturais que interferem no dia-a-dia das pessoas e dos rumos da própria comunidade.

8.5.3. Dona Cleuza

Moradora da Restinga Velha, oriunda da Vila Santa Luzia. Cleuza é dona-de-casa, tem 55 anos e mora no bairro há 37, chegou no ano de 1972. Nasceu em

Minas do Butiá, interior do Rio Grande do Sul, região de mineração. Teve 12 irmãos. Seu pai era mineiro e veio para Porto Alegre em busca de melhores condições de vida quando ela ainda era criança. Dona Cleuza é casada e tem duas filhas, uma delas é enfermeira e a outra dona-de-casa. Dona Cleuza foi uma espécie de novo ego da rede de informantes, já que fez parte do início da segunda etapa da pesquisa, iniciada no período do mestrado. Apresentou-me Kika e Darsila na fase em que procurei realizar entrevistas com pessoas que não fossem tidas como lideranças comunitárias do bairro. Vale ressaltar que, aqui, entendo por lideranças comunitárias pessoas que participam de ONGs, partidos políticos, clubes e associações.

Apesar de não ser considerada uma liderança comunitária no sentido que referi acima, ela é uma espécie de líder na sua região, pois conhece muitas pessoas, sua casa está sempre “cheia de gente” e parece ser uma “mãezona” que acolhe as pessoas. Porém, tive dificuldades em relação à entrevista. Tentei marcar com Dona Cleuza diversas vezes, ela desmarcava e, ainda, houve dias em que havíamos marcado, mas ao chegar a sua casa ela não estava. Foi nesse contexto, de dificuldades em conseguir alguém que se dispusesse a dar entrevistas ou ao menos conversar sobre sua experiência de remoção, que decidi falar abertamente com Dona Cleuza: disse a ela que se não quisesse conversar comigo não teria problema, mas ficaria muito grata se ela pudesse me indicar outra pessoa. Assim, então, finalmente ela aceitou dar uma entrevista gravada e, ainda, indicou-me Darsila, sua amiga de muitos anos, bem como Kika, sua comadre e vizinha.

8.5.4. Kika

Moradora da Restinga velha, ex- moradora da Vila Santa Luzia. Kika tem 52 anos e mora no bairro Restinga há 23. A primeira vez que vi Kika, em frente à sua casa, ela estava comendo um prato de feijão com arroz e cercada de crianças. Dona Cleuza chamou-a e ela aceitou ser entrevistada, desde que fosse rápido e na casa de Dona Cleuza. O cenário da entrevista: Dona Cleuza na cozinha fazendo almoço

(às 16h, pois, segundo ela, dorme tarde, acorda tarde e almoça à tarde!), seu marido em frente à casa tomando cerveja, “ao fundo”, muito alto, um samba, a Kika e eu, entre estes dois ambientes, o que, obviamente, dificultou um pouco a entrevista. Kika pareceu-me muito alegre e jovial, representando menos idade do que tinha de fato. Desfila na escola de samba Estado Maior da Restinga e parece ter muito orgulho de sua participação.

8.5.5. Darsila

Moradora da Restinga velha, oriunda da Ilhota. Darsila tem 75 anos, é natural de Passo Fundo, cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul. Seus pais eram descendentes de escravos, sua mãe era natural de São Sepé e seu pai de Passo Fundo. Seu pai trabalhava como motorista para um doutor, a mãe trabalhava como cozinheira dos padres.

Com 23 anos veio para Porto Alegre, foi morar na Vila Dique, na entrada da cidade, próxima ao aeroporto Salgado Filho, onde um irmão seu já morava. Ela, contudo, não gostava de lá, pois tinha muito barro, não tinha colégio perto e também não conseguia trabalho.

Saiu da Vila Dique e foi para a Ilhota, onde morava um tio seu. Ficou 8 meses em uma casa alugada, indo depois para uma “maloquinha”, construída por seu tio para ela e seus filhos. Quando veio para Porto Alegre, Darsila tinha 4 filhos e estava grávida. Veio separada, vindo a casar-se depois. Atualmente, é viúva. Com o primeiro marido teve cinco filhos, com o último seis. Seu último marido aposentou-se aos 23 anos, devido a uma doença. Ao final de sua vida, trabalhava como guardador de carros em frente à faculdade de Arquitetura da UFRGS. Dona Darsila, na época, empregada doméstica e ele, também morador da Ilhota, jardineiro de sua patroa. Assim se conheceram e moraram cerca de cinco anos na Ilhota.

Dona Darsila é muito ativa, faz crochê, bonecas de pano, gosta de fazer festa, de acampar, diz que sua família se reúne com a de Dona Cleuza, fazem churrasco,

dançam e bebem cerveja, o que diz gostar muito. Ela foi muito receptiva à entrevista, falou bastante, pareceu gostar muito de ter alguém disposto a ouvir suas histórias.

8.6. IDENTIDADES E TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO

O objetivo deste capítulo é trazer os dados obtidos nos relatos dos informantes juntamente com reflexões a partir do referencial teórico-conceitual escolhido para a análise da problemática inicial, isto é, como se dá a construção das identidades relacionadas aos territórios por moradores que passaram por processos de remoção.

Para isso, organizei este capítulo por eixos temporais, iniciando por suas trajetórias sociais, suas vivências nos territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia, a remoção, a chegada ao bairro Restinga e as dificuldades iniciais, o bairro Restinga hoje e, por fim como constroem suas identidades em relação aos antigos territórios e ao atual.

8.6.1. Trajetórias sociais e a trajetória de seus antigos territórios: Ilhota e Vila Santa Luzia.

Uma das questões investigadas, junto aos informantes, diz respeito a suas trajetórias sociais, evidenciando, devido ao seu caráter temporal, aspectos de cunho histórico, econômico e social, importantes na compreensão dos processos de constituição de territórios e identidades

A maior parte dos entrevistados veio do interior do estado, de cidades como Rio Grande, Minas do Leão e Passo Fundo. Estas pessoas vivenciaram os reflexos da conjuntura dos anos de 1940/50, pois, em suas cidades de origem, estavam ligadas ao trabalho rural ou à mineração, como é o caso dos que residiam em Minas do Leão. Nesse contexto, elas e seus familiares fizeram parte do contingente

populacional que se deslocou de suas regiões em busca de trabalho e melhores condições de vida nas grandes cidades - o chamado êxodo rural. Evento este decorrente, entre outras causas, do desenvolvimento do mercado interno e, conseqüentemente, da aceleração do processo de industrialização. Logo, as grandes cidades passaram a ser um pólo atrativo, pela concentração industrial e as oportunidades decorrentes desta. Além disso, segundo Perlman (1977), outras causas como o esgotamento dos solos, o clima adverso, os latifúndios, a crescente mecanização das lavouras etc. estavam presentes no cenário da época.

O contato com a cidade de Porto Alegre, geralmente, estabelecia-se através de pessoas conhecidas (parente, amigos...) já residente na capital. Dessa forma, a primeira habitação, normalmente, era construída no mesmo terreno ou lote desses “conhecidos” ou próximo a ele. Entretanto, no que diz respeito ao ingresso no mercado de trabalho local, grande parte dessa população migrante não tinha acesso não só à indústria, muitas vezes por falta de qualificação, mas a qualquer emprego formal. Assim, a alternativa que se mostrava mais viável a grande parte desse efetivo era a atividade informal, realizando trabalhos como jardineiros, empregadas domésticas, biscateiros etc.

Quanto à habitação, a situação não era diferente, sem condições de comprar casas em locais urbanizados e regulares a solução também era a informalidade, somada à necessidade da proximidade dos “conhecidos” que significava não só ajuda, mas a reprodução de um estilo de vida das classes populares. Outra característica importante e desejável destes locais era a facilidade de acesso ao trabalho, ou seja, que permitisse um rápido deslocamento a pé, sem gastos. Uma vez que os empregadores eram de classe média ou alta, portanto, residindo em regiões centrais da cidade, nada mais natural do que esses empregados estabelecerem-se nessas redondezas. Além disso, locais próximos ao centro da cidade ofereciam benefícios no quesito condições básicas de vida, como o acesso à “xepa” do Mercado Público, conforme relato de antigos moradores da Ilhota. Por serem, em sua grande maioria, negros de classe popular compartilhavam condições de vida, seja no que tange às desigualdades urbanas e sociais, seja na distribuição do espaço na cidade. (WACQUANT, 2001).

Nesse sentido, queremos salientar que a etnia e a classe social evidenciam alguns elementos que são importantes na compreensão de “lugar” que ocupam na estrutura urbana e social. Já que, como afirma Bourdieu (1997), o espaço habitado funciona como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social e, em uma sociedade hierarquizada, o espaço também se torna hierarquizado, expressando essas hierarquias e distâncias sociais.

Dessa forma, ao fazerem parte da estrutura urbana que expressa as desigualdades, tiveram em comum a condição de serem excluídos socialmente. Ou seja, viveram as desigualdades sociais na grande cidade expressas na dificuldade de ter acesso a recursos materiais presentes no espaço urbano em função da localização residencial, bem como da distribuição desigual dos equipamentos e serviços urbanos, da renda monetária e do bem-estar social (RIBEIRO, L. C. Q. e SANTOS JÚNIOR, O. A., 2007).

Além disso, Ribeiro e Santos Júnior trazem a contribuição de Harvey (1973), afirmando que a dinâmica urbana não apenas reflete a estrutura social de uma dada sociedade, mas também se constitui em um mecanismo específico de reprodução das desigualdades das oportunidades de participar na distribuição da riqueza produzida na sociedade.

Consideramos importante voltar a questões ulteriores à chegada destes moradores à Ilhota e à Vila Santa Luzia, pois, conforme Bourdieu (1997), é necessário compreender melhor as diferenças produzidas pela lógica histórica que, muitas vezes, podem parecer surgidas da natureza das coisas. Em relação a alguns padrões de segregação contemporâneos nas cidades, Furtado (2003) afirma que estes derivam do desenvolvimento e de mudanças econômicas e sociais que aconteceram no passado. Segundo ele, alterações na estrutura do mercado de trabalho e a crescente divisão social são elementos responsáveis por essas transformações. Dessa forma, tais transformações explicitam a hierarquia do uso do solo urbano e a estrutura de distribuição de riqueza encontrada nas sociedades capitalistas.

A origem de ocupação dos territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia remontam o período pós-abolição e fazem parte do que Bittencourt (2000) denomina de “territórios negros”. Estes se caracterizavam por sua insalubridade, situados em

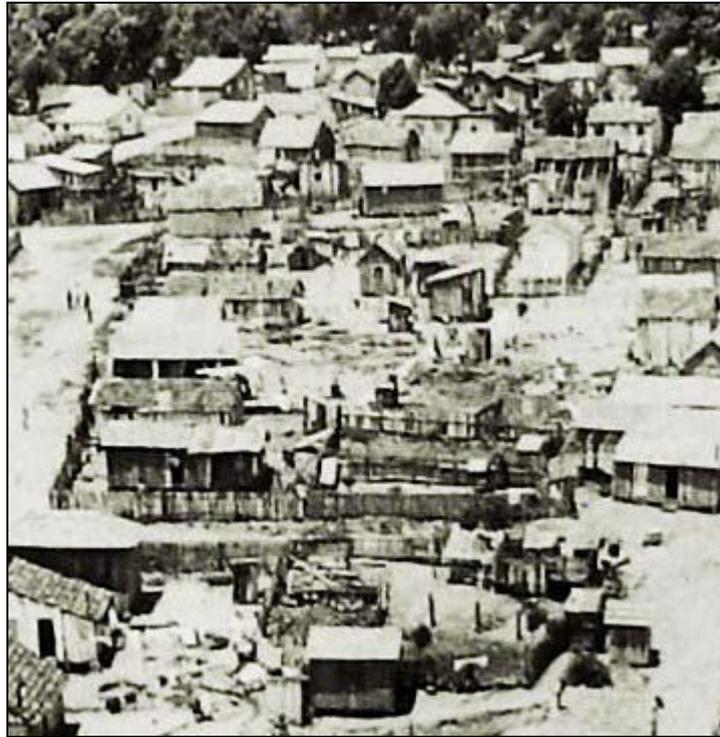
bordas de chácaras e antigas propriedades. Ou seja, terras de baixo valor e de pouco interesse, ao menos imediato, para seus proprietários, permitindo com que fossem ocupadas por escravos recém-emancipados, sem condições de acesso a áreas mais valorizadas da cidade.

Ainda segundo Bittencourt (2000), os negros seguiriam ocupando áreas menos nobres da cidade, sem a mínima ou com precárias condições de infraestrutura urbana, ou, então, distantes e de difícil acesso viário. Assim sendo, consolidaram inúmeros territórios negros urbanos, entre os quais estão os da Ilhota e da Vila Santa Luzia. Com isso, evidencia-se um padrão de ocupação do solo urbano que expressa entre outras coisas a reprodução das desigualdades sociais, a hierarquia do uso do solo urbano e de acesso a recursos materiais presentes na sociedade. (FURTADO, 2003).

Entretanto, além das questões relacionadas a uma dimensão mais material ou econômico-social que, de certa forma, nos dão elementos para compreender seu “lugar” na estrutura urbana e social, considera-se igualmente importante conhecer as dimensões simbólicas envolvidas. Isto é, dos processos de constituição de territórios e identidades, por parte dos atores sociais que vivenciaram a cidade de Porto Alegre a partir de seus “lugares”, espaços, posições, territórios.

A partir daí, no próximo subitem, vamos procurar conhecer e compreender de que forma a Ilhota e a Vila Santa Luzia, transformaram-se em territórios para estes migrantes que chegaram à Porto Alegre. Procurando conhecer qual era o cotidiano, as práticas sociais, a partir de seus relatos, e os símbolos básicos em torno dos quais sua cultura estava organizada. (GEERTZ, 1997). Lembrando que, para Geertz, a dimensão simbólica, cultural, ou a cultura, não é algo ao qual possam ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, ela é um contexto. Para Geertz, nesse sistema, ou contexto, podemos identificar símbolos básicos em torno dos quais ela está organizada e os significados que emergem do papel desempenhado por esses símbolos no padrão de vida decorrente.

8.6.2. Segundo eixo espaço - temporal: o passado - A Ilhota e a Vila Santa Luzia



*Fig 3: Vila Santa Luzia, 1956. Autor: desconhecido.
Fonte: www.prati.com.br.*

Em relação aos territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia, os relatos dos informantes remetem, principalmente, a lembranças do cotidiano, pautadas pelas sociabilidades. Essas lembranças ancoram-se, especialmente, nas relações de vizinhança que mantinham nesses territórios. Há, também, relatos que ampliam as fronteiras desses espaços, ou seja, que conectam Ilhota e Santa Luzia, devido à sua proximidade física e simbólica. São recorrentes as referências a visitas mútuas, pelo fato de ser comum a presença de parentes em uma e outra vila e, também, pelos momentos de sociabilidade que compartilhavam.

Festas, jogos de futebol e carnaval, assim como violência, tráfico e brigas entre vizinhos fazem parte dessas lembranças, tanto em um quanto em outro território. Observam-se, igualmente, práticas sociais alusivas aos locais em que ocorriam, sobressaindo-se o espaço público em relação ao privado (suas casas). Exemplos disso são as lembranças de parques, praças próximas, salões de baile e

ruas nas quais ocorriam os carnavais da época. Conforme contam, mulheres e crianças, cotidianamente, reuniam-se em uma praça nas cercanias da Ilhota, assim como na Praça Garibaldi e no Parque da Redenção.

8.6.2.1. Praças

Nessa pracinha [próxima da Ilhota] a criançada jogava e a gente ficava ali até 10/11h da noite conversando, olhando o movimento, dando risada e a criançada toda ficava brincando, andando nos balanços. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

8.6.2.2. Carnaval

A gente ia muito para o carnaval na [rua] Santana. Ia a pé e encontrava todo mundo e voltava quando amanhecia, era aquele povo todo voltando. (Kika, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 05/11/07).

Verifica-se também que, no grupo de remanescentes da Ilhota, há um certo saudosismo em relação à sua história e às suas tradições. Sentimento que, repetidas vezes, surge nos depoimentos que fazem menção a situações vividas em seu cotidiano, como a formação de blocos de carnaval (que já não existem mais), personagens pitorescos e, mesmo, a utensílios domésticos como o fogão de chão, a lamparina, etc.



Fig 35: ILHOTA. J. Folha da Manhã, 03/07/1975.
Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

8.6.2.3. Jogos de futebol

Os jogos de futebol aparecem nos relatos como importantes momentos de sociabilidade, inclusive de encontro entre algumas vilas da cidade. Segundo contam, havia um campo de futebol na Vila Marítimos, próxima à Santa Luzia, onde eram promovidos campeonatos de futebol, geralmente, aos finais de semana. Times da Vila dos Marítimos, da Ilhota, da Vila Cai do Céu²⁴ e, claro, da Santa Luzia participavam de tais campeonatos. Segundo relatos, esses jogos atraíam grande quantidade de pessoas que, além das atividades esportivas, participavam de churrascos regados a muita cerveja.

Gostava muito de lá [Santa Luzia], lá tinha serviço perto, tinha o carnaval da Santana que a gente podia ir a pé, e tinha os jogos de futebol no campo dos Marítimos que juntavam todo mundo da Ilhota, Caiu do Céu, da Santana e de outras vilas". (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

Esses são dados importantes, visto que, através deles, verifica-se a relação que determinadas vilas mantinham entre si. Também podemos perceber, pelos relatos de Martini (2004), que tal relação estabelecia-se não apenas em momentos de sociabilidade, mas também no âmbito do auxílio mútuo em questões relacionadas às suas condições de vida. É o caso dos moradores da Vila Santa Luzia que, durante o período em que não tinham água, recorriam aos da Vila Cai do Céu para seu abastecimento.

Há, um relato, de Dona Cleuza, em que se percebe a clara intenção de atribuir importância histórica à Vila Santa Luzia, como um ícone em um espaço mais amplo - a cidade de Porto Alegre. Segundo ela:

“Lá na Santa Luzia tinha uma árvore que diziam ser um lugar aonde os escravos iam para o tronco, pra cima de onde hoje é o INSS.” (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

²⁴ Vila próxima à Santa Luzia, que era localizada no bairro Azenha, onde hoje é o Estádio Olímpico.



*Fig 36: Menina moradora da Vila Santa Luzia, 1956.
Autor: desconhecido. Fonte: Acervo DEMHAB.*

Nesse sentido, evidencia-se que as lembranças destes moradores, relativas à vivência nos territórios da Santa Luzia e da Ilhota, referem-se, especialmente, à apropriação desses espaços como lugar da vida cotidiana pública (DE CERTEAU, 1994). Por outro lado, nas lembranças de suas casas, de objetos e espaços interiores, não há tanta riqueza de detalhes em seus depoimentos quanto há dos espaços públicos. O que se percebe, portanto, a partir desses relatos é uma privatização do espaço público que, segundo De Certeau, trata-se de um espaço particularizado pelo seu uso quase cotidiano. Park (1916), por sua vez, afirma que com o tempo “cada parte da cidade adquire sentimentos peculiares a essa população e o que inicialmente era apenas uma expressão geográfica converte-se em vizinhança e traduz-se em localidade”. Além disso, percebe-se uma intensa valorização desse espaço “externo”, ou seja, exterior a suas casas, mas que se tornam “suas casas”. Ao contrário de outras classes sociais, a apropriação do espaço público no entorno de suas moradias pela classe popular é diferenciado. Há um uso maior, tanto que, até as refeições são realizadas na rua, por exemplo.

DaMatta (1997), nesse sentido, nos traz uma importante contribuição a partir da dicotomia “a casa e a rua”. Segundo ele, a categoria “rua” indica, basicamente, o mundo com seus imprevistos, acidentes e paixões. Já a “casa” remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares. A rua implica movimento, novidade, ação, ao passo que, a casa sugere harmonia e calma. Além do que, na rua se trabalha e na casa se descansa. Contudo, o autor utiliza o exemplo das favelas cariocas, nas quais, segundo ele, é difícil demarcar com nitidez os limites das casas e das ruas. Assim sendo, “a própria rua pode ser vista e manipulada como se fosse um prolongamento ou parte da casa”. (DAMATTA, 1997, p. 96).



*Fig 37: Ponte na antiga Ilhota. Autor desconhecido.
Fonte: Museu Joaquim José Felizardo*

Pelos relatos, percebe-se uma grande valorização do espaço público, permitindo que façamos um paralelo com a idéia de “bairro” de De Certeau (1994). Um domínio do ambiente social, pois constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido. Para ele, a fixidez do habitat dos usuários, o costume recíproco do fato da vizinhança, os processos de reconhecimento – de identificação – se estabelecem também por conta da proximidade e da coexistência em um mesmo território urbano.

No entanto, os territórios eram também palco de tensões e conflitos, apesar do fato de que apenas uma das entrevistadas, Darsila (residente por cerca de cinco anos na Ilhota), tenha relatado tais eventos como tráfico, furtos, tiros... Segundo ela:

[...] tinha ladrão e traficante, quando a gente via, a polícia tava toda na volta. A gente, seguido, encontrava droga no pátio, as crianças estavam brincando e de repente encontravam cocaína. Cedo a gente se fechava. Eu tinha medo. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

8.6.2.4. Tiros

[as crianças] estavam, muito bem, brincando na rua, saía tiro, e eu saía trazendo elas pra dentro de casa. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

8.6.2.5. Furto

As vizinhas pegavam talheres, comida. Era um bando! Também, a vizinha tinha 19 filhos e a cerca [da minha casa] era de madeira e a porta tinha um cadeado. Uma vez saí e quando voltei tinham arrombado. Pegaram prato, cadeira, roupa de cama, que ia ter uma festa na casa deles e pegaram para os parentes e levaram. Aí, em seguida, vieram os fiscais e eu pedi para sair de lá. Aí eu pedi: ‘o senhor consegue não consegue um outro lugar para eu botar minha casa?’ Aí eu vim para cá e descansei e fiquei aqui. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Já as entrevistadas da Vila Santa Luzia, relatavam, apenas, a existência de um beco chamado “Buraco quente”, pelas numerosas brigas entre seus moradores, pela grande concentração de cães e seus latidos constantes. Porém, na fala delas (duas senhoras da Vila Santa Luzia) o tom não era de medo ou repulsa, mas sim jocoso, lembrando daquilo como algo pitoresco e engraçado.



Fig 38: Ilhota. Autor desconhecido. Fonte: Memória P. A.: Espaços e Vivências

8.6.2.6. Suas casas

Pelas poucas informações que obtive sobre o espaço privado, pode-se dizer que as casas, em sua maioria, eram de madeira, telhas e de um piso apenas. Na Ilhota, com relação ao espaço público, a ênfase era para o terreno alagadiço e a dificuldade do cubo²⁵, já que não havia esgoto no local. Já na Santa Luzia, os relatos detêm-se em torno da configuração da Vila, composta de muitos becos e casinhas bem próximas umas das outras.

[...] maior parte das casas era de madeira e de telha francesa. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

As casinhas eram uma ao lado da outra e tinha o 'buraco quente' onde, seguido, dava briga. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

A Santa Luzia era feita de becos. (Kika, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 05/11/07).

8.6.2.7. Falta de saneamento

[Na Ilhota]... passava esgoto, barral, sabão, as crianças caíam na água. Não tinha pátio, brincavam na rua. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

Na Ilhota não tinha banheiro nas casas. Tinha o cubo. Aí tinham os cubeiros, a prefeitura buscava o latão, uma vez por semana e aí jogavam no [Rio] Guaíba... Aí tinha que economizar a barriga, aí quando o negócio apertava a gente ia à pracinha, onde hoje tem o Ginásio Tesourinha. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

8.6.2.8. Sobrevivência

Ao questionar sobre suas estratégias de sobrevivência, na época da Ilhota e da Santa Luzia, os relatos giraram em torno dos trabalhos domésticos, do auxílio de pessoas de classes mais abastadas e também da Igreja Católica (esta última, em particular, para os moradores da Santa Luzia). Na Vila Santa Luzia, contígua à igreja

²⁵ Cubo era uma recipiente metálico no qual eram colocados os dejetos humanos. Era uma prática comum na cidade no período em que não havia saneamento básico.

Santo Antônio (bairro Partenon), segundo os entrevistados, era distribuída comida todos os dias para seus moradores, pelas “irmãs” daquela paróquia.

Os padres ajudavam muito, todo dia a gente ia pegar comida na igreja, a gente ia com uma caixa de leite aberta e levava para casa comida que as irmãs davam, tinha sempre uma fila muito grande e ajudava um monte? (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

A gente ganhava roupa, calçado dos vizinhos, não tenho vergonha de contar. (Kika, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 05/11/07).

Era mais fácil ter serviço. Quando era pequena e tinha muitos irmãos, aos domingos, a gente se oferecia nas casas da volta pra lavar louça, lavava roupa e outras coisas... Eu devia ter por volta de 10, 12 anos. Depois, a nossa mãe ia lá e perguntava se a gente tinha feito o serviço direitinho. E era bem comum fazer isso. Hoje, inventaram esse negócio de trabalho infantil..., então as crianças só estudam e ficam vendo TV. Antes, a gente ajudava em casa trabalhando. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

[...] as crianças saíam para pedir, ali pela “Zero Hora” (sede do jornal local), nas casas daquela gente. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Tinha muitas mães que iam ali no centro, mas não trabalhavam, já viviam naquilo de pedir e de roubar. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Ao perguntar sobre o que eles pensavam sobre quem não era de seus territórios, que pertenciam à classe média ou alta e a outros bairros, as repostas foram diferenciadas: Dona Cleuza, por exemplo, disse que lhe vinha a cabeça trabalho, que as outras classes representavam trabalho, ou seja, a possibilidade de trabalhar. Já Kika, relatou que quando morava na Vila Santa Luzia freqüentava uma escola próxima à vila, em que estudavam pessoas vindas de outros bairros e que os colegas riam dela porque, segundo Kika, ela usava tênis “Bamba” e que usar esse tipo de tênis era considerado “coisa de pobre”. Kika também relata que a tratavam mal na escola e que chamavam os moradores da Santa Luzia de “maloqueiros”.

8.6.3. Terceiro eixo: a remoção

No capítulo dois fizemos reflexões em torno da idéia de que as representações sociais acerca de determinado território ou grupo social orientam as práticas em relação a ele. Representações sociais que, na forma de discursos e principalmente ações, são refletidas em intervenções urbanas, por exemplo. Em nosso estudo, que tem por tema processos de remoção, parte-se do pressuposto de que estas últimas materializam formas dominantes de perceber os territórios e os grupos sociais que nele habitam.

Também vimos, a partir de Haesbaert (2007, p.38), que há sempre uma espécie de identificação e valoração simbólica dos territórios por parte de seus habitantes, ou de um olhar de “fora”, ou seja, a de quem não vive esse espaço cotidianamente.

Em relação aos territórios de classe popular, evidencia-se, freqüentemente, através dos olhares de quem não habita tais locais, uma atribuição negativa a estes. Além do que, diversos são os estudos em que se pode constatar uma representação social dos territórios de classe populares marcada por valorações negativas (MARZULO, 2005). As favelas, por exemplo, foram, por muito tempo, vistas como aglomerações patológicas, como resíduo social e imoral, e de constante desordem (PERLMAN, 1977; DAVIS, 2006).

A questão poderia ser vista sob o ângulo das classes ou etnias, no entanto, suas identidades estão fortemente marcadas pelo local que habitam (MARZULO, 2005), evocando diversas representações nesse sentido: local degradado, desemprego, violência. Além disso, sua identidade e seus lugares são, em grande medida, vistos de forma homogeneizada, ou seja, sem levar em consideração o contexto e a complexidade da vida social existentes nestes espaços. Wacquant (2001), por exemplo, identifica a mídia sensacionalista, os estudiosos e o Estado como agentes que, ao encarar a realidade social de forma irresponsável, podem reforçar o estigma dessas populações. Partindo de tais representações, diversos agentes sociais têm buscado “soluções” para o que denominam de “problemas sociais”. A moradia, ao ser vista como cerne do problema, levou a processos de

remoção dessas populações para locais, em geral, afastados dos centros urbanos. Tais procedimentos têm sido uma constante em diferentes cidades e épocas distintas.

Logo, quando agentes sociais como a mídia, os estudiosos das questões urbanas, o Estado e demais promotores de políticas e intervenções urbanas, partilham de um olhar que estigmatiza estes territórios e seus moradores, as intervenções urbanas acabam por desconsiderar aspectos importantes para a população em questão. Com esse descaso em relação ao bem-estar das comunidades removidas, as perdas não se restringem a estes grupos, afetando a cidade e a sociedade como um todo, uma vez que políticas urbanas mal formuladas agravam as desigualdades sociais e os problemas decorrentes destas.

A seguir, apresentaremos algumas considerações sobre como os territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia eram representados socialmente e de que forma se deram seus processos de remoção. Apesar do período em que ocorreram tais intervenções (entre finais da década de 1960 e meados da década de 1970), acreditamos que uma reflexão sobre aquele contexto e sobre os elementos que permearam os acontecimentos da época permite com que possamos compreender ações de natureza semelhante presentes em nossa sociedade nos dias de hoje.

8.6.3.1. Estigma: Como eram vistas a Vila Santa Luzia e a Ilhota?

O que se evidencia, a partir de documentos históricos, jornais da década de setenta, além de livros e artigos consultados, é que os territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia eram estigmatizados por parte de certos setores da sociedade. Pesavento, por exemplo, afirma que a Ilhota, em sua situação de “ilha”, se caracterizava não apenas por ser um pedaço de terra isolado pelas águas, mas também por ser segregada do resto da cidade, ou seja, também era “ilhada” pelo seu isolamento social e pela exclusão. Vimos, também, no capítulo cinco, algumas representações sociais atribuídas à Ilhota, a partir de publicações em diários locais (Correio do Povo e Zero Hora).

“Um plano para o antigo reduto de marginais”

*O projeto Renascença da prefeitura Municipal de Porto Alegre, tem seu **início na morte da pobre, suja e infecta Ilhota. Agressiva para alguns perigosa** para outros, o local é habitado por 10mil pessoas (1968). (...) ela já foi reduto de marginais, assassinos e traficantes de entorpecentes (...).*

No lugar das malocas serão construídos belos e imponentes edifícios residenciais. As estreitas e embarradas vielas darão lugar a um intricado de passarelas, elevadas e viadutos (...). (ZERO HORA, 16/5/1976). (grifo meu)

No trecho acima, publicado na época em que se inicia o Projeto Renascença, fica em evidência a valoração negativa e o estigma atribuído à Ilhota e aos seus moradores. Ou seja, associavam-na à sujeira e à desordem, além classificarem-na de forma homogênea, estendendo tais estigmas a todos os moradores indistintamente. Nesse sentido, Elias e Scottson (2000), ao falarem sobre a sociodinâmica da estigmatização, afirmam que é comum ver membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo. Já Perlman (1997), afirma que os moradores das favelas em que realizou suas pesquisas diziam que “Se você diz que é favelado ninguém quer empregá-lo, visitá-lo”. Segundo ela, isto está ligado a um estigma que trata todos os moradores da mesma maneira. Elias e Scottson (2000), ainda, também afirmam que os padrões de estigmatização mais utilizados pelos grupos que detêm o poder, dizem respeito à pobreza e ao desrespeito às leis e às normas (definidas e aceitas pelo grupo de maior poder) e, dessa forma, implicando em considerar o grupo desrespeitoso como sendo desordeiro. Mary Douglas (1976), por sua vez, afirma que cada cultura impõe sua noção de sujeira e de contaminação e, assim, determina sua noção de ordem e limpeza. Logo, aquilo que não é ordem ou limpeza, isto é, a sujeira e a desordem devem ser eliminadas.

Como vimos, a Ilhota era considerada suja e um local em que imperava a desordem, um “reduto de marginais”. Então, a “solução” para acabar com tal cenário indesejável e, ainda por cima, próximo ao centro da cidade, seria removê-la.

Em outra reportagem pode-se perceber a expectativa em relação a “eliminação” da Ilhota, chamada de “um cenário de atraso, de desconforto” ou “bolsão de estagnação”.

Quem recorda Porto Alegre de alguns anos atrás deve ter bem presente a situação da área denominada Ilhota. Estudos mostraram ser essa área um bolsão de estagnação a seccionar a escalada do desenvolvimento... A municipalidade no intuito de transformar a área num pólo irradiador de desenvolvimento, já está executando o Projeto Renascença... É de se esperar, portanto, que o Projeto Renascença seja responsável pela criação da nova fisionomia de uma Porto Alegre a caminho da humanização... Projeto Renascença não é apenas uma bandeira: é uma realidade que vem transformando um cenário de atraso, desconforto e estagnação, numa área dinâmica, progressista e renovadora. (Correio do Povo, 14/02/1978, p. 04)

Tais representações acabavam tornando-se “verdades incontestáveis” e, de certa forma, justificando a remoção para “o bem da cidade”, eliminando os “entraves ao desenvolvimento”.

Em relação aos possíveis objetivos da remoção, Borel traz o seguinte relato:

Os poderes públicos foram desorganizando a população que lá morava. E os pobres, sem condições, não tinham alternativa. Não queriam que ficassem na entrada (da cidade), mas na saída. Os poderes públicos queriam o desenvolvimento, então, joga pra lá... Ficamos desarticulados, muitos não tinham conhecimento de causa, eram por volta de 10 a 15 mil pessoas, hoje aqui [bairro Restinga] já são 150 mil...

O Regime Getulista dava melhores condições para a população, mas no início não tínhamos saneamento básico, não tinha esgoto, era o cubo. A elite, que estava em desenvolvimento, foi fazendo saneamento, outros lugares da cidade também sofreram com isso, eles foram empurrando a Goethe e a Colônia Africana também. (Borel, Ilhota, Restinga Nova, 19/07/06).

Tanto os periódicos quanto a fala de Borel remetem ao desejo de desenvolvimento da cidade, porém, Borel é categórico ao falar sobre as conseqüências desse “desenvolvimento” para a população removida. Ou seja, “jogaram pra lá”, “não queriam na entrada, mas na saída”. Representando, portanto, a concepção de que moradores de territórios segregados socioespacialmente deveriam ir para a periferia, para as margens da cidade.

Quanto às representações sociais acerca do território da Vila Santa Luzia, não possuímos recortes de jornais, apenas manuscritos de Ciro Martini, mas pode-se deduzir que a situação não era diferente da Ilhota. Evidências disso podem ser encontradas no capítulo cinco que discorre sobre a formação dos territórios e sobre as remoções. A forma como essa população foi removida, ou seja, impostamente, denota o “apreço” e “respeito” com que o poder público tratava essa população.

Nesse sentido, é possível fazer um paralelo com as reflexões de Mary Douglas (1976) sobre os limites externos tanto sociais quanto corporais e estabelecer correspondências com o processo de remoção tanto da Ilhota quanto da Vila Santa Luzia. Para a autora, os significados que determinada sociedade atribui a seus limites corporais (seus orifícios) e seus refugos (urina, fezes, saliva, suor, etc.) estariam intimamente ligados com a “pureza e perigo”, associados aos limites dessa sociedade. Trazendo isso para o contexto urbano, podemos dizer que ao associar a pobreza com a sujeira, o perigo, a desordem, isto é, valores negativos, assim como são concebidos os rejeitos corporais, ambos devem ser afastados (do corpo ou do centro) e não mais retornarem. Ou seja, pessoas, grupos sociais ou territórios, associados ao perigo ou a desordem, devem ser enviados para a periferia, para longe do centro dessa sociedade limpa e ordenada.

Quanto aos objetivos da remoção, no caso da Ilhota e da Vila Santa Luzia, como vimos no quinto capítulo, o discurso do Estado era o de que a intenção era promover essa população e as áreas em que residiam, através de obras de saneamento básico, iluminação, etc. Contudo, na prática, não foi o que aconteceu, ao contrário, além de não escolherem para onde iriam, ainda foram iludidos.

Furtado (2003), destaca que o processo de ocupação ou (re) apropriação do espaço não se dá sem tensão, pois, explicita as contradições sociais e os diversos interesses e agentes. Além disso, diz que “o instrumento da propriedade privada, a intervenção do Estado e outras formas de poder de classe e social são elementos fundamentais”. (FURTADO, 2003, p. 45). Para o autor, o Estado foi e tem sido um agente segregador no que diz respeito ao desenvolvimento urbano quanto à remoção de favelas. Pois, a partir do provimento de recursos físicos e financeiros em determinado espaço, aumenta o preço do solo e esse processo pode acelerar a expulsão indireta ou direta dos trabalhadores das áreas valorizadas pelos investimentos. Bourdieu (1997), afirma que as lutas pelo espaço também podem assumir formas mais coletivas - como é o caso das políticas de habitação -, ou locais - ao nível da construção e da distribuição de moradias sociais ou das escolhas em matéria de equipamentos públicos. Porém, segundo ele, o Estado detém um imenso poder sobre o espaço através da capacidade que tem de alterar o mercado do solo, de moradia, do trabalho e da escola.

No caso da Santa Luzia, o Estado, além de promover a remoção, iludiu seus moradores, como veremos a seguir.

8.6.3.2. A ilusão da volta...

(...) tinham nos prometido que a gente ia voltar, que a gente ia morar nos prédios, mas não foi o que aconteceu, viemos pra cá que era bem pior do que lá e naqueles prédios, na terra onde a gente morava, estão outras pessoas. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

As terras em que estavam localizadas a Ilhota e a Vila Santa Luzia haviam sido desapropriadas pela prefeitura. As da Ilhota em 1946 e as da Vila Santa Luzia três anos depois, em 1949. Contudo, apesar do discurso da prefeitura de que era necessário sanear e urbanizar as duas áreas, os motivos da desapropriação das áreas e projetos subseqüentes eram diferenciados. No caso da Ilhota, a intenção era construir uma nova avenida, escola, teatro entre outras obras previstas no chamado Projeto Renascença. Porém, não se falava em destinar parte daquelas terras aos antigos residentes do local. Já no caso da Vila Santa Luzia, a prefeitura dizia ter desapropriado à área com o intento de urbanizá-la, loteá-la e vendê-la, a longo prazo e a preço de custo, para os próprios moradores da vila.

Dona Cleuza, em seus relatos, diz que a prefeitura havia prometido que iriam voltar e morar em conjuntos habitacionais que seriam construídos e destinados para eles na mesma área em moravam. Martini, baseado em documentos da Câmara de vereadores, também afirma que a prefeitura havia comprado a área com o intuito de urbanizar e depois iria repassar aos moradores. Contudo, não foi o que aconteceu. A prefeitura cedeu o terreno para Cooperativa de Habitação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e lá foi construído o Conjunto Habitacional Jardim América.

De qualquer forma, e não sem tensão, a remoção havia chegado para os moradores da Ilhota e da Vila Santa Luzia.

Em 1966, a prefeitura de Porto Alegre, no intento de alojar pessoas removidas de diversas vilas da cidade, desapropriara duas glebas de terra em Belém Novo, de frente para a chamada Estrada da Restinga (atual João Antonio da Silveira). Para essa área, que até então era considerada rural, grandes vilas da cidade (Ilhota,

Dona Theodora, Vila Santa Luzia e Marítimos) foram removidas. Assim, deu-se o início do bairro Restinga, um bairro que nasceu com o intuito de ser receptáculo de vilas removidas de lugares que, com a expansão da cidade, haviam se tornado mais valorizados.

8.6.3.3. A remoção

Foi muito angustiante..., eles tiravam uma fila de casa por vez, não queríamos ir, e quando vimos estavam tirando as [casas] da frente. (D. Cleuza, Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

Foi triste...rua por rua, com uma retro escavadeira e um trator, ia acabando... (Kika, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 05/11/07).

Os relatos descrevem a tensão e a angústia de serem removidos sem que essa decisão, que mudaria profundamente suas vidas, fosse um desejo, uma escolha ou um projeto de vida, muito antes pelo contrário. Segundo Heye (1980), a possibilidade da remoção traz tensão e insegurança aos moradores, pois, com ela sobrevêm a ameaça da perda.

Além disso, na maior parte dos casos, ela não só não era desejada como não havia qualquer participação dos moradores no que tange à decisão de sair de seus territórios e mesmo na escolha do local de destino. Em outras palavras, quem não tivesse condições de comprar um terreno em algum lugar da cidade deveria ir para a Restinga caso quisesse “ficar em Porto Alegre”, ou então ir para cidades da região metropolitana.

Esses fatos nos remetem a questão da imposição das decisões por parte do Estado ou de quem realiza estes empreendimentos. Abelém (1988), em seu estudo que remonta a década de 1980, na qual as remoções eram realizadas de forma semelhante às da Ilhota e às da Vila Santa Luzia (sem qualquer participação dos moradores), auxilia-nos a compreender melhor como esse processo ocorria. Segundo ela, embora as justificativas para as remoções fossem em nome de interesses coletivos, as pessoas geralmente não participavam do planejamento de sua própria remoção, do novo local de moradia, do projeto e construção de sua casa, da localização do lote, etc. Além disso, a autora questiona - se o princípio da

remoção era melhorar as condições de vida da população, porque não perguntar o que é melhor para ela?

Apenas uma entrevistada, que residia na Ilhota, afirmou ter escolhido sair de lá. Disse ter dado seu nome aos funcionários da prefeitura, devido ao tráfico e à violência, mas também por ter dificuldade nas relações com vizinhos. Contudo, ao perguntar aos representantes da prefeitura sobre oportunidades de trabalho no local de destino a resposta fora afirmativa.

[...] Saí em (19)77 da Ilhota. Eles andavam com um livro de casa em casa para ver quem queria ir para Cachoeirinha ou para a Restinga. E eu perguntei: 'Onde é essa Restinga?' Eles diziam que era um local muito bom! Diziam: 'você vão ter terreno, vão ter casa'. E eu perguntei: "Vai ter ônibus? Vai ter lugar para trabalhar, porque eu tenho que sustentar meus filhos?" E eles (responderam): "Olha, vai ter trabalho e ônibus tem um de manhã e um às três da tarde". E eu disse: "então vou ao meio-dia". Então, me disseram: "no fim do mês a gente pega a tua casa e coloca em cima do caminhão e tu fica em uma casa de emergência, até fazermos sua casinha." (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Quanto às promessas de trabalho, quando já haviam sido removidos e já moravam na Restinga, seria confirmado de que haviam sido iludidos, pois não só não havia trabalho como as condições de vida haviam piorado.

Como vimos, para Perlman (1977), a mudança dos locais de residência por imposição do governo traz grandes perdas para a população removida, principalmente no que diz respeito à localização. Antes da remoção essas populações encontravam-se próximas das classes mais abastadas e, diante disso, conseguiam trabalhos como doméstica, costureira, lavadeiras de roupa, pedreiro, vigilante, carpinteiro etc., assim como fácil acesso aos serviços urbanos tais como feiras, transporte, postos médicos, escola, etc. Dessa forma, segundo a autora, a vantagem da localização compensava as dificuldades e lhes permitia sobreviver com maior facilidade (PERLMAN, 1977, p. 239).

As perdas, sem dúvida, transcendiam as questões do trabalho e da localização, como bem afirma Heye: "além de suas casas, todo um modo de vida e uma segurança estabelecida são abalados". Sem falar das perdas em investimentos financeiros na construção e reforma das casas, as principais perdas são de

investimento social e da manutenção dos laços de parentesco e vizinhança (HEYE, 1980, p. 127).

Como vimos anteriormente, as imposições trazem muitas perdas, prejuízos e dificuldades para os grupos sociais envolvidos: de ordem material, relativa à mudança de seus territórios, de investimentos em suas casas, de localização (proximidade ao trabalho, ônibus, escola, etc.); e de ordem social, pela ruptura dos laços de pertença a um local, pelo afastamento, muitas vezes irreconciliável, de suas redes de parentesco e de amizade - questões centrais para a manutenção de seus laços afetivos e de sociabilidade. É preciso ter em mente a dificuldade que representa grandes distâncias para o trânsito ou deslocamento dessas pessoas. Como se não bastasse, há, ainda, a ruptura das redes de ajuda mútua, fundamentais em seu estilo de vida, diante das necessidades advindas de sua condição social. Como vimos no início deste capítulo, tais laços têm uma importância central nas vidas dessas pessoas, determinando não só a possibilidade de vinda para a capital, como permitindo as mais diversas formas de auxílio - conseguir trabalho, ajuda financeira, cuidar das crianças, segurança etc.

Enfim, essa “cultura” de ajuda mútua é, indiscutivelmente, fundamental para o enfrentamento das adversidades impostas pela vida nas grandes cidades, bem como, para a manutenção dos laços afetivos e de compartilhamento de formas de sociabilidade que poderiam ser mantidas ou atualizadas, devido ao contato com familiares e conhecidos.

8.6.4. A chegada na Restinga: dificuldades iniciais

Diante da imposição do Estado para deixarem seus territórios, além das perdas dela decorrentes, conforme discussão anterior, o cenário encontrado pelos grupos removidos, no local de destino, em nada lembrava uma promoção em suas condições de vida, muito pelo contrário. A palavra “Restinga” significa pequeno arroio com margens cobertas de mato e sanga, correspondente a características do bairro antes de sua ocupação. Segundo relatos dos informantes, o novo local com

que se depararam seus primeiros moradores nada mais era do que uma extensa área, distante de tudo, coberta por densa vegetação e várias espécies de animais como cobras e lagartos, sem água, luz, qualquer tipo de saneamento básico ou infra-estrutura. As primeiras lembranças relatadas sobre a chegada na Restinga remetem às dificuldades encontradas.

8.6.5. O início do bairro Restinga

A Restinga era só mato, tinha cobra, todo tipo de bicho, era escuro, a gente tinha muito medo. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

[...] Quando cheguei só tinha mato, não tinha rua, nem nada. (Kika, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 05/11/07).

[...] Aqui (Bairro Restinga) era uma sanguinha sequinha, tinha mais umas três casas, uma senhora mais velha. Aí a gente se dava bem. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Tinha cobras e lagartos. (Kika, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 05/11/07).

Tinha um arroio, eu lavava as roupas e colocava pra secar nas árvores. Não tinha luz, tinha um lampião. Não tenho fogão à gás, tenho fogão à lenha até hoje. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

As casas de emergência, contam, foram as primeiras moradias dos “fundadores” da Restinga.

Outro aspecto bastante recorrente nos relatos, diz respeito à dificuldade no deslocamento para outros lugares da cidade, já que, na época, eram apenas dois os horários de ônibus por dia, levando cerca de 1h 30 minutos a viagem até o centro da cidade.

Depois que o pessoal veio para cá, diziam: “como era bom a Ilhota, quando a gente se cansava de ficar ali [na praça que tinha na Ilhota], pegava as crianças atravessava e ia a pé para a Redenção, não precisava ir de

ônibus”. E agora fica difícil ir para a Redenção. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

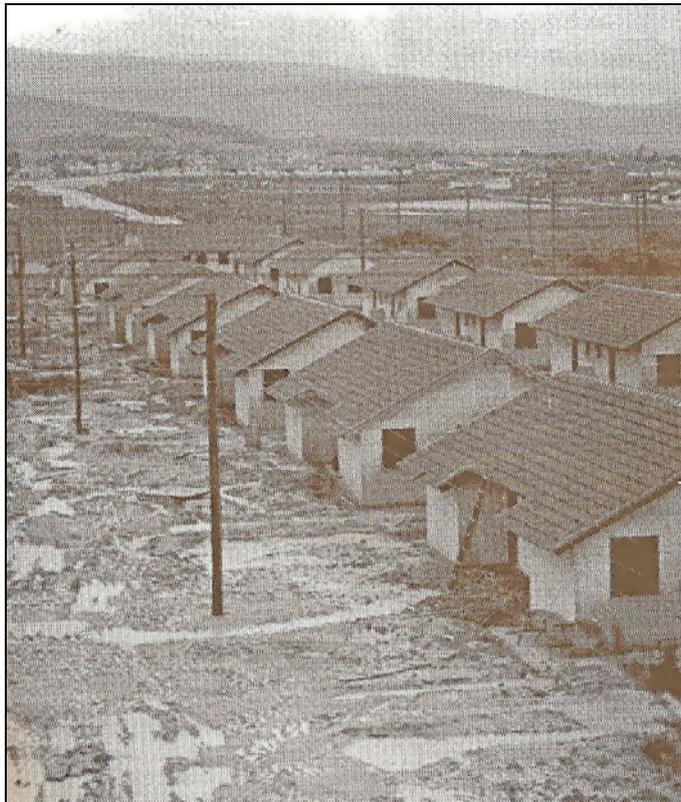
A nossa casa veio em cima do caminhão da prefeitura, eu vim chorando muito, tinha deixado tantas coisas para trás, lembranças, pessoas, trabalho. Não sabia bem como iria ser aqui. Mas tinha que arregaçar as mangas e viver. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

A maioria dos entrevistados, na época em que moravam em suas vilas de origem, tinha algum trabalho. As mulheres, geralmente, trabalhavam como empregadas domésticas em casas próximas às suas vilas. Ao chegarem ao novo bairro tiveram que procurar outros meios de sustento, reconstruir suas casas, seu bairro, suas vidas. Algumas senhoras relataram que para seu sustento tinham que ir até o Mercado Público fazer a “xepa”, ou seja, pegar o que sobrava das bancas (frutas, legumes, carnes, peixes etc.). Muitos desses primeiros moradores tiveram que recorrer a essa estratégia para sua subsistência. Contam que no ônibus, lotado de sacolas com alimentos, às vezes, até galinhas disputavam espaço com os passageiros.

Tinha dois ônibus e era uma loucura! O pessoal que não tinha trabalho e que não tinha o que comer, ia até o Mercado Público, na xepa, e então o ônibus vinha lotado e ainda por cima cheio de fruta, verdura, tinha um cheiro de peixe, era um negócio horrível, às vezes tinha até galinha viva. Era um Deus nos acuda! (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

8.6.6. Restinga Nova

Em 1969, foi iniciado um novo projeto para a Restinga. A idéia era construir uma “nova Restinga”, com infra-estrutura, casas e, posteriormente, conjuntos habitacionais. A Restinga Nova fazia parte do projeto denominado Pró-Gente, com previsão de início para 1969, mas tendo a construção iniciada, de fato, somente em 1971. O projeto era pretensioso, queria se tornar exemplo para o Brasil, prevendo, além das moradias, a construção de escolas, creches e postos de saúde.



*Fig 39: Restinga Nova em construção. Autor: desconhecido.
Fonte: Acervo DEMHAB.*

Nesse ínterim, os moradores da Restinga Velha continuavam vivendo em péssimas condições. Apenas uma pequena minoria, apta a arcar com os custos dos terrenos e casas da Restinga Nova, pode para lá migrar. O que ocorreu com a então Vila Restinga, foi uma divisão entre “Nova” e “Velha”, tendo como fronteira uma estrada - João Antônio da Silveira -, a mesma que hoje liga a região ao centro da cidade. Assim, constituiu-se a separação entre a “margem direita” (Restinga Velha) e a “margem esquerda” (Restinga Nova) daquele território em formação. Atualmente, as “Restingas” ocupam as seguintes extensões de terra: “Nova” – 141,62ha; e “Velha” – 47,05ha.

"ERA PARA SER MODELO, MAS AGORA ESTÁ ABANDONADA"

Desde que foi criada a Vila Nova Restinga, em 1971, ela sempre foi considerada pelo ex-prefeito Telmo Thompson Flores, como a 'menina dos olhos'. O vereador arenista Reinaldo Pujol, diretor do Departamento Municipal de Habitação, sexta-feira explicou por que: 'foi o único projeto implantado no país que se adapta aos moldes citados pelo Plano Nacional de Habitação Popular'(...) Mas hoje, Pujol reconhece que houve falhas. Uma delas é o

abandono da chamada Restinga Velha e a outra é a falta de emprego para as 11 mil e 500 pessoas que lá residem(...). (Folha da Tarde. 23/9/1975)

Em relação a esse início de ocupação, Martini (2004) apresenta o seguinte relato:

“Para viver nessa vila é preciso ser herói”, diziam os moradores da Restinga Velha. Drama vivido por 8 mil pessoas. Faltava tudo, desde assistência médica à creche. Gente pobre. Muitos recebiam menos do que um salário mínimo. Para melhorar, só indo para a Restinga Nova. Poucos, entretanto, conseguiram. Não havia luz na maioria das casas. Apenas uma bomba de água para 8 mil habitantes. Um grupo escolar, com falta de professores. Sem rede cloacal. Transporte precário. Quando chovia a área ficava alagada. O preço das passagens de ônibus aborrecia os moradores. E mais: uma hora de ônibus até o centro. Na bomba de água, a fila começava de manhã cedo. Latas, baldes, bacias... no verão ficavam o dia inteiro carregando água. Muitos moravam longe da bomba. E isso era ‘remover para promover’²⁶!

Em relação às dificuldades de deslocamento pela deficiência de horários, a seguinte reportagem exemplifica a situação vivenciada pelos moradores do bairro Restinga.

"A DURA VIAGEM À RESTINGA DEPOIS DE UM DIA DE TRABALHO"

Por Sérgio Caparelli

Uma viagem pelos 27,1 quilômetros que esperam o centro de Porto Alegre da Vila Restinga é um desenrolar de sensações diferentes que para um passageiro ocasional pode se configurar como folclórico : uma variedade de tipos humanos que discutem seus problemas ou externam publicamente seus dramas e alegrias.

Mas, para as pessoas que em conjunto realizam mensalmente mais de 230 mil viagens dentro deste percurso, a viagem deixa de ser folclórica; são ônibus superlotados onde se amontoam todo o tipo de pessoas, dividindo o seu tempo entre 10 e 12 horas de trabalho, três ou quatro dentro de um ônibus, e que pulam correndo e correndo continuam até chegar a suas casas para o momento livre antes de dormir e reiniciar a viagem". (20 FM. 2/4/1976)

²⁶

Martini refere-se ao lema do programa que era “Remover para promover”.



*Fig 40: Panorâmica Restinga Velha, 1978. Autor: desconhecido.
Fonte acervo pessoal Eni.*

Os relatos sobre esse início de vida no novo local, então chamado de Vila Restinga, além de remeterem às dificuldades iniciais, discorrem, principalmente, sobre as mobilizações populares para a superação das dificuldades. Ou seja, a inúmeros “procedimentos populares” (DE CERTEAU, 1994), procedimentos que jogam com os mecanismos de disciplina e não se conformam com eles, a não ser para transformá-los.

Como bem lembram Santos e Voguel (1985), sobre tais intervenções urbanas: “a maioria da população que não tem tido alternativa senão aceitar as imposições acaba por criar mecanismos de defesa e superação”. Dessa forma, reverterem os significados dos espaços que lhes são impingidos e “cria[m], às vezes, com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores”. (SANTOS e VOGUEL, 1985, p.12).

As casas dos moradores removidos de seus territórios, muitas vezes, eram transportadas em cima de caminhões da prefeitura, outros ficavam nas chamadas “casas de emergência”, construídas pelo DEMHAB e que, como o próprio nome diz, eram para ser casas transitórias até a construção das moradias definitivas. No entanto, ainda hoje, é possível encontrar, sob o tempo e as melhorias realizadas pelos seus moradores, as antigas “casas de emergência”.

Foi através de mutirões promovidos pelos próprios moradores e com auxílio de padres que foram construídas suas casas. O material de construção utilizado provinha de ajudas externas como prefeitura e doadores. A questão da mobilização para a aquisição de recursos, de saneamento básico e outras demandas da comunidade é valorizada e narrada constantemente.

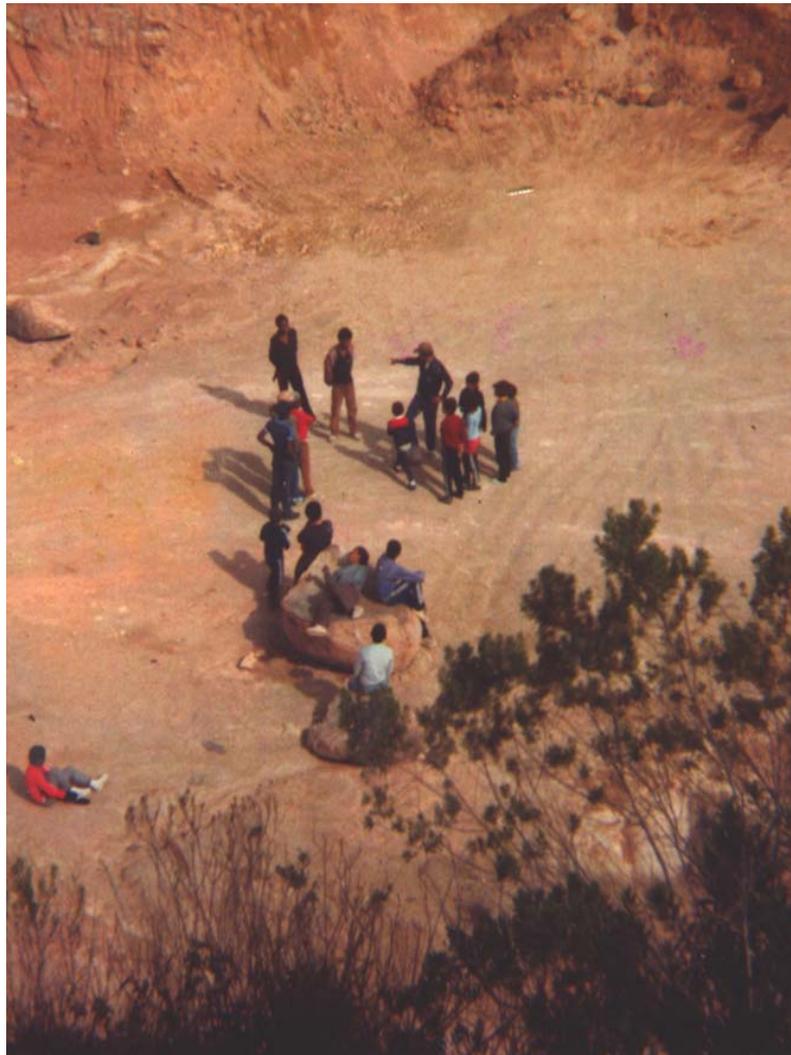
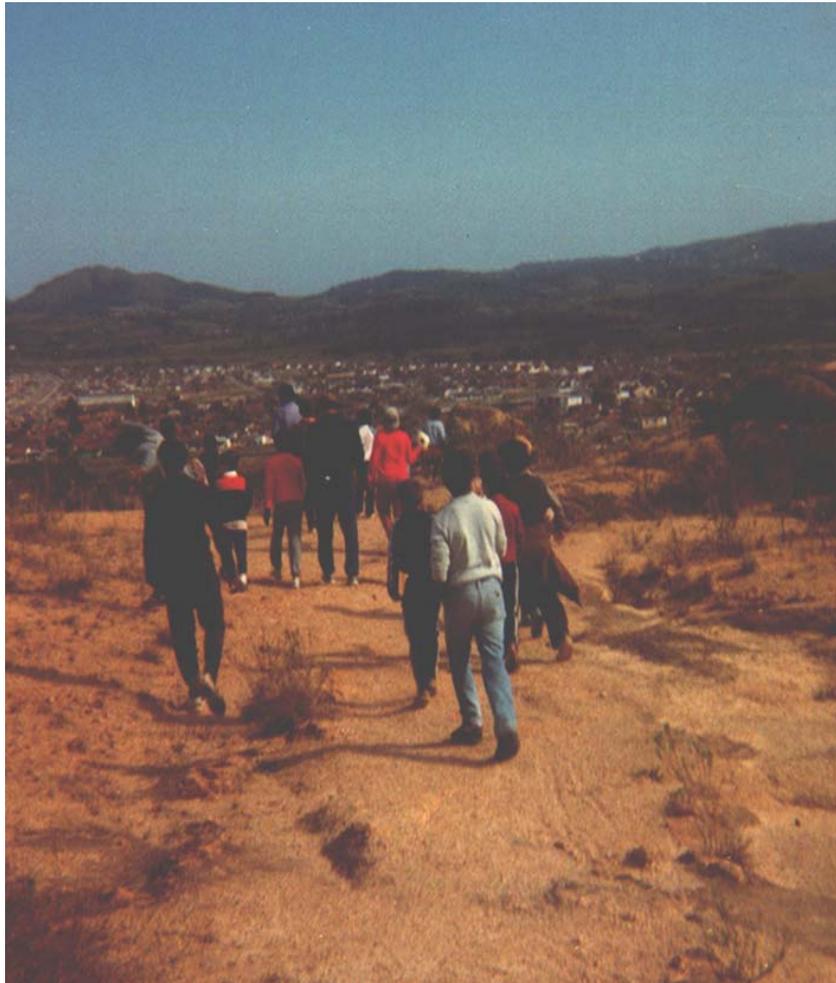


Fig 41: Restinga Velha, 1978. Autor: desconhecido. Fonte: Acervo pessoal: Eni.



*Fig 4: Restinga Velha, 1978. Autor: desconhecido.
Fonte: Acervo pessoal: Eni.*

Eu não conheci a Santa Luzia, mas havia um senhor que morava na frente da minha casa e os vizinhos do lado também, saíram da Santa Luzia. Conhecíamos porque todo mundo se ajudava, tinha um mutirão para construir as casas. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

O caminhão da prefeitura trouxe a nossa casinha e ela ficou atrás [no terreno], e eu e meu filho construímos essa nossa casa de hoje, fizemos um poço, depois veio o encanamento. E, depois que o meu marido faleceu, o vizinho falou com um coronel do exército, aí ele ajudou com dinheiro, material de construção... Eu capinava para ajudar na casa e os guris, cada um, assentava um tijolo. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Iam pegar água no mato, tinha gente que vendia água do poço. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

[...] Até fazer a casinha era um terror. Tinha uma senhora que morava em frente, que era de São Paulo, e a menina deles atravessa a rua e trazia cafezinho quente. Também comecei a levar para eles frutas e verduras que eu pegava no Mercado (Público). Eu fazia rapadurinha, figo em conserva,

depois arrumei uma faxina. Meus filhos também foram trabalhar cedo, um foi para o quartel, a guria se formou (técnica em enfermagem), os guris colocaram uma oficina. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

No início havia voluntários e nós fazíamos mutirões para construir nossas casas. (Kika, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 05/11/07).

As antigas patroas, segundo contam as informantes, faziam algumas visitas ocasionais para levar alimentos, roupas e calçados. A presença da Igreja Católica, representada por padres e irmãs, auxiliando no início da ocupação, também é relatada por alguns moradores.

Minha ex-patroa e a filha dela vinham aqui, traziam roupas, comidas, calçados. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

O padre ajudava bastante, vinha almoçar nos churrascos e dava carona para ir ao hospital ou para ir na Vila Dique, ou ia na polícia, lá tinha três brigadianos e um jipe. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Seu Pedro era diretor do DEMHAB, naquela época, e também tinha o Zanella e o Pujol que nos auxiliavam. O Pujol (vereador Reginaldo Pujol) vinha até na casa da gente pra comer bolo frito. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

A partir do entrecruzamento desses elementos como mobilização popular e ajudas das mais variadas origens, podemos observar as táticas de resistência e as maneiras de fazer que estes primeiros moradores da Restinga valeram-se, apesar e devido às dificuldades iniciais, para (re)construir suas vidas e esse novo espaço.

Das lembranças e observações cotidianas dessas pessoas, vindas da Ilhota e Santa Luzia, é possível visualizar uma série de práticas culturais e universos de significado que se mantêm presentes, mesmo diante de um deslocamento geográfico dessa natureza. As pessoas levam consigo suas práticas, mantendo vivos alguns significados, especialmente aqueles que lhes fazem mais sentido como, por exemplo, as sociabilidades. Ainda hoje, verificamos a manutenção dessas relações de proximidade. Na Restinga, após as remoções, ex-moradores da Ilhota e da Santa Luzia não só mantêm fortes os antigos laços de compadrio, como de vizinhança, ou seja, permanecem espacialmente próximos. Ainda são vivenciadas no bairro, práticas de seus antigos locais de origem. Ilustram essa afirmação a

escola de samba e o encontro com a vizinhança. Assim, evidencia-se a manutenção de elementos constituintes de seu sistema simbólico, construídos em suas vivências, apesar da experiência traumática por eles sofrida. Talvez, justamente por isso, esses moradores, diante de tal violência, reconstituíram esse novo espaço com referências (equipamentos urbanos, por exemplo) que remetem à sua cultura, à sua etnia..., imprimindo, assim suas marcas ao território.

A criação da escola de samba mais antiga do bairro é elemento exemplar desse tipo de resgate do qual falamos. A “Estado Maior da Restinga” data de 1977, ou seja, a fundação da escola remonta os tempos de início de ocupação do bairro. Tal instituição é vitrine para o bairro, responsável até hoje, segundo os moradores, por solidificar os laços de pertença. A frase “abre-alas” de seu carnaval ou “grito-de-guerra”, fala por si - “Tinga, teu povo te ama”.

A mobilização popular conquistou vários troféus: escolas, um hospital em construção, uma incubadora tecnológica e uma escola técnica federal também em andamento.

Contudo, dentre as dificuldades enfrentadas no passado, apesar dos avanços e conquistas que marcam sua trajetória, a localização do bairro é seu “ponto nevrálgico”, ou seja, a distância do centro da cidade e, conseqüentemente, de acesso ao trabalho. Mesmo com a intensificação de um mercado interno, responsável pela multiplicação de serviços e uma diversidade de estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte, a falta de emprego continua sendo senão o maior, um de seus maiores problemas. O tão divulgado Distrito Industrial da Restinga, promessa que data de 1970, quando da fundação da Restinga Nova, não saiu do papel até hoje.

8.6.7. De vila a bairro: a Restinga hoje



Fig 43: Panorâmica. Restinga Velha. 2006. Autor: Vanessa Zamboni.

Em 08 de janeiro de 1990, a Lei Municipal N. 6571, promulgada na gestão do então prefeito de Porto Alegre Olívio Dutra, determinou que a antiga “Vila” Restinga passasse, a partir de então, à condição de “Bairro” da cidade. O bairro compreendia a Vila Restinga Nova, a Vila Restinga Velha, bem como outras tantas vilas formadas com o adensamento da região. Podemos destacar algumas, a Vila Mariana, a Barro Vermelho, a Vila Flor da Restinga, a Vila Monte Castelo e a Vila Santa Rita.

Este bairro, atualmente, está estruturado por duas grandes vias principais, a estrada João Antonio da Silveira e a Av. Nilo Wolf, nas quais concentram-se equipamentos institucionais e comerciais do bairro: comércio, terminal de ônibus, fórum, delegacia de polícia, supermercado de médio porte, bancos etc. Há várias praças e escolas distribuídas entre os quarteirões residenciais.

Atualmente, a Restinga é um dos bairros mais populosos da capital, tendo aproximadamente 72 mil habitantes, sendo que destes, 50 mil são regulares e 22 mil irregulares. (PMPA, 2002) Até hoje, o bairro é reconhecido por suas mobilizações populares. Exemplo disso é a ampla participação da comunidade no Orçamento Participativo, além das freqüentes notícias veiculadas nos jornais de maior circulação do estado (Correio do Povo e Zero Hora) sobre manifestações que

reivindicam melhorias para o bairro e para a população. Sua maior escola de samba (Estado Maior da Restinga) também é notícia, já sete vezes campeã do carnaval de Porto Alegre. Contudo, apesar da identidade forte que o bairro possui com relação às mobilizações e ao carnaval, há tensionamentos em suas representações, já que o bairro é alvo de repetidas reportagens sobre violência.

8.6.8. Quarto eixo espaço-temporal: O presente - O bairro Restinga

Na rede de informantes com os quais tive contato, ainda hoje, verificamos a manutenção de relações de proximidade. Na Restinga, após as remoções, estes ex-moradores da Ilhota e da Santa Luzia não só mantêm fortes os antigos laços de compadrio, como de vizinhança, ou seja, permanecem espacialmente próximos.

Sexta-feira a gente se reúne, o pessoal se reúne, vem pra cá, dançam, cantam, tomamos cerveja e fazemos churrasco. (D. Cleuza, Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

Aproximadamente trinta anos depois das remoções, algumas questões relacionadas à construção das identidades e territórios nos chamam a atenção. Com relação aos territórios, o que se destaca é a maneira como os moradores se auto-define, ou seja, para dentro se dizem “da Ilhota” ou “da Santa Luzia”, enquanto que para fora são indiscriminadamente “da Restinga”.

Dona Cleuza, por exemplo, diz que se considera da Vila Santa Luzia.

Me considero da Santa luzia, foi lá que nasci, foi lá que escolhi para viver... Tinham nos prometido que a gente ia voltar, que a ia morar nos prédios, mas não foi o que aconteceu, viemos pra cá que era bem pior do que lá e naqueles prédios, na terra onde a gente morava, estão outras pessoas. (D. Cleuza, Vila Santa Luzia, Restinga Velha, 27/10/07).

Ao ser questionada sobre o sentimento de pertencimento ao bairro atual ou: “Quando sentiu ‘eu sou da Restinga?’”, Dona Cleuza respondeu: “Não me considero”. Contudo, ao ser perguntada, em outros locais da cidade, “De onde é?” ou “Aonde mora?”, disse: “da Restinga”.

O fato de partilharem um estilo de vida, de terem passado por semelhantes processos de remoção e por ainda serem próximos, tanto espacialmente quanto no que diz respeito a sociabilidades, laços de parentesco ou de compadrio, como eram quando residiam em suas vilas de origem, são indícios de que estes elementos, entre outros, são responsáveis pela manutenção da coesão social entre eles.

Elias e Scottson (2000), lembram-nos que o caráter temporal pode ter grande influência na constituição dos grupos. O fato de possuir um passado em comum é visto como sendo relevante tanto para a constituição interna de cada grupo quanto para a relação entre eles. Na comunidade em que estudaram constataram que as famílias antigas haviam atravessado juntas um processo grupal – do passado para o futuro, através do presente, que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns. Os atores destacam que sem levar em conta essa dimensão grupal diacrônica é impossível compreender a lógica e o sentido do pronome pessoal ‘nós’ que elas usavam para se referir umas às outras.

Fatores estes que podem também nos auxiliar na compreensão de como se constitui uma noção de “nós” em contraposição a “eles”. Por um lado, “eles” são moradores da Restinga que não passaram por semelhantes processos de remoção ou que não compartilharam laços de pertença e vivências, comuns aos territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia. Porém, por outro lado, “eles” podem ser pessoas que não residem no bairro Restinga, em contraposição a um “nós” que engloba todos os moradores da Restinga indistintamente. Ou seja, aqui se evidencia uma identidade contrastiva em múltiplos níveis, por ser também situacional, isto é, diferentes identidades são acionadas de acordo com o contexto. E, dessa forma, emergem dessas construções elementos que nos permitem conhecer as suas fronteiras sociais e simbólicas do grupo, que ora exclui, ora inclui.

Além da marcação da diferença entre quem é da “Ilhota” ou quem é “da Santa Luzia”, também se constata que há distinções entre as “duas Restingas”, ou seja, apesar da existência de outras “vilas internas” como a Cabriúva, o Barro Vermelho, a Vila Flor da Restinga, a Vila Monte Castelo e a Vila Santa Rita, ainda há, em um nível identitário, uma considerável distinção entre “Restinga Velha” e “Restinga Nova”. Por exemplo, quem é da Restinga Velha afirma e reafirma que a Restinga nasceu lá e que, portanto, se diz “de raiz”. Em contraposição, os da

Restinga Nova dizem que a violência e o tráfico concentram-se na Velha. Tal distinção, também pode ser verificada a partir do estudo de Elias e Scottson (2000). A distinção entre os moradores da cidade do interior da Inglaterra não estava pautada por questões étnicas ou socioeconômicas, já que, nesse sentido, era uma população homogênea. Porém, fundava-se na crença de uma superioridade moral e social, determinada pelo tempo de moradia. Os moradores mais antigos do bairro tinham a auto-percepção de que eram melhores do que os recém chegados (*outsider*). Estes, por sua vez, não tinham um senso forte de grupo, de coesão e acabavam por assimilar o estigma de que não eram tão bons quanto os outros (*estabelecidos*). Esta distinção construía-se pelo domínio das regras de conduta instituídas e colocadas como válidas para os moradores mais antigos que se esforçavam para mantê-las. Entretanto, o que se verifica no bairro Restinga é uma disputa que está mais ligada a uma relação de poder hierarquizada, pois, enquanto os moradores da Restinga Velha acionam elementos como o tempo de residência, os da Restinga Nova rebatem com um discurso de violência no “lado de lá” e não no “de cá”.

O caso de Borel, antigo morador da Ilhota, é bastante interessante. Também com fortes laços identitários ao seu antigo território, ao tornar-se um representante dos territórios negros de Porto Alegre, passou a ser freqüentemente chamado para palestras e encontros ligados à etnia ou à religião afro-brasileira, seja na Bahia, na Argentina, no Uruguai ou mesmo em Porto Alegre. Contudo, continuou residindo no bairro Restinga, com alguns de seus filhos e netos. Porém, há que se salientar o fato de Borel, apesar de ter residido na Restinga Velha, havia migrado para a Nova. Assim como Borel, outras pessoas com as quais tive contato também percorreram esse caminho. Mas, ainda são casos isolados diante de uma grande concentração de pessoas que continuam a residir no mesmo local em que haviam sido realocados após a remoção, ou seja, na Restinga Velha. O que se percebe, apesar da necessidade de um maior aprofundamento, é a migração da Restinga Velha para a Restinga Nova de pessoas que ascenderam socialmente, como é o caso das lideranças comunitárias com as quais tive contato.



*Fig 44: Borel e netos em frente à sua casa, 2006.
Autor: Rafael Derois Santos.*



*Fig 45: Borel e netos em frente à sua casa, 2006.
Autor: Rafael Derois Santos.*

Ainda com relação à construção da identidade territorial um termo êmico merece a nossa atenção. Durante o trabalho de campo, ouvi por diversas vezes o termo “restingueiro”, ao se auto-referirem ou para falar de seus filhos, nascidos e crescidos no bairro Restinga.

Meu filho mais velho tem 57 e a mais nova 31 anos, agora são oito filhos (teve 11 no total) e tenho orgulho de dizer que todos moram na Restinga, são “restingueiros”. (Darsila, Ilhota, Restinga Velha, 18/12/07).

Além disso, em um momento da pesquisa fiz alguma reclamação sobre o ônibus lotado que eu havia pegado, ao que uma das senhoras me disse: “Eeh, restingueira!”. Evidenciando, assim, que ser “restingueiro”, por exemplo, era pegar ônibus lotado. Outra idéia inerente ao termo “restingueiro” era a adjetivação de “batalhador”, situação que vivenciei em campo. Isso aconteceu no dia em que o jornal Zero Hora publicou uma pesquisa que investigava a “pobreza” na cidade de Porto Alegre. Segundo a reportagem, o bairro Restinga fora considerado o mais pobre da capital. Nesse dia, a notícia foi comentário geral no bairro. Todos manifestavam contrariedade a essa visão, afirmando que só de olhar para o ônibus que vinha lotado de trabalhadores e pessoas alegres isso podia ser contestado. Afirmavam que havia, sim, pobreza, mas que as pessoas viviam “bem”, além do que havia pessoas ricas na Restinga também, com um bom comércio, bancos etc. Pessoas que faziam seu churrasco no final de semana, que se encontravam, eram alegres e tinham muita força de vontade. Acima de tudo, contrapunham a reportagem dizendo que os “restingueiros são um povo trabalhador, batalhador” e, especialmente, “alegre”.

A identidade contrastiva também é acionada em função da representação social negativa que o bairro possui na cidade e, principalmente, em relação ao que a mídia divulga. Apesar do periódico Diário Gaúcho, jornal de caráter mais popular, ser um dos mais lidos por lá²⁷, em uma investigação que fiz dos últimos oito anos, o bairro aparece quase que diariamente tendo como tema a violência. Apesar de abordar questões como as mobilizações populares ou o carnaval, a maior parte das notícias sobre o bairro tinham por temática a violência: furtos, homicídios, tráfico etc.

Não querendo negar o fato de a violência estar presente neste território, tendo inclusive interferido em determinado momento da pesquisa, pode-se observar que o massivo bombardeio desse tipo de notícia acaba por reafirmar o estigma do espaço e seus moradores, ilustrando o típico reducionismo que uma visão totalizadora e

²⁷

Difícilmente fui a alguma casa em que não tivesse o “Diário Gaúcho” do dia.

homogeneizadora emprega. Inúmeros aspectos positivos que valorizam o bairro e seus moradores, alguns aqui discutidos, são simplesmente esquecidos ou abafados por conta de estratégias que valorizam a “lógica do pior”, especialmente quando se trata de classes populares.

Contudo, o bairro tem no mínimo dois jornais “internos”, feitos por moradores do bairro e que possuem grande circulação. Neles podemos encontrar reportagens que procuram “valorizar” o bairro, seus moradores, assim como outras que mostram pesquisas populares para premiar e divulgar os “melhores profissionais do ano”, concursos para escolher “a garota da Restinga”, denúncias do descaso do Estado com a população, etc.

Atualmente, a Restinga é um bairro populoso onde muitos moradores ainda reivindicam para si e para o bairro uma identidade afirmativa, procurando também reverter o *estigma* que paira sobre este território. Do mesmo modo, podemos perceber isto através de muitas manifestações culturais e sociais, como os eventos realizados na Semana da Restinga, que ocorrem em Novembro, há trinta e dois anos. Estes são momentos em que a população do bairro se organiza e promove shows com bandas locais de hip hop, pagode, oficinas de grafiteagem, tranças afro etc. Em um cartaz que promovia a Semana da Restinga do ano de 2006, em letras grandes aparecia a inscrição: “Restinga não é diferente, mas não há igual”.

Coutinho, ao falar do bairro e de seus moradores, diz:

O pessoal da Restinga foi um símbolo. Se você fala mal da Restinga é da identidade dele que você está falando. Hoje ela se globalizou. Temos o jogador de futebol, o Tinga, temos também um cineasta da Restinga, o Luciano Monks que ganhou uma bolsa e foi estudar cinema na Espanha. Aí ele voltou e fez um filme chamado Super Tinga. Quem é esse personagem da Tinga? Não, não é o jogador de futebol e sim um personagem identificado com a Restinga. Ele é um negrinho, é um super-herói engraçado, quando vai salvar alguém sempre acontece algo inusitado. Enfim, temos um cineasta que fala da comunidade da Restinga. (Coutinho)



Fig 46: Tira em quadrinhos do *Tinga, hip hop e chimarrão*, diariamente publicadas no *Jornal Diário Gaúcho*. Autor: Alexandre Oliveira.
Fonte: www.clicrbs.com.br.

Segundo Haesbart, identidade territorial:

[...] é uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na alusão ou referência a um território, tanto no sentido simbólico quanto concreto. Assim, a identidade social é também territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou transpassa o território. (HAESBAERT, 1999, p. 178).

As identidades ao serem reivindicadas ou contestadas, assumem assim um conteúdo político, por explicitarem as relações de poder que perpassam essas construções sociais. Segundo Woodward (2000, p. 19), os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar sentido à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. Nesse cenário algumas identidades são contestadas. Através da autora pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. Pois, todas as práticas de significação envolvem relações de poder, definindo, por exemplo, quem é incluído e quem é excluído.

De acordo com o que vimos sobre a construção das identidades e territórios, tanto por ex-moradores da Ilhota como da Vila Santa Luzia que fizeram parte da rede de informantes que entrevistei, residentes no bairro Restinga desde sua ocupação inicial, a identidade territorial assume grande relevância, pois é através dela, ou seja, através de uma alusão aos seus territórios, aos lugares em que viveram, às relações de vizinhança e compadrio que se estabeleceram e ainda se estabelecem, que essas pessoas constituem-se, em grande medida, como sujeitos sociais. Em suas memórias... espaços vividos, lembrados, imaginados, que

deixaram marcas em suas trajetórias e que de certa forma constituíram o que eles são hoje, onde moram, como vivem. Assim como nos lembram Bidou (1997) e Marzulo (2005), em uma época na qual a identificação social passa menos pelas esferas do trabalho e da cultura de classe, em que há perda de centralidade do trabalho e o enfraquecimento do reconhecimento identitário em função de sua inserção nesta esfera, o espaço residencial é muitas vezes o último veículo da identidade, o último meio do qual podem ser tirados fontes (materiais, sociais, simbólicos). O território, dessa forma, abarca funções cada vez mais constitutivas destes sujeitos sociais.



*Fig 47: Restinga Velha, 2007.
Autor: Vanessa Zamboni.*

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme proposta inicial, buscou-se compreender ao longo desta pesquisa de que maneira moradores removidos por políticas públicas constroem suas identidades em relação aos novos territórios. Para tanto, procurou-se construir dados a partir de fontes diversas, ou seja, tanto histórico–documentais, quanto de trabalhos que versam sobre a temática investigada, assim como através de relatos e entrevistas a moradores do bairro Restinga, fruto de observação participante realizada naqueles territórios. Em suma, resultado de uma etnografia de dois anos junto ao bairro. Tal empreendimento permitiu, através da análise dos resultados dele decorrentes tecer considerações que aqui apresento.

As trajetórias sociais dos moradores entrevistados, com respeito aos seus deslocamentos territoriais, assemelham-se. Pelo fato de terem sido removidos da Ilhota e da Vila Santa Luzia para o bairro Restinga, mas também por suas trajetórias sociais estarem marcadas pela conjuntura socioeconômica-política da década de 40 e 50, fazendo parte do contingente que migrou do campo para as cidades. Tal advento, amplamente conhecido como “êxodo rural”, promoveu a “explosão demográfica” dos grandes centros urbanos e, com isso, a informalidade. Em outras palavras, grande parte dessa população, ao chegar à cidade, não tendo acesso a empregos formais, passa a subsistir por meio de atividades de caráter informal. Dessa maneira, impossibilitados de viver em locais urbanizados e regulares, mais uma vez a solução encontrada foi à informalidade, isto é, a moradia informal. Somado a isso, havia também a reprodução de um estilo de vida, comum a grupos de classe popular, caracterizando-se, entre outras coisas, pela necessidade da proximidade de parentes, amigos ou conhecidos. As semelhanças prosseguem, pela residência em territórios de classe popular e, em especial nos casos estudados, por serem eles inicialmente ocupados por negros recém-libertos. Isto é, em áreas insalubres, pouco valorizadas e situadas nas bordas de chácaras as quais Bittencourt (2005) denominou “territórios negros”.

Pelos elementos acima observados, pelo fato dos entrevistados serem todos afro-descendentes, assim como pela visível predominância negra nas incursões a

campo, pode-se dizer que dois aspectos auxiliam na compreensão do “lugar” ocupado por estes moradores na estrutura urbana e social: sua classe social e sua etnia.

Assim sendo, ou seja, ao fazerem parte da estrutura urbana que expressa as desigualdades, tiveram em comum a condição de serem excluídos socialmente. Isto é, partilharam a dificuldade de acesso a recursos materiais, a distribuição desigual dos equipamentos e serviços urbanos, da renda monetária e do bem-estar social (RIBEIRO, L. C. Q e SANTOS JÚNIOR, O. A., 2007).

Ainda, tanto o território da Ilhota como da Vila Santa Luzia localizavam-se próximos do centro da cidade e, portanto, da classe média, permitindo a seus moradores o acesso às atividades informais como domésticas, biscateiros, jardineiros, etc. Além do que, favorecendo em suas estratégias de sobrevivência, “fazer a xepa” no Mercado Público, receber auxílio das mais variadas instituições e também a mendicância.

Além dos aspectos mais materiais, necessários para sua sobrevivência, evidenciou-se, através das lembranças referentes aos seus antigos territórios, uma série de relações de proximidade, parentesco e formas de sociabilidade que os auxiliavam na coesão social interna e na construção de laços de pertença. Vimos por exemplo que o carnaval, jogos de futebol e lugares públicos como praças e parques próximos eram palcos dessas sociabilidades. Tais lugares, festividades ou rituais, além de ancorar o sentimento de pertença a seus territórios e grupos sociais, possibilitavam o sentimento de pertença à cidade.

Outra característica recorrente, a partir dos relatos destes moradores, é a quantidade modesta de informações sobre os espaços privados ao mesmo tempo em que há uma forte valorização do espaço público, parecendo ser, este, um espaço particularizado pelo seu uso quase cotidiano (DE CERTEAU, 1994). DaMatta (1997, p.96), lembra-nos também, ao falar das favelas cariocas, que em territórios de classe popular “a própria rua pode ser vista e manipulada como se fosse um prolongamento ou parte da casa”.

Analisando-se as remoções, vimos que alguns elementos capazes de justificar a maneira com que esses processos ocorreram diz respeito às representações sociais acerca dos territórios ou dos grupos sociais de classe

popular, por parte dos agentes hegemônicos envolvidos, orientarem as práticas em relação a eles. Observou-se que tais territórios e seus habitantes, em geral, recebem uma valoração negativa por parte de quem não vive (ou convive) tais lugares, sendo estes vistos de forma homogeneizada, sem levar em consideração o contexto e a complexidade da vida social existente nesses espaços.

Portanto, as representações sociais estigmatizantes destes territórios e seus moradores, partilhadas por esses agentes sociais hegemônicos como a mídia, os estudiosos das questões urbanas, o Estado e demais promotores de políticas e intervenções urbanas, acabam, nos momentos de intervenção, por desconsiderar aspectos fundamentais para tais grupos sociais. Com esse descaso em relação ao bem-estar das comunidades removidas, as perdas não se restringem a estes grupos, afetando a cidade e a sociedade como um todo, uma vez que políticas urbanas mal formuladas agravam as desigualdades sociais e os problemas destas decorrentes.

Como vimos, em relação aos territórios da Ilhota e da Vila Santa Luzia, vários estigmas estavam a eles associados, tais como a idéia de desordem, sujeira, tráfico e violência. Ao fazermos um paralelo com as reflexões de Mary Douglas (1976) sobre os limites externos, tanto sociais quanto corporais, e estabelecermos correspondências com os processos de remoção tanto da Ilhota quanto da Vila Santa Luzia, algumas considerações podem ser feitas. Para a autora, os significados que determinada sociedade atribui a seus limites corporais (seus orifícios) e seus refugos (urina, fezes, saliva, suor, etc.) estariam intimamente ligados à “pureza e ao perigo”, associados aos limites dessa sociedade. Trazendo isso para o nosso contexto, podemos dizer que ao associar a pobreza à sujeira, ao perigo, à desordem, etc., isto é, a valores negativos, assim como são concebidos os rejeitos corporais, ambos devem ser afastados (do corpo ou do centro) e não mais retornarem. Ou seja, pessoas, grupos sociais ou territórios, associados ao perigo ou à desordem, devem ser enviados para a periferia, para longe do centro dessa sociedade limpa e ordenada.

Furtado (2003), entre outras contribuições, auxiliou-nos: na compreensão de que os processos de ocupação ou (re)apropriação do espaço não se dão sem tensão, pois explicitam as contradições sociais e os diversos interesses dos agentes

envolvidos; assim como ao dizer que “o instrumento da propriedade privada, a intervenção do Estado e outras formas de poder de classe e social são elementos fundamentais” (2003, p. 45); e, por fim, afirmando que o Estado foi e tem sido um agente segregador no que diz respeito ao desenvolvimento urbano quanto à remoção de favelas, uma vez que, a partir do provimento de recursos físicos e financeiros em determinado espaço, aumenta o preço do solo e esse processo pode acelerar a expulsão indireta ou direta dos trabalhadores das áreas valorizadas pelos investimentos.

Ainda com relação aos processos de remoção da Ilhota e da Vila Santa Luzia, pudemos verificar o caráter traumático destes para com seus moradores. No caso da Vila Santa Luzia, um elemento agravante ainda participou do processo - seus moradores foram iludidos. Representantes da prefeitura garantiram seu retorno à antiga área ocupada, após urbanização e construção de casas oferecidas a eles. Contudo, como verificado, isso não aconteceu. A prefeitura cedeu o terreno à Cooperativa de Habitação dos Funcionários da Prefeitura Municipal de Porto Alegre no qual foi construído o Conjunto Habitacional Jardim América.

Ambas as remoções processaram-se por imposições do Estado e de seus representantes. Os moradores não tiveram participação em nenhuma etapa do processo, quer da escolha do novo local de moradia quer da data em que seriam removidos. Em suma, não houve qualquer tipo de consulta, não foram consideradas suas necessidades, seu estilo de vida, suas relações de sociabilidade ou de parentesco. O melhor exemplo disso foi a escolha do local de destino - o bairro Restinga -, distante do centro da cidade, dificultando, portanto, o acesso às suas possibilidades de sobrevivência, conforme comentado anteriormente.

Além dos traumas gerados pela remoção, devido à forma violenta com que tiveram que deixar seus territórios, à desarticulação das relações de vizinhança e parentesco, fundamentais para sustentar suas necessidades cotidianas, a chegada desses moradores ao bairro Restinga foi acompanhada de inúmeras outras dificuldades. O local destinado não possuía qualquer infra-estrutura (água, luz, saneamento básico), assim como possibilidade de trabalho próximo. Então, conforme nos lembram Santos e Voguel (1985, P.12) sobre tais intervenções urbanas: “a maioria da população que não tem tido alternativa senão aceitar as

imposições acaba por criar mecanismos de defesa e superação”. Dessa forma, revertendo os significados dos espaços que lhes são impingidos e “cria[ndo], às vezes, com muita dificuldade e desgaste, ordens próprias que ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores”.

A partir do que De Certeau (1994) chama de “procedimentos populares”, tais como as mobilizações empreendidas pela comunidade e a ajuda mútua (mutirões promovidos pelos moradores - com o auxílio, muitas vezes, de padres católicos -, na construção de suas casas, utilização de material de construção proveniente de ajudas externas - prefeitura e doadores -, assim como o esforço conjunto para a aquisição de recursos, de saneamento básico e outras demandas da comunidade) tão valorizadas e narradas quando se referem ao momento de chegada na Restinga, essas pessoas construíram suas novas vidas e seu novo território.

Das lembranças e observações cotidianas dessas pessoas, vindas da Ilhota e da Vila Santa Luzia, foi possível visualizar uma série de práticas culturais e universos de significado que se mantêm presentes, mesmo diante de um deslocamento geográfico dessa natureza. As pessoas levam consigo suas práticas, mantendo vivos alguns significados, especialmente aqueles que lhes fazem mais sentido.

No bairro Restinga, após as remoções, ex-moradores da Ilhota e da Santa Luzia que foram entrevistados não só mantiveram fortes os antigos laços de compadrio como de vizinhança, ou seja, permaneceram espacialmente próximos. Ainda hoje podem ser vivenciadas no bairro práticas de seus antigos locais de origem, evidenciando a manutenção de elementos constituintes de seu sistema simbólico, construídos em suas vivências. Ilustram essa afirmação os constantes encontros entre a vizinhança, a reconstituição desse novo espaço com referências (equipamentos urbanos, por exemplo) que remetem à sua cultura e à sua etnia, como é o caso exemplar da escola de samba. Dessa forma, imprimem suas marcas ao território.

Atualmente, a Restinga é um dos bairros mais populosos da capital e ainda reconhecido por suas mobilizações populares como a ampla participação da comunidade no Orçamento Participativo e as freqüentes notícias veiculadas nos jornais de maior circulação do estado (Correio do Povo e Zero Hora) sobre

manifestações que reivindicam melhorias para o bairro e para a população. Sua maior escola de samba (Estado Maior da Restinga) também é notícia, já sete vezes campeã do carnaval de Porto Alegre. Contudo, apesar dessa forte identidade ligada às mobilizações e ao carnaval, há tensionamentos em suas representações, sendo o bairro alvo de repetidas reportagens dedicadas à violência.

Quanto à construção das identidades, ainda, vimos evidenciar-se o peso que a identidade territorial tem na construção do quem sou “eu” ou quem somos “nós”. Nesse sentido, observamos, por exemplo, a maneira com que os moradores entrevistados se auto-definem, ou seja, para dentro se dizem “da Ilhota” ou “da Santa Luzia”, enquanto que para fora são indiscriminadamente “da Restinga”. Logo, há uma ênfase na identidade contrastiva em múltiplos níveis por ser também situacional, isto é, diferentes identidades são acionadas de acordo com diferentes contextos. Dessas construções, emergem elementos que nos permitem conhecer as fronteiras sociais e simbólicas de um grupo que ora exclui, ora inclui.

A constituição do “nós”, em referência a seus territórios de origem, relaciona-se ao fato de partilharem um estilo de vida, de terem vivenciado processos semelhantes (de remoção, por exemplo) e ainda estarem próximos espacialmente, em suas sociabilidades, nos laços de parentesco ou de compadrio, mantendo, assim, configurações herdadas de suas vilas de origem. Por outro lado, no entanto, o “eles” pode representar pessoas não-residentes no bairro, em contraposição a um “nós” que engloba todos os moradores da Restinga indistintamente.

Além da marcação da diferença entre quem é da “Ilhota” e quem é “da Santa Luzia”, também se constata que há distinções entre as “duas Restingas”. Por exemplo, moradores da Restinga Velha afirmam, e reafirmam, que a Restinga nasceu lá, conferindo-lhes a qualidade de ser “de raiz”. Em contrapartida, os que residem na Restinga Nova atribuem à Velha a concentração da violência e do tráfico. Sendo, assim, acionados de um lado tempo de residência e de outro “ordem” e “limpeza”.

Em campo (durante a pesquisa empírica) emergiu um termo carregado de significação e constituinte de sua identidade - o ser “restingueiro”. Tal expressão era dirigida a quem havia nascido no bairro, bem como a quem partilhava algumas situações vivenciadas pelo grupo como, por exemplo, pegar ônibus lotado. A

qualificação estendia-se, ainda, às adjetivações “batalhador” e “alegre”, apesar das dificuldades.

De acordo com o que vimos sobre a construção das identidades e territórios, tanto por ex-moradores da Ilhota como da Vila Santa Luzia, participantes desta pesquisa, residentes no bairro Restinga desde sua ocupação inicial, a identidade territorial assume grande relevância, pois é através dela, ou seja, através de uma alusão aos seus territórios, aos lugares em que viveram e que vivem atualmente, às relações de vizinhança e compadrio que se estabeleceram e ainda se estabelecem, que essas pessoas constituem-se, em grande medida, como sujeitos sociais.

Para concluir, estes moradores, ao identificarem-se, fortemente, por meio de seus antigos territórios, permitem inferir uma marcada permanência dos laços de pertença àqueles espaços, mesmo passados muitos anos de suas remoções. Daí pode-se deduzir o quanto uma remoção é traumática. Apesar de seus antigos territórios “não existirem mais”, reportam-se a eles e ainda identificam-se com os mesmos. Esse espaço imaginário que os constitui como pessoas e que lhes foi tirado materialmente, entretanto, permanece vivo na memória coletiva do grupo. Ou seja, existem em suas lembranças, ainda lhes dão nome, identidade, ainda diferencia-os, portanto ainda pesam na constituição de quem sou “eu” ou do quem somos “nós”.

Nesse momento, é importante deixar registrado de forma clara e direta a importância de que, se não houver alternativa menos violenta, os processos de remoção devem, indubitavelmente, levar em conta os desejos e as necessidades dos grupos sociais envolvidos. Uma vez que, ao não considerarem aspectos relativos às estratégias de sobrevivência e a elementos de pertencimento dessas pessoas que fazem com que participem da cidade, corre-se o risco de reproduzir ainda mais as desigualdades sociais e intensificar os prejuízos, infelizmente tão conhecidos por todos, delas derivados.

Apesar de assistirmos a maneira criativa com que os grupos aqui estudados enfrentaram tamanhas dificuldades e, assim, conseguiram minimamente superá-las, não sem grande esforço, reconstruindo esse novo espaço, é importante frisar que determinadas marcas ou seqüelas deixadas são irrecuperáveis.

Para encerrar, uma questão que merece nossa última atenção, mas não por isso menos importante, pelo contrário, é a das representações sociais negativas sobre espaços de classe popular. Sabemos o quanto é difícil e penoso não sermos surpreendidos por idéias ou opiniões, em geral, previamente informadas por modelos que insistentemente reproduzem as desigualdades sociais e que dificultam ou, até mesmo, impedem, como diria Foucault, um olhar de suspeição sobre o mundo. Contudo, determinadas ações que tenham como característica incidir agudamente sobre as vidas de pessoas, em especial, daquelas distantes das nossas ou que comunguem práticas muitas vezes diversas das que idealizamos, deveriam ser cuidadosamente elaboradas. Enfim, profissionais envolvidos na elaboração de políticas públicas (como de intervenções urbanas), em geral distantes das classes populares que, por sua vez, são as maiores atingidas por aquelas, deveriam exercitar o que chamamos de estranhamento, ou seja, procurar preocuparem-se mais com o “ponto de vista do nativo”. Tentar colocar, sem hierarquias, isto é, em um mesmo patamar os mais variados modos ou estilos de vida, ou seja, ir além dos estigmas que invariavelmente pairam sobre determinados indivíduos, grupos ou territórios. Enfim, com isso, procurar exercer de maneira mais democrática seus ofícios, enxergando a cidade como um ente complexo, constituído minoritariamente de um “nós” e, conseqüentemente, majoritariamente de “eles”.

9.1. DESAFIOS E DIFICULDADES

Um dos principais desafios/dificuldades encontradas na realização deste trabalho foi tentar exercer a interdisciplinaridade, ou seja, acomodar diversas vozes e abordagens, construir uma investigação que as conjugasse de forma satisfatória, tendo como produto algo relevante, isto é, que contribuísse nas discussões em torno da temática na qual se insere este estudo. Repetindo aqui o que foi discutido na introdução, corri o risco de fazer deste, por um lado, um trabalho “superficial” em termos de Antropologia, insuficiente, talvez, no aprofundamento de algumas questões e análises. Ao passo que, por outro, em termos de Planejamento Urbano,

carente de consistência espacial e concreta. Contudo o objetivo foi enriquecer o debate entre as áreas. Por um lado, sensibilizar os urbanistas para uma mirada em direção a uma dimensão mais simbólica da vida social e para reflexões em torno da alteridade e diversidade social. Sugerindo como uma possível solução para tais impasses permitir-se “ouvir o outro”, considerá-lo em suas especificidades, em seus desejos, em suma, em seu universo cultural. A partir daí, buscar uma mediação, em contextos que envolvam intervenções urbanas, entre as técnicas e o conhecimento “erudito”, portanto, acadêmico e a diversidade cultural, logo, de formas de existência dos grupos sociais aos quais se destinam tais ações. Nesse sentido, Wacquant (2002) contribui ao afirmar que é fecunda “uma abordagem que leva a sério, tanto no plano teórico quanto metodológico e retórico, o fato de que o agente social é, antes de mais nada, um ser de carne, de nervos e de sentidos (no duplo sentido de sensual e de significante), enfim, um “ser que sofre”²⁸.

A violência foi outra dificuldade vivenciada na realização desta investigação, ou seja, no último período em que realizei o trabalho de campo, durante o mestrado (no final de 2007, início de 2008), tive que abreviá-lo por conta de uma “onda de violência” na região da Restinga Velha, na qual, na época, realizava entrevistas e observação participante. Uma série de assassinatos naquela área fez com que os informantes me aconselhassem a não voltar por determinado período. Por conta disso, a segunda etapa da pesquisa foi prejudicada, uma vez que tais acontecimentos levaram-me a realizar menos entrevistas do que gostaria e algumas das que realizei deram-se em contextos de tensão, dificultando o aprofundamento de algumas questões. Contudo, procurei, dentro das condições apresentadas, explorar ao máximo as entrevistas e construir da melhor forma os dados colhidos nesse “estar lá”.

²⁸

Referência que Wacquant (2002) faz a Karl Marx (Manuscritos de 1884).

9.2. SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Apresento aqui alguns aspectos não aprofundados nesta pesquisa, mas que podem auxiliar em estudos que, porventura, venham a lidar com temáticas ou objetos afins.

A começar pela distinção entre a Restinga Velha e a Nova, bem como o degrau social que possa existir entre os moradores das “duas Restingas”.

O bairro Restinga, que passou de vila a bairro, parece buscar, cada vez mais, uma maior autonomia em relação à cidade de Porto Alegre. Atualmente, verifica-se no bairro uma série de conquistas por parte dos moradores, fruto de massivo comprometimento com o Orçamento Participativo e das reivindicações para a conquista de uma série de demandas (como a construção de um hospital, melhorias no transporte público, etc.). Sobretudo, o que se destaca é a presença de um discurso recorrente entre os moradores – emancipar a Restinga, torná-la município. Acredito que, devido à origem de ocupação do bairro, à marcada mobilização popular que sempre o caracterizou, ao estigma e à distância do centro da cidade, fazendo com que esteja de certa forma “isolado”, seja um ponto que também mereça uma investigação profunda.

Tive conhecimento, durante a realização da pesquisa, em relação às remoções tanto da Ilhota quanto da Vila Santa Luzia, da existência de enclaves de resistência formados por alguns antigos moradores locais.

Quanto ao caso da Ilhota, foi-me relatado que durante a remoção algumas mulheres resistiram a sair da área e esconderam-se, passando a ocupar uma área próxima à Ilhota atrás do Ginásio Tesourinha e que atualmente é o Conjunto Residencial Lupicínio Rodrigues. A partir dessas novas ocupações surgiram novas “vilas”, porém, com políticas públicas orientadas de maneira distinta daquelas empregadas antigamente, isto é, voltadas para a classe popular. Estas áreas, em 1989, foram regularizadas, saneadas e seus moradores tiveram auxílio para construir suas casas. Ao entrevistar Angélica Mirinhão, moradora do núcleo Vila Renascença, junto à Avenida Ipiranga, esta relatou-me que existem aspectos positivos de morar próximo ao centro da cidade, por ser mais fácil conseguir trabalho

e se deslocar pela cidade, porém, por ser um território de enclave situado em um bairro de classe média, (como no caso o Menino Deus), os cento e trinta moradores ainda sofrem com o estigma de pertencer à classe popular. Por conta disso, tentam uma maior integração com os habitantes do bairro, como ilustra a realização de festas juninas e outros eventos em que procuram ter maior proximidade com os demais moradores da região. Angélica também relatou que, apesar de terem regularizado as terras em que moram atualmente e de terem construído casas de alvenaria, não participaram do projeto das casas. Segundo ela, se o projeto tivesse sido discutido com os moradores antes de sua construção este seria mais adequado às suas realidades, evitando assim o custo mais elevado que o caracterizou.

Já, em relação à Vila Santa Luzia, ao lado do que hoje é o prédio do INSS, existe um pequeno enclave, composto de aproximadamente quatro casas que, segundo antigos funcionários da Previdência Social, pertencem a antigos moradores da Vila Santa Luzia e que também resistiram à remoção para a Restinga.

Portanto, uma investigação passível de ser realizada seria aquela que procuraria conhecer com profundidade como se deram os processos de resistência desses moradores e como vivem atualmente nesses territórios de enclave em bairros de classe média.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléia Gomes. **Urbanização e remoção**: por que e para quem? Belém: UFPA, NAEA, 1988.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BARTH, Fredrik. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. MéxicoFondo de Cultura Económica, 1976.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **La prise en compte de l'effet territoire**: dans l'analyse des quartiers urbains. Revue française de sociologie, 1997. p. 97-118.

BITTENCOURT, Yosvaldir. Territórios Negros. In: SANTOS, Irene (org.) **Negro em Preto e Branco**: história fotográfica da população negra de Porto Alegre. Porto Alegre: do autor, 2005.

BOSI, Ecléia. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Queroz, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARNEIRO, Luís. C. **Porto Alegre - de aldeia a metrópole**. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira e Oficina da História, 1992.

D`AVILA, Naida. **DEM HAB**: com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2000.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Bontempo, 2006.

DE CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. V2, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DURHAN, Eunice. A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas. In. CARDOSO, Ruth. **A Aventura Antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1976.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E.. **Os nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FONSECA, Cláudia L. W. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

FURTADO, Carlos. **Gentrificação e (re) organização urbana no Brasil**: o caso de Porto Alegre (1965-1995). Tese de Doutorado, IFCH, PPG Sociologia. Porto Alegre: UFRGS. 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Gaúchos e Baianos no novo Nordeste: Entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades regionais. In: CASTRO, Iná ; CORREA, Roberto; GOMES, Paulo (Org.). **BRASIL**: questões atuais sobre a organização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico; HAESBAERT, Rogério. (Org.). **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. 1 ed. Rio de Janeiro: Access, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização: “Do fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBACHWS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Peter. G. **Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. – Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HEYE, Ana Margarete. A questão da moradia numa favela do Rio de Janeiro ou como ter anthropological blues sem sair de casa. In: VELHO, G. (org.). **O desafio na cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

HOGGART, Richard. **La culture du pauvre**. Paris: Ed. Minuit. 1970.

KERSTING, Eduardo Henrique de Oliveira. **Negros e a modernidade urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1890-1920)**. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós Graduação em História. Porto Alegre, 1998.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LOMNITZ, Larissa A. Redes informales de intercambio en sistemas formales: un modelo teórico [1988]. In: **Redes Sociales, Cultura y Poder: Ensayos de Antropología Latinoamericana**. México: FLACSO - Porrúa, 1994.

LOPEZ, Luiz Roberto. **História do Brasil Contemporâneo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

MARTINI, CYRO. Manuscritos. In: _____. **Bairro Santo Antônio**. Acervo Histórico Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho. Porto Alegre, 2004.

MARZULO, Eber Pires. **Espaço dos pobres: Identidade social e territorialidade na modernidade tardia**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2005.

NUNES, Marion. Porto Alegre. In: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **Restinga**. Porto Alegre: SMC, 1990.

OLIVEIRA, Luís R. C. de. **O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas**. Série Antropologia. Vol. 413. Brasília: Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 2007, p. 6-19.

PARK, Robert. Sugestões para a investigação no meio urbano. In: **Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Ed.Zahar, 1916.

PEREIRA, Luiza Helena. **Habitação popular no Rio Grande do Sul 1890/1980**. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura - PROPUR, 1982.

PERLMAN, Janice. E. **O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

PESAVENTO, Sandra. **Lugares Malditos Lugares malditos: a cidade do "outro" no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX)**. Rev. bras. Hist. Vol.19 n.37. São Paulo: set - 1999.

_____. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, vol.2, n.º 3, Rio de Janeiro, 1989.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Caracterização geral das favelas de Porto Alegre**. Porto Alegre: DEMHAB, 1982.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Habitação. **Malocas: diagnóstico evolutivo das subabitações no município de Porto Alegre, RS**. Porto Alegre: DEMHAB, 1973.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Secretaria do Planejamento Municipal. **Sub-habitação: um estudo preliminar**. Porto Alegre: PMPA, 1982.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

QUIVY, Raymond. **Manual de investigação em ciências sociais.** 3. ed. Lisboa: Gradiva, 1995.

RIBEIRO. L. C. de Q. e DOS SANTOS JÚNIOR O. **Democracia e segregação urbana: Reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira.** 2007 Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos, Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales. 2007.

SAHLINS. M. **Ilhas de História.** Rio de Janeiro.:Jorge Zahar Editor. 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820 – 1821).** Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SANTOS. Carlos. N. dos; VOGUEL. Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação do uso de espaços coletivos em um centro de bairro.** 3.a Ed. São Paulo: Projeto FINEP/IBAM, 1985.

SANTOS. Guarani. Os primeiros tempos. In: SANTOS. Irene (org.) **Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre.** Porto Alegre: Do Autor, 2005.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Porto Alegre e sua evolução urbana.** 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2007.

VELHO, Gilberto. **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

_____. **Individualismo e Cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

WACQUANT, Loic. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. **Os condenados da cidade:** estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade & Diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZAMBONI, Vanessa. **“Tinga teu povo te ama!”**. Estudo Antropológico junto aos moradores do Bairro Restinga em Porto Alegre/ RS. Monografia de Conclusão - Bacharelado em Ciências Sociais. Orientação: Cornelia Eckert. Porto Alegre, julho de 2006.

Documentos eletrônicos

FOTOS antigas do Rio Grande do Sul. www.prati.com.br. Disponível em: <http://fotosantigas.prati.com.br/FotosAntigas/index.htm>. Acesso em: 13, 14 e 15 de outubro de 2009.

MAIA DE AGUIAR, Carolina. **O cotidiano do bairro Restinga, zona sul de Porto Alegre**. In: Repórter – Revista de Jornalismo Investigativo. Reportagem realizada em set de 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/restinga.html>>. Acesso em: 16 de outubro de 2009.

MUSEU da UFRGS. Disponível em: <<http://www.museu.ufrgs.br/museu/acervo.php>> Acesso em: 15 de outubro de 2009.

Revistas e Jornais

ANDRÉ, Alberto. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 05/09/1971. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

_____. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre, 29/06/1969, p. 41. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

JORNAL Correio do Povo, Porto Alegre, 01/12/1968, p. 39. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

JORNAL Folha da Manhã, Porto Alegre, 03/07/1975. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

JORNAL Zero Hora, Porto Alegre, 16/05/1976. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

REVISTA Veja, São Paulo, 1964, Editora Abril. Anúncio Publicitário BNH. Fonte: Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho.

OBRAS CONSULTADAS

BAKOS, Margaret Marchiori. **A habitação em Porto Alegre**: problemas e projetos administrativos (1897-1937). Porto Alegre: UFRGS, 1988.

BARBOSA, Zeli de Oliveira. **Ilhota**: testemunho de uma vida. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1993.

BARROSO, Véra Lucia Maciel e OSMARI, Maria (Org.) **Do Morro Santana, a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unida Editorial da Secretaria Municipal da Cultura/SMC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Ofício de sociólogo**: metodologia da pesquisa na sociologia. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 1998.

CORTES, Soraya M. V. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados**. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, v. 9, p. 11- 47.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução a Antropologia Social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Premissas para o estudo da memória coletiva no mundo urbano contemporâneo sob a ótica dos itinerários**

de grupos urbanos e suas formas de sociabilidade. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2000.

GONZALEZ, Fernando. **A estruturação urbana e a participação da comunidade:** a unidade de vizinhança, o bairro, a cidade e a evolução sociocultural do cidadão. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

HEIDRICH, Rosanne Lipp João. **Contradições entre projeto e realidade na apropriação social do espaço urbano:** bairro Restinga - Porto Alegre/RS. In: Encontro Nacional da Anpur (9. : 2001 : Rio de Janeiro, RJ). Anais: ética, planejamento e construção democrática do espaço. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 1778-1790.

HUTZLER, Celina Ribeiro. **Aspirações a moradia entre a população de baixa renda em uma metrópole brasileira.** Pernambuco: UFPE. Faculdade de Arquitetura. Mestrado de Desenvolvimento Urbano, 1975.

KAZTMAN. Rubén. **Aislamento social de los pobres urbanos:** reflexiones sobre la naturaleza, determinantes e consecuencias. Buenos Aires. SIEMPRO/ UNESCO, 2001.

LEEDS, Anthony. **A sociologia do Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MEDEIROS, Laudelino. **Vilas malocas:** ensaio de sociologia urbana. Porto Alegre: UFRGS, 1951.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre:** urbanização e modernidade: construção social do espaço urbano. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

MONTEIRO. Charles. **Trabalho e violência:** conflitos cotidianos nas classes populares de Porto Alegre (1925/1930). Sociedade Brasileira de pesquisa histórica (SBPH). Anais da XII Reunião, Florianópolis, 1993.

MOURA, Rosa. **O que é periferia urbana.** São Paulo: Brasiliense, 1996. 61 p.

NYGAARD, Paul Dieter. Os planos diretores como instrumentos do Estado: notas históricas. In: **Planos diretores de cidades**: discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005. p. 25-55

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da Identidade**: Ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto, 1988.

_____. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SEMINÁRIO das Mercocidades (2002: Porto Alegre). **Cidade e memória na globalização**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2002.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Breve nota metodológica em torno da construção de uma tipologia das abordagens de planejamento e gestão urbanos. In: **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2.a Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2003. pp. 117-171.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. **Espaço e uso no habitat popular**: estudo da formação espacial dos núcleos habitacionais populares auto-construídos em Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Propar, 1983.

VALLADARES, Lícia do Prado (Org.) **Repensando a habitação no Brasil**. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

_____. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VELHO, Gilberto. (Org.) **Antropologia Urbana**: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.